



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVII - Nº 056 - SÁBADO, 44 DE OCTº Q DE 2012 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP)		<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy - (PT-SP)		<b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Waldemir Moka - (PMDB-MS) <sup>(3,4)</sup>		<b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b> Cicero Lucena - (PSDB-PB)		<b>1º</b> - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) <sup>(1,5,6,7)</sup>
<b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro - (PR-TO) <sup>2</sup>		<b>2º</b> - João Durval - (PDT-BA)
		<b>3º</b> - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		<b>4º</b> - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.  
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.  
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.  
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.  
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.  
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.  
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

**LIDERANÇAS**

<b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> (PMDB/PP/PV/PSC) - 25	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	<b>Bloco Parlamentar Minoria</b> (PSDB/DEM) - 15
<b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacá <sup>(40)</sup> Sérgio Souza <sup>(20)</sup> Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amélia <sup>(12)</sup> <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b>	<b>Líder</b> <b>Walter Pinheiro - PT</b> <sup>(22,27)</sup> Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata <sup>(30,38)</sup> Início Arruda ..... <b>Líder do PT - 13</b> <b>Walter Pinheiro</b> <sup>(22,27)</sup> Vice-Líderes do PT Wellington Dias <sup>(28)</sup> Lindbergh Farias <sup>(23)</sup> Ana Rita <sup>(24)</sup> Aníbal Diniz <sup>(26)</sup> <b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> Vice-Líder do PDT Pedro Taques <sup>(21)</sup> <b>Líder do PSB - 4</b> <b>Lídice da Mata</b> <sup>(30,38)</sup> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares <sup>(29)</sup> <b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Início Arruda</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> <sup>(37)</sup>	<b>Líder</b> <b>Jayme Campos - DEM</b> <sup>(25)</sup> Vice-Líderes Cyro Miranda <sup>(33)</sup> Flexa Ribeiro <sup>(6,35)</sup> Lúcia Vânia <sup>(34)</sup> Mário Couto <sup>(32)</sup> Paulo Bauer <sup>(5,31)</sup> ..... <b>Líder do PSDB - 10</b> <b>Alvaro Dias</b> Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira <sup>(7)</sup> Paulo Bauer <sup>(5,31)</sup> Flexa Ribeiro <sup>(6,35)</sup> <b>Líder do DEM - 5</b> <b>Demóstenes Torres</b> <sup>(3,4)</sup> Vice-Líder do DEM Jayme Campos <sup>(25)</sup>
<b>PR - 7</b> <b>Líder</b> <b>Blairo Maggi - PR</b> <sup>(19)</sup> Vice-Líderes Alfredo Nascimento <sup>(41)</sup> Vicentinho Alves <sup>(42)</sup>	<b>PTB - 6</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - PSOL</b> <sup>(18)</sup>
<b>PSD - 2</b> <b>Líder</b> <b>Kátia Abreu - PSD</b> <sup>(11,13)</sup> Vice-Líder Sérgio Petecão	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - PMDB</b> <sup>(39)</sup> Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata <sup>(30,38)</sup> Jorge Viana Vital do Rêgo	

**Notas:**

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.  
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.  
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.  
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 42330  
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.  
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.  
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 42330  
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.  
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.  
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.  
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).  
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.  
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.  
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.  
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.  
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.  
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.  
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.  
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.  
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.  
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.  
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.  
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
26. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.  
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.  
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.  
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
34. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.  
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).  
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.  
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.  
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.  
40. Senador Romero Jacá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.  
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.  
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

EXPEDIENTE	
<b>Doris Maria Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Atos <b>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 44ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE MARÇO DE 2012

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Ofício do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nº 115/2012, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional publicações referentes ao “Perfil das Empresas Estatais e Relatório Anual”, do exercício de 2011. .... 08061

#### 1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 198, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. .... 08061

Nº 199, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. .... 08063

Nº 200, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à TV Cultura do Amazonas. .... 08064

#### 1.2.3 – Ofício do Conselheiro Nacional do Ministério Público Luiz Moreira Gomes Júnior

Nº 7/2012, encaminhando os extratos das decisões proferidas naquele Conselho. .... 08065

#### 1.2.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 17/2012 (nº 224/2012, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 524, de 2012 (TC 032.682/2011-5). .... 08073

#### 1.2.5 – Pareceres

Nº 210, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2004-Complementar. .... 08073

Nº 211, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011. .... 08086

Nº 212, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011. .... 08093

Nº 213, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008. .... 08104

Nº 214, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº

40, de 2010-Complementar. **(Em audiência, nos termos do Requerimento nº 73, de 2011)** ..... 08121

#### 1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2004-Complementar, continue sua tramitação. .... 08134

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 220 e 475, de 2011; e 26, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. **(Ofícios nºs 42 a 44/2012-CAS, respectivamente)** ..... 08134

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 427, de 2009; 370, 379, 406, 461 e 525, de 2011. .... 08134

#### 1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro de audiência com o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para resolução do problema de distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas. .... 08135

SENADORA ANA AMÉLIA – Reflexões sobre o serviço de saneamento básico no Brasil; e outro assunto. .... 08137

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Considerações sobre o desempenho da economia brasileira. .... 08140

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Homenagem póstuma ao professor e geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber. .... 08143

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do crescimento da renda média do brasileiro e do decréscimo da taxa de desemprego; e outro assunto. .... 08144

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Crítica ao governo brasileiro, que estaria despreparado para tratar do acidente relativo ao vazamento de petróleo no Campo de Frade, no Estado do Rio de Janeiro. .... 08145

SENADOR ACIR GURGACZ – Comentários sobre a experiência de S. Ex<sup>a</sup> em atividades desenvolvidas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no ano de 2011..... 08147

### 1.2.8 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 20 de março de 2012, e publicação em 21 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 562, de 2012, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os pólos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria..... 08150

### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 17ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 28 de fevereiro de 2012, publicada no **Diário do Senado Federal nº 16**, de 29 de fevereiro de 2012..... 08152

Ata da 18ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 29 de fevereiro de 2012, publicada no **Diário do Senado Federal nº 17**, de 1º de março de 2012..... 08154

Ata da 24ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 7 de março de 2012, publicada no **Diário do Senado Federal nº 22**, de 8 de março de 2012..... 08155

Ata da 30ª Sessão, Não Deliberativa, em 16 de março de 2012, publicada no **Diário do Senado Federal nº 29**, de 17 de março de 2012..... 08182

## SENADO FEDERAL

### 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

### 4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

## 7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

## CONGRESSO NACIONAL

## 8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

# Ata da 44ª Sessão, Não Deliberativa, em 23 de março de 2012

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e da Srª Ana Amélia*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 11 minutos e encerra-se às 10 horas e 58 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência recebeu do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o **Ofício nº 115, de 2012**, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional publicações referentes ao “Perfil das Empresas Estatais e Relatório Anual”, do exercício de 2011.

O expediente será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com as referidas publicações.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 115/DEST-MP

Brasília, 7 de março de 2012

**Assunto:** Envio de publicações – Perfil das Empresas Estatais e Relatório Anual – Referente ao exercício de 2010.

Senhor Presidente,

1. Tenho o prazer de encaminhar a Vossa Senhoria exemplares das publicações **Perfil das Empresas Estatais e Relatório Anual**, referentes aos dados financeiros do exercício de 2010, produzidas sob a supervisão do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, divulgando as informações relativas ao desempenho econômico-financeiro e a execução orçamentária das empresas estatais federais, com vistas a conferir maior transparência às atividades deste segmento do Governo junto à sociedade.

2. O conteúdo das publicações também está disponível no sítio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ([www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)),

dentro do conteúdo “Empresas Estatais”, item “Publicações”.

3. Por fim, coloco a estrutura deste Departamento à disposição para maiores esclarecimentos e informações sobre o assunto.

Atenciosamente, – **Murilo Francisco da Silva**, Diretor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 198, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao senhor Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC, no âmbito do Departamento de Operações e Comércio Exterior – DECEX, informações sobre a importação da juta e da malva brasileira, considerando um cenário no qual a importação das duas está em alta em razão da cotação do dólar favorável aos países exportadores: Índia e Bangladesh.

1. Qual a quantidade importada de juta e malva (**in natura**, saco e/ou fio) importadas pelo Brasil, ano a ano, desde 1998?
2. Quais os portos de entrada desses produtos?
3. Há algum estudo de impacto econômico sobre os prejuízos causados à produção nacional advindos da importação de juta e malva?
4. Quais as medidas que estão sendo tomadas para evitar a falência do segmento de juta e malva na região produtora brasileira e que pode causar desemprego a milhares de famílias?
5. O DECEX está considerando a necessidade de reverter a autorização de importação de sacaria de juta e malva tendo em vista que a legislação **antidumping** perdeu seu objeto devido a cotação



do dólar ser favorável aos países exportadores de juta e malva?

6. O Regime aduaneiro especial de **drawback** está sendo aplicado no segmento de juta e malva?
7. Quais as ações adotadas pelo governo brasileiro para evitar a *NCM de Fuga*, modo ilegal de importação denominado pela Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, quando se burla regulamento de importação de um determinado produto ao utilizar um código de outro de importação?
8. Quais os impostos exigidos desde o pedido de importação até a utilização da juta ou malva importada pelo consumidor final?
9. Quais os impostos exigidos desde a colheita até a utilização da juta ou malva nacional pelo consumidor final

### Justificação

A Juta e a Malva no Amazonas são produtos agrícolas de extrema importância para a economia local, pois além de levar o sustento para a mesa de milhares de ribeirinhos do interior do estado, fazem parte também da história deste povo.

Originária da Índia, a fibra era indispensável ao comércio internacional nas décadas de 20 e 30 do século passado, uma vez que era usada nos sacos de café e outras mercadorias, por absorver umidade e preservar seus conteúdos. E com isso, a oportunidade de viabilizar sua plantação em larga escala era vislumbrada, porque poucos países a produziam para sustentar a da época e o possível crescimento.

Seu início em terras caboclas remonta ainda ao início do século passado quando diversos imigrantes começaram a se instalar na região amazônica para produzir e trabalhar nessa terra. Nesse sentido, a fibra chegou ao Estado trazida do continente asiático por imigrantes japoneses, por volta de 1920, e começou a ser plantada nas áreas alagáveis da floresta no município de Parintins, local onde os imigrantes formaram uma grande colônia japonesa, que tinham um regime de cheias e secas parecido com o ciclo percebido na região asiática.

Porém, a variedade vegetal não conseguiu se adaptar tão bem a região em razão do clima equatorial e a produção da juta era sempre menor do que o esperado nas condições climática percebidas na Ásia. Desta forma, os colonos japoneses começaram a trabalhar na adaptação da planta à localidade e outra variedade da planta começou a ser cultivada somente a partir de 1935, introduzida pelo colono Ryoto Oyama.

Com a ascensão da juta no interior do Amazonas, o Brasil deixou de importar a fibra da Índia. Na metade da década de 1930, o cultivo de juta representou mais de 35% da economia amazonense, empregando mais de 50 mil famílias.

O cultivo de malva e juta foi, e continua sendo, muito representativo no Amazonas, e, sendo a juta uma das principais culturas economicamente viáveis no período da estagnação econômica da região amazônica no período pós-ciclo da borracha. E, por isso, a juta começou a se espalhar por diversos municípios amazonenses como Manacapuru, Anamá, Beruri, Iranduba, Itacoatiara dentre outros.

E isso trouxe renda e desenvolvimento para diversos municípios, dentre eles Parintins que hoje é o berço da cultura popular do estado do Amazonas cresceu e se desenvolveu com os resultados do cultivo da juta e malva, assim como outras localidades onde diversos ribeirinhos tiram o seu sustento e de sua família do plantio da juta.

No entanto, apesar de toda a sua importância para a economia local, em razão de todo o contexto que a envolve, na criação de emprego e renda de diversos ribeirinhos, além da relevância dela para a fixação populacional no interior do estado, a falta de política pública adequada para incentivar a produção e o estudo e pesquisa a fim de melhorar a produção em escala, acarretaram na fragilidade do plantio dessa cultura, sempre suscetível a qualquer mudança climática e falta de maior competitividade frente ao mercado internacional.

Hoje, no cenário mundial o Amazonas caiu muito em sua importância e quantidade de produção de juta, pois de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no último dia 26, os produtores amazonenses do produto colheram apenas 907 toneladas da fibra em 2010. E isso representa uma produção de aproximadamente 10 mil toneladas ano, ou seja, mais de 90% da produção nacional que atinge médias de 14 mil toneladas. Todavia, a título de comparação, somente o estado do Amazonas no seu auge da produção agrícola, chegou a produzir mais de 90 mil toneladas.

Mesmo assim, isso representa em média, segundo dados dos indicadores da Produção Agrícola Municipal do IBGE, que cada hectare de área plantada correspondeu, no ano de 2010, a 1.286 quilos de juta, totalizando rendimentos de R\$1,042 milhão no período, renda esta demasiadamente importante para os ribeirinhos da região.

E nesse contexto global onde o Brasil está inserido, a juta nacional tornou-se pouco competitiva, em razão de diversos fatores, como a pouca preocupação do governo brasileiro em incentivar a produção em escala de forma a agregar maior valor a produção e ao produto final a ser colocado no mercado.

Com isso, a juta produzida na Índia, Bangladesh, começou a invadir o mercado consumidor nacional a partir do final de 2011, em razão do produto chegar em terras brasileiras, em média, com valores 10% menores dos que os aqui praticados.

Nesse cenário, diversas fábricas já demitiram quase a metade de seus funcionários e diversos ribeirinhos tem sua produção cada vez mais desvalorizada, pois além de não ter estruturas eficientes para escoar a sua produção vê ainda os seus estoques aumentarem pela falta de pedidos da indústria de sacarias, o valor atual está entre R\$1,70 a 1,80 por quilo, quando no ano que se passou o valor no mesmo período estava em R\$1,90.

Portanto, em razão da importância dessa cultura para a região e para o Brasil, devem-se apontar caminhos mais claros para o crescimento da produção local, com incentivo à pesquisa e estudo da planta a fim de maximizar a produção em terras já cultivadas, além de criar mecanismos econômicos para desacelerar a importação da juta indiana, beneficiando assim a produção local.

Sala das Sessões, 22 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

*(À Mesa, para decisão.)*

#### REQUERIMENTO Nº 199, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao senhor Ministro da Fazenda, no âmbito da Receita Federal, informações sobre a importação da juta e da malva brasileira, considerando um cenário no qual a importação das duas está em alta em razão da cotação do dólar favorável aos países exportadores: Índia e Bangladesh.

1. Qual a quantidade importada de juta e malva (**in natura**, saco e/ou fio) que chegam ao Brasil, ano a ano, desde 1998?
2. Quais os portos de entrada desses produtos?
3. Há algum estudo de impacto econômico sobre os prejuízos causados à produção nacional advindos da importação de juta e malva?

4. Quais as medidas que estão sendo tomadas para evitar a falência do segmento de juta e malva na região produtora brasileira e que pode causar desemprego a milhares de famílias?
5. O Regime aduaneiro especial de **drawback** está sendo aplicado no segmento de juta e malva brasileira?
6. Quais os códigos de importação utilizados desses produtos?
7. Quais os requisitos necessários para a verificação de qualidade dos produtos?
8. Quais os impostos exigidos desde o pedido de importação até a utilização da juta ou malva importada pelo consumidor final?
9. Quais os impostos exigidos desde a colheita até a utilização da juta ou malva nacional pelo consumidor final?

#### Justificação

A Juta e a Malva no Amazonas são produtos agrícolas de extrema importância para a economia local, pois além de levar o sustento para a mesa de milhares de ribeirinhos do interior do estado, fazem parte também da história deste povo.

Originária da Índia, a fibra era indispensável ao comércio internacional nas décadas de 20 e 30 do século passado, uma vez que era usada nos sacos de café e outras mercadorias, por absorver umidade e preservar seus conteúdos. E com isso, a oportunidade de viabilizar sua plantação em larga escala era vislumbrada, porque poucos países a produziam para sustentar a da época e o possível crescimento.

Seu início em terras caboclas remonta ainda ao início do século passado quando diversos imigrantes começaram a se instalar na região amazônica para produzir e trabalhar nessa terra. Nesse sentido, a fibra chegou ao Estado trazida do continente asiático por imigrantes japoneses, por volta de 1920, e começou a ser plantada nas áreas alagáveis da floresta no município de Parintins, local onde os imigrantes formaram uma grande colônia japonesa, que tinham um regime de cheias e secas parecido com o ciclo percebido na região asiática.

Porém, a variedade vegetal não conseguiu se adaptar tão bem a região em razão do clima equatorial e a produção da juta era sempre menor do que o esperado nas condições climáticas percebidas na Ásia. Desta forma, os colonos japoneses começaram a trabalhar na adaptação da planta à localidade e outra variedade da planta começou a ser cultivada somente a partir de 1935, introduzida pelo colono Ryoto Oyama.

Com a ascensão da juta no interior do Amazonas, o Brasil deixou de importar a fibra da Índia. Na metade da década de 1930, o cultivo de juta representou mais de 35% da economia amazonense, empregando mais de 50 mil famílias.

O cultivo de malva e juta foi, e continua sendo, muito representativo no Amazonas, e, sendo a juta uma das principais culturas economicamente viáveis no período da estagnação econômica da região amazônica no período pós-ciclo da borracha. E, por isso, a juta começou a se espalhar por diversos municípios amazonenses como Manacapuru, Anamã, Beruri, Iranduba, Itacoatiara dentre outros.

E isso trouxe renda e desenvolvimento para diversos municípios, dentre eles Parintins que hoje é o berço da cultura popular do estado do Amazonas cresceu e se desenvolveu com os resultados do cultivo da juta e malva, assim como outras localidades onde diversos ribeirinhos tiram o seu sustento e de sua família do plantio da juta.

No entanto, apesar de toda a sua importância para a economia local, em razão de todo o contexto que a envolve, na criação de emprego e renda de diversos ribeirinhos, além da relevância dela para a fixação populacional no interior do estado, a falta de política pública adequada para incentivar a produção e o estudo e pesquisa a fim de melhorar a produção em escala, acarretaram na fragilidade do plantio dessa cultura, sempre suscetível a qualquer mudança climática e falta de maior competitividade frente ao mercado internacional.

Hoje, no cenário mundial o Amazonas caiu muito em sua importância e quantidade de produção de juta, pois de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no último dia 26, os produtores amazonenses do produto colheram apenas 907 toneladas da fibra em 2010. E isso representa uma produção de aproximadamente 10 mil toneladas ano, ou seja, mais de 90% da produção nacional que atinge médias de 14 mil toneladas. Todavia, a título de comparação, somente o estado do Amazonas no seu auge da produção agrícola, chegou a produzir mais de 90 mil toneladas.

Mesmo assim, isso representa em média, segundo dados dos indicadores da Produção Agrícola Municipal do IBGE, que cada hectare de área plantada correspondeu, no ano de 2010, a 1.286 quilos do de juta, totalizando rendimentos de R\$ 1,042 milhão no período, renda esta demasiadamente importante para os ribeirinhos da região.

E nesse contexto global onde o Brasil está inserido, a juta nacional tornou-se pouco competitiva, em razão de diversos fatores, como a pouca preocupação do governo brasileiro em incentivar a produção em escala de forma a agregar maior valor a produção e ao produto final a ser colocado no mercado.

Com isso, a juta produzida na Índia, Bangladesh, começou a invadir o mercado consumidor nacional a partir do final de 2011, em razão do produto chegar em terras brasileiras, em média, com valores 10% menores dos que os aqui praticados.

Nesse cenário, diversas fábricas já demitiram quase a metade de seus funcionários e diversos ribeirinhos tem sua produção cada vez mais desvalorizada, pois além de não ter estruturas eficientes para escoar a sua produção vê ainda os seus estoques aumentarem pela falta de pedidos da indústria de sacarias, o valor atual está entre R\$ 1,70 a 1,80 por quilo, quando no ano que se passou o valor no mesmo período estava em R\$ 1,90.

Portanto, em razão da importância dessa cultura para a região e para o Brasil, devem-se apontar caminhos mais claros para o crescimento da produção local, com incentivo à pesquisa e estudo da planta a fim de maximizar a produção em terras já cultivadas, além de criar mecanismos econômicos para desacelerar a importação da juta indiana, beneficiando assim a produção local.

Sala das Sessões, 22 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 200, DE 2012**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos à TV Cultura do Amazonas, por ter tido um projeto aprovado que é exibido em um programa em rede Nacional – “Nova Amazônia”, bem como seja encaminhado o referido voto aos produtores e profissionais, no seguinte endereço:

Jornalista **Jacira Oliveira** – Rua Barcelos s/nº – Praça 14 – Manaus – AM, CEP 69020-200;

Diretor **Franklin Oliveira** – Rua Barcelos s/nº – Praça 14 – Manaus – AM, CEP 69020-200;



Apresentadores:

**Ademar Matias** – Rua Barcelos s/nº – Praça 14 – Manaus – AM, CEP 69020-200; e

**Meike Farias** – Rua Barcelos s/nº – Praça 14 – Manaus – AM, CEP 69020-200;

### Justificação

A TV Cultura do Amazonas está mudando e compreendendo o cenário mundial rumo ao desenvolvimento sustentável. Esta mudança é traduzida em um novo programa que une todas as formas de conhecimento originado na região – do rigor da pesquisa científica à sabedoria dos povos da floresta.

O Governo do Amazonas lançou durante o 1º Encontro de Comunicação Socioambiental do Amazonas, no Hotel Caesar Business no dia 21 de março de 2012, um novo programa de televisão que une todas as formas de conhecimentos originados na região – do rigor da pesquisa científica à sabedoria dos povos da floresta. Batizado de “Nova Amazônia”, a atração será exibida pela TV Cultura do Amazonas e conta com a parceria da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM).

Com periodicidade semanal e duração de 30 minutos, o programa será exibido às quartas-feiras, às 22h, com horário alternativo aos domingos, às 9h30min. “Nova Amazônia” não tem a pretensão de estabelecer verdades absolutas.

O programa quer suscitar perguntas como quem faz, o que faz, como faz, onde faz e, principalmente, como todos estes elementos juntos impactam positivamente na vida daquela comunidade e contribuem para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O “Nova Amazônia” tem coordenação da jornalista Jacira Oliveira, direção de Franklin Thompson, e apresentação de Ademar Matias e Meike Farias.

Ainda resultado da parceria TV Cultura, SDS e Fapeam, haverá o lançamento da série de interprogramas “Que peixe é esse?” “Que planta é essa?” e “Que pássaro é esse?” A qualquer momento, uma dessas perguntas pode surgir durante a programação da TV. Durante 1 minuto, o telespectador será apresentado, de maneira didática e curiosa, a ícones da nossa biodiversidade: do tambaqui à copaíba, do gavião real ao jaraqui.

Parabéns à TV Cultura por divulgar a fauna, a flora e as ações de sustentabilidade desenvolvidas nas regiões, parabéns por ser instrumento de transformações econômica, cultural e socioambiental.

Sala das Sessões, 22 de março de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 7, de 2012**, do Conselheiro Nacional do Ministério Público Luiz Moreira Gomes Júnior, que encaminha os extratos das decisões proferidas naquele Conselho, para fins de viabilizar o acompanhamento dos trabalhos realizados naquele Colegiado.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 7/2012/GAB/LM – CNMP – Especial

Brasília, 9 de março de 2012

### Assunto: Comunicado

Excelentíssimo Senhor Senador, Presidente José Sarney,

Como representante da Câmara dos Deputados no Conselho Nacional do Ministério Público, remeto mensalmente aos parlamentares os extratos das decisões proferidas neste CNMP, para fins de viabilizar o acompanhamento dos trabalhos realizados neste Colegiado.

Pretendo, com isso, estabelecer uma interlocução permanente com Vossas Excelências, uma vez que aqui desempenho função de controle externo à atuação do Ministério Público.

Aproveitando o ensejo, encaminho a Vossa Excelência o relatório da 1ª sessão ordinária realizada em 31 de janeiro do corrente ano.

Comunico que posso ser contactado pelo e-mail [conluizmoreira@cnmp.gov.br](mailto:conluizmoreira@cnmp.gov.br), bem como pelos telefones (61) 3366-9184 (gabinete), (61) 3366-9186 (assessoria/secretaria do gabinete) e celular (61) 9297-4454.

Apresentando meus protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me.

Cordialmente, – **Luiz Moreira Gomes Júnior**, Conselho Nacional do Ministério Público.

## ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2012

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze, às nove horas e trinta minutos, no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público, iniciou-se a Primeira Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, sob a Presidência do Doutor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República. Presentes os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho, Maria Ester Henriques Tavares, Tais Schilling Ferraz, Almino Afonso Fernandes, Adilson Gurgel de Castro, Mario Luiz Bonsaglia, Claudia Maria de Freitas Chagas, Luiz Moreira Gomes Júnior, Jarbas Soares Júnior, Alessandro Tramujas Assad, Tito Souza do Amaral, José Lázaro Alfredo Guimarães e Fabiano Augusto Martins Silveira. Ausente, justificadamente, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior. Presentes, também, a Doutora Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Secretária-Geral Adjunta do CNMP, e os Doutores Arnaldo Hossepian Júnior, Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Antônio Marcos Dezan, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Cristiano Chaves, Promotor de Justiça do Estado da Bahia; Marcello Souza Queiroz, Presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público – AESMP; Fábio S. Schmitt, Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina; Sebastião Vieira Caixeta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de A. Lima, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Alexandre Soares Cruz, Promotor de Justiça do Estado da Bahia; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Fernando Zardini Antônio, Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo e Rinaldo Reis Lima, Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte – AMPERN. Iniciados os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos os presentes. Em seguida, foi aprovada, à unanimidade, a Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária de 2011, sem retificação. Na oportunidade, o Conselheiro Almino Afonso informou que, no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, realizar-se-á nesta data, às quatorze horas, ato em defesa da autonomia do Conselho Nacional de Justiça, cujas competências serão apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal. Esclareceu que o Conselheiro Fabiano Silveira tinha elaborado uma nota, porém, em contato com alguns Conselheiros, entendeu-se que seria melhor eles estarem presentes nesse evento e demonstrarem o posicionamento do CNMP em relação às discussões que tentam mitigar os poderes dos Conselhos. Dessa forma, sugeriu que a sessão de julgamento fosse prorrogada ao final da manhã e que reiniciasse após a participação dos Conselheiros no referido evento, o que foi acolhido à unanimidade. Após, o Conselheiro Almino Afonso também anunciou sua desistência dos pedidos de vista nos Processos CNMP nº 0.00.000.001259/2010-58, 0.00.000.001104/2008-05 e 0.00.000.000901/2010-81. Em seguida, o Presidente anunciou, a pedido dos relatores, o adiamento dos Processos CNMP nº 0.00.000.002345/2010-88, 0.00.000.001427/2009-71, 0.00.000.001340/2011-19, 0.00.000.001534/2010-33, 0.00.000.000815/2011-50, 0.00.000.000670/2010-14, 0.00.000.000161/2011-64, 0.00.000.000623/2011-43 e 0.00.000.000981/2011-56. Após, passou-se, então, ao julgamento dos processos incluídos em pauta, registrando-se os resultados constantes das certidões consolidadas em anexo. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001458/2011-47, a Conselheira Claudia Chagas solicitou prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos no Processo CNMP nº 0.00.000.000779/2011-24, contado a partir de 13 de fevereiro do corrente ano, o que foi aprovado à unanimidade. Após, o Conselheiro Fabiano Silveira solicitou preferência no julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000009/2012-62, o que foi deferido à unanimidade. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001717/2011-30, deliberou-se, à unanimidade, pelo não conhecimento da arguição de suspeição do Conselheiro Luiz Moreira no processo por não atender aos requisitos estabelecidos no artigo 114 do RICNMP. Na ocasião, o Conselheiro Almino Afonso pediu vista em mesa desse processo. Em seguida, o Conselheiro Luiz Moreira solicitou a apreciação da redação final da Proposta de Resolução que dispõe sobre questões de acessibilidade no Ministério Público da União e dos Estados, conforme ficou deliberado na última sessão de julgamento, e o Presidente informou que esta seria apreciada no início da tarde. A sessão foi suspensa às treze horas e vinte e seis minutos e reiniciada às quinze horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Doutor Roberto

Monteiro Gurgel Santos, Presidente do CNMP e Procurador-Geral da República. Na ocasião, o Presidente justificou que o atraso no início da sessão foi em razão da participação de Conselheiros em evento no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e esclareceu que, após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000436/2011-60, serão julgadas as Propostas de Resolução dos Processos CNMP nº 0.00.000.001343/2011-52 e 0.00.000.000695/2011-91. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001468/2011-82, o Conselheiro Fabiano Silveira cumprimentou o Doutor Antônio Marcos Dezan, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pela brilhante sustentação oral realizada. Após o julgamento desse processo, o Conselheiro Lázaro Guimarães solicitou preferência no julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000913/2011-97. Em seguida, o Conselheiro Almino Afonso solicitou que seu pedido de vista em mesa no Processo CNMP nº 0.00.000.001717/2011-30 fosse convertido em vista regimental, o que foi deferido à unanimidade. Na oportunidade, o Relator do feito, Conselheiro Jarbas Soares Júnior, registrou o teor de sua decisão, que segue na certidão de julgamento anexa. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000913/2011-97, foi aprovado, à unanimidade, o texto final da Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação da Comissão Temporária de Acessibilidade, adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências. Na oportunidade, os Conselheiros Mario Bonsaglia e Almino Afonso cumprimentaram a iniciativa do Conselheiro Luiz Moreira na elaboração da referida Proposta de Resolução e ressaltaram que ela representa um grande avanço para a sociedade brasileira. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000695/2011-91, o Presidente informou acerca do memorando encaminhado pelo Conselheiro Jarbas Soares Júnior solicitando que fosse submetido à aprovação plenária o pedido para que ele possa voltar a exercer, sem prejuízo das suas atribuições no CNMP, as funções de órgão de execução no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, conforme a conveniência da Administração Superior do órgão de origem e as possibilidades do requerente, e, ainda, que a decisão seja comunicada ao Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, o que foi deferido à unanimidade. Após, o Conselheiro Tito Amaral se ausentou justificadamente. Por ocasião do julgamento dos Processos CNMP nº 0.00.000.000163/2011-53, 0.00.000.000148/2011-13 e 0.00.000.001920/2010-25, o Conselheiro Jeferson Coelho declarou-se impedido. Por ocasião do julgamento desse último processo, os Conselheiros Almino Afonso e Jarbas Soares Júnior ausentaram-se ocasionalmente. Durante o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000883/2008-13, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior voltou a compor a mesa e o Conselheiro Adilson Gurgel se ausentou justificadamente. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000519/2009-34, a Conselheira Tais Ferraz se ausentou ocasionalmente. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001353/2010-15, o Conselheiro Jeferson Coelho solicitou o adiamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001868/2010-15, o que foi deferido à unanimidade. Na ocasião, o Conselheiro Almino Afonso e a Conselheira Tais Ferraz voltaram a compor a mesa. Por ocasião do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000384/2011-21, o Conselheiro Luiz Moreira registrou seu reconhecimento do espírito público da Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Doutora Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, que, durante a tramitação do processo, dotou o Conselho de todas as informações e documentos necessários e jamais se negou a colaborar e cumprir as decisões proferidas, manifestação endossada pelo Presidente. Após o julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.001145/2011-99, a Conselheira Claudia Chagas convidou os Conselheiros para a Reunião de Análise da Estratégia - RAE, que realizar-se-á no dia 27 de fevereiro do corrente ano, das 14h30 às 16h. A sessão foi encerrada às dezenove horas e cinquenta e quatro minutos e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelo Presidente.

**ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS**  
**PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

**CERTIDÕES DE JULGAMENTO**  
**PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA - 31/01/2012**

**1) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001458/2011-47 (Procedimento de Controle Administrativo)**

RELATOR: Cons. Almino Afonso Fernandes

REQUERENTES: Promotores de Justiça: Affonso Guizzo Neto, Ana Paula Cardoso Teixeira, Anelize Nascimento Martins Machado, Assis Marciel Kretzer, Fabrício José Cavalcanti, Geovani Werner Tramontin, Gustavo Mereles Ruiz Diaz, Helio Sell Júnior, Leticia Baumgarten Filomeno, Ricardo Paladino, Sérgio Ricardo Joesting, Silvana Schmidt Vieira e Wilson Paulo Mendonça Neto.

REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

ASSUNTO: Requer a anulação do ato nº 851/2011, praticado pelo Conselho Superior do Ministério Público de Santa Catarina, com suspensão liminar que evite a consolidação da remoção por permuta dos membros lotados na 14ª e 13ª Promotorias de Justiça de Blumenau. Pedido de liminar.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Geovani Werner Tramontin – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Requerente)

SUSTENTAÇÃO ORAL: José Antônio Salvadori (Advogado do Requerido)

**DECISÃO:** O Conselho, por maioria, deu provimento aos presentes Recursos Internos, com a consequente revogação da liminar anteriormente concedida, de forma a reconhecer a legalidade do ato do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, que aprovou a permuta questionada, nos termos do voto divergente do Conselheiro Luiz Moreira, vencidos o Relator e os Conselheiros Mario Bonsaglia, Lázaro Guimarães e Jeferson Coelho, que negavam provimento aos recursos.

**2) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000779/2011-24 (Processo Disciplinar)**

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Trabalho

ASSUNTO: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.

**DELIBERAÇÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pela prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos, contado a partir de 13 de fevereiro do corrente ano, nos termos do voto da Relatora.

**3) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001717/2011-30 (Procedimento de Controle Administrativo)**

RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior

REQUERENTE: Isabel Maria Salustiano Arruda Porto - Promotora de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Ceará

ASSUNTO: Visa a sustação de ato do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, que decidiu pelo cancelamento de decisão que regulamentava a consecutividade de figurações em listas tríplices e suspensão da 47ª sessão do mencionado Conselho relativamente a promoção, por merecimento a membros do Parquet. Pedido de liminar.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Isabel Maria Salustiano Arruda Porto (Requerente)

**DECISÃO:** Após o voto do Relator no sentido de rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, julgar parcialmente procedente o pedido para, confirmando a liminar, facultar que a nova composição do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará delibere sobre a matéria, pediu vista o Conselheiro Almino Afonso. Aguardam os demais.

**4) PROCESSO CNMP 0.00.000.000037/2011-07 (Reclamação Disciplinar) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000617/2011-96)**

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

REQUERENTES: Darley Jansen Espíndola Ailton,  
Vicente Ferreira  
Ilário Steiner,



Janiço João Vervloet

José Lúcio Batista

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

ASSUNTO: Reclamação Disciplinar que visa apurar suposta infração aos artigos 127, V e VI, c/c 117, II e 130, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Fernando Zardini Antônio – Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo

SUSTENTAÇÃO ORAL: Jeferson Valente Muniz - Promotor de Justiça

**DECISÃO:** Após o voto do Relator no sentido de instaurar Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, pediu vista o Conselheiro Mario Bonsaglia. Aguardam os demais.

#### **5) PROCESSO CNMP 0.00.000.000436/2011-60 (Procedimento de Controle Administrativo)**

RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia

ADVOGADO: Manoel Pinto – OAB/BA 11.024

ASSUNTO: Visa apurar junto ao Ministério Público do Estado da Bahia a concessão e pagamento da verba nominada Vantagem Pessoal por Estabilidade Econômica aos servidores do órgão.

SUSTENTAÇÃO ORAL: Cristiano Chaves – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (Representante do Requerido)

SUSTENTAÇÃO ORAL: Manoel Pinto (Advogado de Interessado)

**DECISÃO:** Após o voto da Relatora, no sentido de julgar procedente o presente Procedimento, para determinar à Procuradoria Geral de Justiça da Bahia que se abstenha de conceder e pagar Vantagem Pessoal por estabilidade Econômica aos membros do Ministério Público daquele Estado, pediu vista o Conselheiro Jarbas Soares Júnior. Anteciparam seus votos, acompanhando a Relatora, os Conselheiros Adilson Gurgel, Tais Ferraz, Almino Afonso e Fabiano Silveira. Aguardam os demais.

#### **6) PROCESSO CNMP 0.00.000.001468/2011-82 (Pedido de Providências)**

RELATORA: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas

REQUERENTE: Antônio Marcos Dezan - Promotor de Justiça do MPDFT

ASSUNTO: Postula alteração da Recomendação CNMP nº 16, de 28/04/2010, a fim de que seja suprimida a menção de desnecessidade da intervenção ministerial no requerimento de falência ou de recuperação judicial da empresa antes da decretação ou do deferimento do pedido (art. 5º - XII).

SUSTENTAÇÃO ORAL: Antônio Marcos Dezan - Promotor de Justiça do MPDFT (Requerente)

**DECISÃO:** O Conselho, por maioria, julgou improcedente o presente Pedido, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Conselheiros Almino Afonso, Jarbas Soares Júnior, Mario Bonsaglia e Tito Amaral, que julgavam o feito procedente.

#### **7) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000009/2012-62 (Pedido de Providências)**

RELATOR: Cons. Fabiano Augusto Martins Silveira

REQUERENTE: Cláudio José de Barros Silveira - Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, em exercício.

ASSUNTO: Trata-se de consulta sobre a possibilidade de autorização de que o serviço de vigilância institucional preste, em situações excepcionais e temporárias, segurança a membros do Ministério Público em comprovado risco de vida em razão de suas atribuições. Pedido de liminar.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pela conversão do presente Pedido de Providências em Procedimento de Controle Administrativo, julgando-o procedente para reconhecer a legalidade da prestação, por parte do Serviço de Vigilância do Ministério Público do Estado de Rondônia, de segurança pessoal aos membros da Instituição e seus familiares, ainda que fora das instalações, desde que configurada a efetiva necessidade, nos termos do voto do Relator.



**8) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000913/2011-97 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processos CNMP nº 0.00.000.000963/2011-74, 0.00.000.000964/2011-19, 0.00.000.001036/2011-71, 0.00.000.001179/2011-83 e 0.00.000.000972/2011-65)**

RELATOR: Cons. José Lázaro Alfredo Guimarães

EMBARGANTE: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

EMBARGADOS: Loiva Garcia Bock, Alexandre da Silva Pautz, Cesar da Cunha Krebs, Simone de Azambuja Corsetti, Tatiana Isabel Backes, Laura Emília Nunes, Andréia Parizoto, Leila Denise Bottega Ruschel, Magda Susel Kanrath, Helena Maria Campos Corleta, Naura da Silva Linder, Aline Maria Nunes Dias, Ana Paula Pinheiro Sartori, Cristine Bammann Kuhn, Danielle de Mello Berbgigier e Sandra Teresinha Bassani Nicolay.

ADVOGADO: Francisco Alf de Carvalho e Silva – OAB/RS 79.818

ASSUNTO: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente a Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, negou provimento aos presentes Embargos, determinando o cumprimento da decisão pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da intimação da presente decisão via correio eletrônico, nos termos do voto do Relator.

**9) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001343/2011-52 (Proposta de Resolução)**

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

PROPONENTE: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

ASSUNTO: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação do Núcleo Permanente de Acessibilidade, adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, aprovou a redação final da presente Proposta de Resolução, nos termos do voto do Relator.

**10) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000695/2011-91 (Proposta de Resolução)**

RELATOR: Cons. Mario Luiz Bonsaglia

PROPONENTE: Cons. Mario Luiz Bonsaglia

ASSUNTO: Proposta de Resolução destinada a regulamentar a observância do princípio da publicidade e do direito à informação no âmbito da administração do Ministério Público da União e dos Estados.

**DECISÃO:** Após o voto do Relator no sentido de aprovar a presente Proposta de Resolução, pediram vista os Conselheiros Fabiano Silveira e Alessandro Tramujas. Antecipou seu voto, acompanhando o Relator, o Conselheiro Almino Afonso. Aguardam os demais.

**11) PROCESSO CNMP 0.00.000.000163/2011-53 (Reclamação Disciplinar)**

RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares (Corregedora Nacional do Ministério Público, em substituição)

RECLAMANTES: Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região e outro

RECLAMADO: Membro do Ministério Público do Trabalho

ASSUNTO: Reclamação Disciplinar que visa a apuração de suposta falta funcional prevista no art. 236, I e IX, da Lei Complementar nº 75/1993.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Trabalho e de Procedimento de Controle Administrativo para verificar a legalidade de ato do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho que o promoveu ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, nos termos do voto da Relatora. O Conselheiro Jeferson Coelho declarou-se impedido. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Tito Amaral.

**12) PROCESSO CNMP 0.00.000.000148/2011-13 (Revisão de Processo Disciplinar)**

RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Amapá

ASSUNTO: Revisão das Sindicâncias nºs 001/2009 e 002/2009, arquivadas pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amapá.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, julgou procedente o presente pedido de revisão, determinando a aplicação de duas penas de advertência ao membro do Ministério Público do Estado do Amapá, nos termos do voto da Relatora. O Conselheiro Jeferson Coelho declarou-se impedido. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Tito Amaral.

**13) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001920/2010-25 (Processo Disciplinar)**

RELATORA: Cons. Maria Ester Henriques Tavares

REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente Processo, recomendando, todavia, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas que dote o Centro Operacional de recursos materiais e humanos mínimos necessários ao bom desempenho das atividades de acordo com a disponibilidade do Ministério Público daquele Estado, nos termos do voto da Relatora. O Conselheiro Jeferson Coelho declarou-se impedido. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Tito Amaral e, ocasionalmente, os Conselheiros Almino Afonso e Jarbas Soares Júnior.

**14) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000883/2008-13 (Sindicância)**

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

ASSUNTO: Sindicância contra membro do Ministério Público do Estado da Bahia

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Tito Amaral e Adilson Gurgel e, ocasionalmente, o Conselheiro Almino Afonso.

**15) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.000519/2009-34 (Sindicância)**

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Apurar supostas faltas funcionais do Promotor de Justiça titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Manaus - AM.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Tito Amaral e Adilson Gurgel e, ocasionalmente, o Conselheiro Almino Afonso.

**16) PROCESSO CNMP 0.00.000.000402/2010-94 (Sindicância)**

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

RECLAMANTES: Carlos Ramos da Silva

José Silva de Amorim

RECLAMADO: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas

ASSUNTO: Sindicância que visa a apuração de supostas faltas funcionais decorrentes de fatos detectados durante Correição realizada pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas na Promotoria de Justiça de Arapiraca.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Tito Amaral e Adilson Gurgel e, ocasionalmente, os Conselheiros Almino Afonso e Taís Ferraz.

**17) PROCESSO CNMP 0.00.000.000262/2010-54 (Sindicância)**

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Sindicância instaurada para apurar eventual responsabilidade disciplinar, em razão de excessiva demora na tramitação de inquérito policial.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Tito Amaral e Adilson Gurgel e, ocasionalmente, os Conselheiros Almino Afonso e Taís Ferraz.

**18) PROCESSO CNMP 0.00.000.001352/2010-62 (Sindicância)**

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Sindicância instaurada para apurar eventuais responsabilidades disciplinares em razão da existência de feitos paralisados em Promotorias de Justiça de Coari/AM.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Tito Amaral e Adilson Gurgel e, ocasionalmente, os Conselheiros Almino Afonso e Taís Ferraz.

**19) PROCESSO CNMP 0.00.000.001353/2010-15 (Sindicância)**

RELATOR: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público

REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Sindicância instaurada para apurar eventuais responsabilidades disciplinares em razão de existência de feitos paralisados na 2ª Promotoria de Justiça de Coari/AM.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento da presente Sindicância, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Tito Amaral e Adilson Gurgel e, ocasionalmente, os Conselheiros Almino Afonso e Taís Ferraz.

**20) PROCESSO CNMP 0.00.000.000384/2011-21 (Procedimento de Controle Administrativo)**

RELATOR: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

REQUERENTES: José Henrique Marques Moreira - Procurador de Justiça

Raimundo Nonato de Carvalho Filho - Procurador de Justiça

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Maranhão

ASSUNTO: Visa a apurar junto ao Ministério Público do Estado do Maranhão a legalidade dos processos de pagamentos de diárias que tipificam desvio de finalidade e indenizações em valor acima do teto estabelecido na Resolução nº 58/2010-CSMP, com a posterior desconstituição dos respectivos atos.

**DECISÃO:** O Conselho, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento do presente Procedimento no tocante ao pagamento de diárias e indenizações e, por maioria, recomendou à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão o encaminhamento de Projeto de Lei adequando as verbas aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CNMP nº 58, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros Jeferson Coelho, Maria Ester, Alessandro Tramuja e Mario Bonsaglia, os quais consideravam que a referida adequação deveria ser realizada de imediato por meio de ato interno do órgão. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Tito Amaral e Adilson Gurgel.

**21) PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001145/2011-99 (Pedido de Avocação)**

RELATOR: Cons. Jarbas Soares Júnior

REQUERENTE: Eloiza Helena Chiabai - Corregedora-Geral Substituta

ASSUNTO: Pedido de Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 5724/2011 (006/2011) que tramita no Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

**DECISÃO:** Após o voto do Relator no sentido de arquivar o feito, fixando, todavia, prazo de 30 (trinta) dias para o Ministério Público do Estado do Espírito Santo concluir o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar, pediu vista o Conselheiro Almino Afonso. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Tito Amaral e Adilson Gurgel. Aguardam os demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 17, de 2012** (nº 224/2012, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 524/2012 – TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 14/2011, do Senado Federal (TC 032.682/2011–5).

É o seguinte o Aviso:

### **AVISO Nº 17, DE 2012**

Aviso nº 224-Seses-TCU-Plenário

Brasília, 7 de março de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção ao Ofício nº 1.821-SF, de 11/10/2011, e

à Resolução nº 14/2011, cópia o Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 32.682/2011-5, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 7/3/2012, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que fundamentam.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O **Aviso nº 17, de 2012**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

## **PARECER Nº 210, DE 2012**

*Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2004 – Complementar, do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do Governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais.*

**RELATOR: Senador CYRO MIRANDA**

### **I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 248, de 2004 – Complementar, de autoria do Senador PAULO PAIM, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A matéria se apresenta em dois artigos.

O art. 1º consiste no objetivo principal do projeto, qual seja, o de instituir conselhos tripartites com a incumbência de fiscalizar a concessão de incentivos fiscais.

O art. 2º estabelece a vigência da futura lei, sessenta dias após sua publicação.

Em sua justificação, o Autor evoca o princípio constitucional da igualdade, aplicado à seara dos tributos, segundo o qual é proibido instituir tratamento distinto entre contribuintes que se achem em situação equivalente.

Aduz, ainda, que os incentivos fiscais, além de caracterizarem tratamento diferenciado, implicam redução de receitas, devendo, por isso, se revestir sempre de caráter excepcional.

Apresentada em agosto de 2004, a proposição foi distribuída exclusivamente à CAE. Chegou a ser arquivada em fevereiro de 2011, com base no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sendo retomada, nesse mesmo ano, por meio do Requerimento nº 167, do próprio Autor Senador PAULO PAIM.

### **II – ANÁLISE**

#### **CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE, REGIMENTALIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA**

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários, haja vista o disposto nos arts. 24, I, 48, I, da

Constituição Federal (CF). A proposição, contudo, fere o princípio federativo, conforme raciocínio desenvolvido mais adiante neste Parecer, no estudo do mérito.

O projeto **não atende** à juridicidade, uma vez que regula, por meio de diploma extravagante, matéria que deveria se pautar dentro dos limites do Código Tributário Nacional.

Quanto à técnica legislativa, nada a reparar.

A competência da Comissão de Assuntos Econômicos para deliberar sobre a proposição decorre do art. 99, IV, do RISF.

### MÉRITO

Embora a matéria demonstre a louvável intenção de prestigiar a participação da sociedade civil no controle da atividade legislativa, especialmente em questões tributárias, faz-se necessário alertar para algumas impropriedades do texto do projeto que inviabilizam completamente sua continuidade.

Não há dúvida, por exemplo, quanto à inconstitucionalidade de se estabelecer, por meio de lei complementar, requisito para que a lei ordinária possa conceder benefício fiscal.

O princípio federativo, expressamente estabelecido no art. 18 da Constituição Federal, impede que a União imponha a forma de organização dos Estados, Municípios de Distrito Federal, inclusive no que se refira à elaboração e gestão da matriz fiscal desses entes. Assim, soa inconstitucional uma norma da União que, mesmo sob o rótulo de lei complementar versando sobre norma geral de direito tributário, aponte a maneira pela qual outros integrantes da Federação exerçam uma competência constitucionalmente conferida, qual seja, a de conceder benefício fiscal.

É evidente que a lei complementar pode estabelecer requisitos de observância obrigatória para União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de direito tributário. A ponderação aqui desenvolvida diz respeito à intenção de impor, por uma lei da União, a criação de um conselho tripartite à revelia dos demais entes envolvidos, e dotado das importantíssimas responsabilidades descritas no projeto.



Outro equívoco diz respeito à iniciativa parlamentar. O art. 1º atribui competências a órgão da estrutura do Poder Executivo, o que viola o entendimento aplicado aos arts. 61, § 1º, “e”, combinado com o art. 84, VI, “a”, ambos da CF, no sentido de que a iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo.

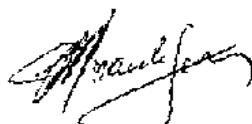
A proposição também está em desacordo com a alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da CF, relativamente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), que exige deliberação dos Estados e do Distrito Federal para a concessão de benefícios fiscais. O texto estabelece que tal competência seria dos conselhos previstos, ao passo que o dispositivo constitucional dispõe que é dos Estados e do Distrito Federal.

### III – VOTO

Pelas razões expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 248, de 2004 – Complementar, e seu conseqüente arquivamento.

Sala da Comissão, 20 de março de 2012.

Senador NELCÍO DO AMARAL, Presidente



, Relator

**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2004**

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 20/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** Roberto Requião

**RELATOR:** Roberto Requião

<b>Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
<b>PR</b>	
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro	2. Alfredo Nascimento
<b>PSD PSOL</b>	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84. VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;

VI - dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Art. 156. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir:

a) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;

b) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte

interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

c) propriedade de veículos automotores

II - adicional de até cinco por cento do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas nos respectivos territórios, a título de imposto previsto no art. 153, III, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 2º - O imposto previsto no inciso I, b, atenderá ao seguinte:

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

*DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA,  
NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO*

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 248, de 2004 – Complementar, de autoria do Senador PAULO PAIM, o qual *dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais.*

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º obriga a lei que conceda subsídio ou isenção a prever a criação de conselhos tripartites, compostos de representantes do governo, empregados e empregadores vinculados à área de incentivo, com poderes para verificação dos pressupostos dos benefícios fiscais e do cumprimento das obrigações impostas aos beneficiados.

O § 1º do art. 1º do PLS outorga aos conselhos tripartites competência para o cancelamento dos incentivos aprovados. O § 2º ressalva a atual competência dos órgãos responsáveis pela arrecadação dos tributos objeto dos benefícios concedidos.

O art. 2º do projeto estipula que a lei na qual for convertido o projeto entrará em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Na justificativa da matéria, o Senador PAULO PAIM aduz que a concessão de incentivos fiscais caracteriza tratamento diferenciado entre contribuintes, razão para afirmar que os incentivos devem ser usados exatamente nas finalidades para as quais foram criados. Continua, justificando a criação de conselhos tripartites fiscalizadores sob o argumento de que serão

compostos pelos segmentos que mais diretamente podem avaliar as condições e os resultados almejados com a concessão dos incentivos – governo, empregados e empregadores da região e das atividades abrangidas.

A proposição não recebeu emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre proposições pertinentes a normas gerais de direito tributário. É esse o caso do PLS nº 248, de 2004 - Complementar, que estabelece a obrigatoriedade de a lei concessória de subsídio ou isenção, emanada de qualquer ente federativo, prever a criação de conselhos tripartites fiscalizatórios.

A matéria é de competência do Congresso Nacional, consoante os arts. 24, I e 48, I, da Constituição Federal. É atendido o disposto no inciso III do art. 146 da Constituição, que exige lei complementar para veicular norma geral em matéria de legislação tributária. A iniciativa da proposição está respaldada no art. 61, *caput*, da Carta de 1988.

O PLS sob exame não respeita o princípio enunciado no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo o qual “o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei”. O princípio determina que as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, como é o caso em comento, sejam reunidas no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), recepcionado pela Constituição de 1988 com *status* de lei complementar. Logo, a norma veiculada no PLS, em vez de constar de lei extravagante, deveria ser acrescida ao Código Tributário Nacional.

A proposição está igualmente em dissintonia com o que estabelece a alínea g do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal. Relativamente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o dispositivo constitucional incumbe à lei complementar “regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados”.

O texto constitucional exige a deliberação dos Estados e do Distrito Federal tanto na concessão quanto na revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais. O § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, também recepcionada pela Constituição, é mais específico: a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados e sua revogação total ou parcial dependerá de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.



Logo, é inconstitucional o § 1º do art. 1º do PLS sob análise, que confere competência aos conselhos tripartites para revogar incentivos aprovados. A proposição outorga aos conselhos tripartites atribuição reservada pela Constituição aos Estados e ao Distrito Federal, atualmente reunidos para deliberação no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Também em respeito à Constituição, a lei referida no art. 1º do PLS sob apreciação deverá obrigatoriamente ser de iniciativa de chefe de poder executivo (no caso dos governadores, relativamente ao ICMS, após a celebração de convênio, por unanimidade, no âmbito do Confaz). É que o inciso II do § 1º do art. 61 da Lei Maior determina que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e sobre a criação e extinção de órgãos da administração pública. Trata-se de concretização do princípio da separação dos poderes, que o Supremo Tribunal Federal reiteradas vezes decidiu ser de reprodução obrigatória nas constituições estaduais e leis orgânicas dos Municípios. Assim, há vício de iniciativa na proposição. Não pode lei de iniciativa de parlamentar obrigar chefe do poder executivo a criar os pretendidos conselhos tripartites.

Lembramos, ainda, que é de estatura constitucional a determinação de que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Exige-se a reprodução dessa regra nas constituições estaduais e leis orgânicas dos Municípios, por força do *caput* do art. 75 da Constituição Federal, que determina a aplicabilidade das normas estabelecidas na seção que trata da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Como se vê, a instituição dos *checks and balances* no Brasil, tendo em foco o controle da Administração Pública, foi delegada ao Poder Legislativo, erguendo-se ao seu lado um órgão de natureza técnica que lhe presta auxílio: o tribunal de contas.

Como ensina Gilmar Ferreira Mendes (na monografia intitulada *Os Limites da Revisão Constitucional*), citando Bryde, as chamadas “cláusulas de imutabilidade” contêm uma “proibição de ruptura de

*determinados princípios constitucionais". Vedação que atinge, inclusive, as "emendas constitucionais que, sem suprimir princípios fundamentais, acabam por lesá-los topicamente, deflagrando um processo de erosão da própria Constituição".*

Soconremo-nos da lição de Gilmar Ferreira Mendes para dizer que a vedação atinge a *"própria apresentação de proposta tendente a abolir, isto é, a mitigar, a atenuar, a reduzir o significado e a eficácia da forma federativa do Estado (...) a separação de Poderes e os direitos e garantias individuais"*.

Seguindo ainda as colocações do renomado jurista, o controle externo poderia ser chamado de um "princípio sensível" e tem presença necessária para a concretização da cláusula pétrea da separação de Poderes.

A redução da competência do Poder Legislativo para fiscalizar a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas, embutida no PLS, é inadmissível.


Embora louvável a preocupação do Autor da proposição no sentido de estabelecer melhor controle sobre incentivos fiscais, a criação de conselhos tripartites com poderes de revogar os benefícios revela-se, ante as razões acima expendidas, inadequada para o fim almejado. A fiscalização dos incentivos fiscais continuará sendo feita pelo fisco de cada ente federativo e pelas respectivas casas legislativas, com o auxílio dos tribunais de contas, bem como pelo controle interno de cada Poder.

### **III – VOTO**

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 248, de 2004 – Complementar.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador JONAS PINHEIRO

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 248, de 2004 – Complementar, de autoria do Senador PAULO PAIM, o qual *dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais.*

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º obriga a lei que conceda subsídio ou isenção a prever a criação de conselhos tripartites, compostos de representantes do governo, empregados e empregadores vinculados à área de incentivo, com poderes para verificação dos pressupostos dos benefícios fiscais e do cumprimento das obrigações impostas aos beneficiados.

O § 1º do art. 1º do projeto outorga aos conselhos tripartites competência para o cancelamento dos incentivos aprovados. O § 2º ressalva a atual competência dos órgãos responsáveis pela arrecadação dos tributos objeto dos benefícios concedidos.

O art. 2º estipula que a lei na qual for convertido o projeto entrará em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Na justificativa da matéria, o Senador PAULO PAIM aduz que a concessão de incentivos fiscais caracteriza tratamento diferenciado entre contribuintes, razão para afirmar que os incentivos devem ser usados exatamente nas finalidades para as quais foram criados. Fundamenta a criação de conselhos tripartites fiscalizadores com o argumento de que serão compostos pelos segmentos que mais diretamente podem avaliar as condições e os resultados almejados com a concessão dos incentivos – governo, empregados e empregadores.

A proposição não recebeu emendas.

### II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre proposições pertinentes a normas gerais de direito tributário. É esse o caso do PLS

nº 248, de 2004 – Complementar, que estabelece a obrigatoriedade de a lei concessória de subsídio ou isenção, emanada de qualquer ente federativo, prever a criação de conselhos tripartites fiscalizatórios.

A matéria é de competência do Congresso Nacional, consoante os arts. 24, I, e 48, I, da Constituição Federal. É atendido o disposto no inciso III do art. 146 da Constituição, que exige lei complementar para veicular norma geral em matéria de legislação tributária. A iniciativa da proposição está respaldada no art. 61, *caput*, da Carta de 1988.

Sob o aspecto material, o teor da proposição em exame não está em conflito com normas constitucionais. Tampouco há inclusão de matéria estranha ao tema tratado pelo projeto.

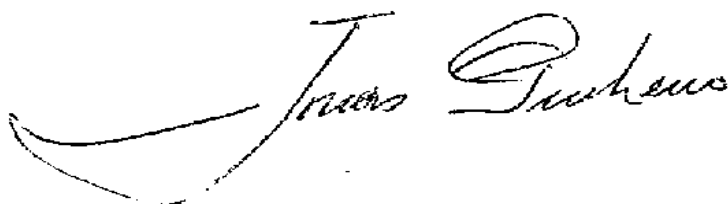
Consideramos a proposição legislativa meritória, constitucional e justa. Não temos dúvida quanto à oportunidade da medida, ao estabelecer um melhor controle sobre incentivos fiscais, pela criação de conselhos tripartites com poderes de revogar os benefícios.

### III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa do PLS nº 248, de 2004 – Complementar, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

## **RELATÓRIO**

**RELATOR:** Senador **GILBERTO GOELLNER**

### **I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 248, de 2004 – Complementar, de autoria do Senador PAULO PAIM, o qual *dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais.*

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º obriga a lei que conceda subsídio ou isenção a prever a criação de conselhos tripartites, compostos de representantes do governo, empregados e empregadores vinculados à área de incentivo, com poderes para verificação dos pressupostos dos benefícios fiscais e do cumprimento das obrigações impostas aos beneficiados.

O § 1º do art. 1º do projeto outorga aos conselhos tripartites competência para o cancelamento dos incentivos aprovados. O § 2º ressalva a atual competência dos órgãos responsáveis pela arrecadação dos tributos objeto dos benefícios concedidos.

O art. 2º estipula que a lei na qual for convertido o projeto entrará em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Na justificativa da matéria, o Senador PAULO PAIM aduz que a concessão de incentivos fiscais caracteriza tratamento diferenciado entre contribuintes, razão para afirmar que os incentivos devem ser usados exatamente nas finalidades para as quais foram criados. Fundamenta a criação de conselhos tripartites fiscalizadores com o argumento de que serão compostos pelos segmentos que mais diretamente podem avaliar as condições e os resultados almejados com a concessão dos incentivos – governo, empregados e empregadores.

A proposição não recebeu emendas.

### **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre proposições



pertinentes a normas gerais de direito tributário. E esse o caso do PLS nº 248, de 2004 – Complementar, que estabelece a obrigatoriedade de a lei concessória de subsídio ou isenção, emanada de qualquer ente federativo, prever a criação de conselhos tripartites fiscalizatórios.

A matéria é de competência do Congresso Nacional, consoante os arts. 24, I, e 48, I, da Constituição Federal. É atendido o disposto no inciso III do art. 146 da Constituição, que exige lei complementar para veicular norma geral em matéria de legislação tributária. A iniciativa da proposição está respaldada no art. 61, *caput*, da Carta de 1988.

Sob o aspecto material, o teor da proposição em exame não está em conflito com normas constitucionais. Tampouco há inclusão de matéria estranha ao tema tratado pelo projeto.

Consideramos a proposição legislativa meritória, constitucional e justa. Não temos dúvida quanto à oportunidade da medida, ao estabelecer um melhor controle sobre incentivos fiscais, pela criação de conselhos tripartites com poderes de revogar os benefícios.

### III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa do PLS nº 248, de 2004 – Complementar, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

## **PARECER Nº 211, DE 2012**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, do Senador Itamar Franco, que acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências.

**RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumentou que é necessário incentivar medidas que facilitem o aprimoramento educacional dos trabalhadores. Afirma que essas atitudes trazem como consequência mão-de-obra mais qualificada e desenvolvimento econômico e social.

### **II – ANÁLISE**

Compete e esta Comissão de Assuntos Sociais, discutir e votar o presente projeto de lei, a teor do que dispõem os arts. 90, I e 100, I do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há nenhum óbice do ponto de vista formal ou material à aprovação da matéria. Ela está entre aquelas de competência legislativa de parlamentar, não fere princípio geral de direito e está harmonizada com os ditames da boa técnica legislativa.

No mérito tampouco se apresentam óbices à aprovação da matéria. Realmente, possibilitar meios para que o trabalhador-estudante possa adequar sua jornada de trabalho com a necessidade decorrente do incremento da sua formação acadêmica tende a gerar um ganho de produtividade no futuro.

Todavia, acreditamos que a melhor forma de garantir a efetiva melhoria de vida do trabalhador é permitir que ele possa se ausentar do trabalho para se submeter a provas de concursos públicos, razão pela qual apresentamos uma emenda nesse sentido.

O projeto não representa ônus exagerado aos empregadores, pois são no máximo oito horas, consecutivas ou não, a cada 30 dias, não acumuláveis, o que não causa grande tribulação às rotinas organizacionais das empresas.

### **III – VOTO**

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLS 220, de 2011 com as seguintes emendas:

#### **EMENDA Nº 1 – CAS**

Dê-se ao inciso X do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, nos termos do PLS nº 220, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 473. ....

.....  
X – até 8 (oito) horas, consecutivas ou não, a cada período de 30 (trinta) dias, quando comprovadamente for submeter-se a provas de concursos públicos. (NR)”

#### **EMENDA Nº 2 – CAS**

Dê-se à ementa do PLS nº 220, de 2011, a seguinte redação:

Acréscita inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a provas de concurso público.

Sala da Comissão, 21 de março de 2012.

Senador JAYME CAMPOS  
Comissão de Assuntos Sociais  
Presidente

, Presidente

Senador JAYME CAMPOS, Relator

**Comissão de Assuntos Sociais - CAS**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, de 2011**

**TERMINATIVO**

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 21/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** Senador Jaime Campos

**RELATOR:** Senador Elói de Lencastre

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Víssa Graziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (PMDB)

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2011

AUTORES				SUPLENTE			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PAULO PALM (PT)		1- EDUARDO SUPLICY (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>		
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ÂNGELA PORTELA (PT)		2- MARTA SUPLICY (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>		
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	HUMBERTO COSTA (PT)		3- JOSÉ PIMENTEL (PT)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	WELLINGTON DIAS (PT)		4- ANA RITA (PT)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	JOÃO DURVAL (PDT)		5- LINDBERGH FARIAS (PT)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)		6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)		7- LÍDICE DA MATA (PSB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	WALDEMIR MOKA (PMDB)		1- VITAL DO RÉGO (PMDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PAULO DAVIM (PV)		2- PEDRO SIMON (PMDB)			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ROMERO JUCÁ (PMDB)		3- LOBÃO FILHO (PMDB)			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	CASILDO MALDANER (PMDB)		4- EDUARDO BRAGA (PMDB)			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	RICARDO FERRAÇO (PMDB)		5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	LAURO ANTONIO (PR)		6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)	<input checked="" type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	ANA AMÉLIA (PP)		7- BENEDITO DE LIRA (PP)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	CÍCERO LUCENA (PSDB)		1- AÉCIO NEVES (PSDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	LÚCIA VÂNIA (PSDB)		2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	CYRO MIRANDA (PSDB)		3- PAULO BAUER (PSDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	JAYME CAMPOS (DEM)		4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PTB	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	MOZARILDO CAVALCANTI		1- ARMANDO MONTEIRO			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	JOÃO VICENTE CLAUDINO		2- GIM ARGELLO			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	PR	ABSTENÇÃO	PR	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	VICENTE ALVES		1- CLÉSIO ANDRADE (PMDB)			

TOTAL: SIM: 15 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 24/03/2012.

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 131, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



## EMENDA Nº 2-CAS AO PLS Nº 220, DE 2011

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

INICIADORES				SUSTENTADORES			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			1- EDUARDO SUPLICY (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>		
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			2- MARTA SUPLICY (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>		
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			3- JOSÉ PIMENTEL (PT)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			4- ANA RITA (PT)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			5- LINDBERGH FARIAS (PT)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			7- LIDICE DA MATA (PSB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			1- VITAL DO RÉGO (PMDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			2- PEDRO SIMON (PMDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			3- LOBÃO FILHO (PMDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			4- EDUARDO BRAGA (PMDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			7- BENEDITO DE LIRA (PP)	<input checked="" type="checkbox"/>		
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			1- AÉCIO NEVES (PSDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			3- PAULO BAUER (PSDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			PTB			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			1- ARMANDO MONTEIRO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			2- GIM ARGELLO			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			PR	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			1- CLÉSIO ANDRADE (PMDB)			

TOTAL: SIM: 15 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 20/03/2012.

Obs.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**TEXTO FINAL****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2011**

Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a provas de concurso público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:


**Art. 1º** O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

**“Art. 473. ....**

**X – até 8 (oito) horas, consecutivas ou não, a cada período de 30 (trinta) dias, quando comprovadamente for submeter-se a provas de concursos públicos. (NR)”**

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de março de 2012.

  
**Senador JAYME CAMPOS**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....  
Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

III - por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

V - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva. (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

VI - no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra "c" do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). (Incluído pelo Decreto-lei nº 757, de 12.8.1969)

VII - nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. (Inciso incluído pela Lei nº 9.471, de 14.7.1997)

VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo. (Inciso incluído pela Lei nº 9.853, de 27.10.1999)

IX - pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro. (Incluído pela Lei nº 11.304, de 2006)

## OFÍCIO Nº 42/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 21 de março de 2012.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente  
Senado Federal

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, que *acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências*, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

**Respeitosamente,**

Senador **JAYME CAMPOS**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

## **PARECER Nº 212, DE 2012**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, do Senador Humberto Costa, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos.

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 475, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, acrescenta o art. 1º-A à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que *dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde*.

O novo dispositivo abrange dois objetivos distintos: 1) estabelecer princípios a serem observados pelos planos privados de assistência à saúde na atenção prestada (*caput* e § 1º); 2) explicitar o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistencial mínima a ser prestada por esses planos, cuja competência de elaboração e revisão é definida como sendo da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) (§ 2º).

Os princípios que, segundo o projeto, devem nortear a atenção no âmbito dos planos privados de assistência à saúde são: atenção multiprofissional; integralidade das ações, respeitada a segmentação contratada; incorporação de ações de promoção da saúde e de prevenção de riscos e de doenças; uso da epidemiologia para monitoramento da qualidade das ações e da gestão em saúde; adoção de medidas que evitem a estigmatização e a institucionalização dos portadores de transtornos mentais, visando ao aumento de sua autonomia; e estímulo ao parto normal.

O projeto foi distribuído para ser analisado exclusivamente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

Nos termos do inciso II do art. 100 do RISF, compete à CAS apreciar o projeto no que tange à proteção da saúde. No presente caso, como a este colegiado cabe decisão terminativa, também devem ser analisados os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

A proposição em comento é meritória na medida em que busca trazer para os planos privados de assistência à saúde princípios fundamentais para garantir o direito dos usuários à atenção à saúde de qualidade. Esses princípios, entre outros, já há muito estão incorporados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, cremos ser fundamental incluir, entre os princípios norteadores da atenção à saúde, o direito dos usuários à autonomia e à informação sobre sua saúde e a atenção recebida, bem como à preservação de sua integridade física e moral. Essas são questões éticas relevantes que devem ser observadas dentro dos serviços de saúde, sejam eles privados ou públicos, e que já estão contempladas na lei regulamentadora do SUS.

Outro reparo a fazer, no que diz respeito ao mérito da proposição, é quanto ao princípio de não estigmatização, previsto especificamente em relação aos portadores de transtornos mentais. Em nosso entendimento, a não estigmatização deve ser um princípio geral a ser aplicado a todas as pessoas, independentemente da patologia em questão.

Em relação à explicitação do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, constante do § 2º do art. 1º-A proposto, cremos que essa matéria não guarda relação com o teor do artigo, não sendo adequado incluí-la como um parágrafo desse dispositivo. Ademais, a Lei nº 9.656, de 1998, já prevê que a ANS regulamente a amplitude das coberturas dos planos privados de saúde, e essa previsão consta do § 4º do art. 10, conforme transcrição:

**Art. 10.** .....

.....  
§ 4º A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela ANS.

O art. 10 da Lei nº 9.656, de 1998, refere-se ao plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar. No entanto, a definição da cobertura mínima, a ser feita pela ANS, alcança também as demais segmentações, a teor do disposto no art. 12, *in verbis*:



**Art. 12.** São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, **respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, [...]**

É com base no § 4º do art. 10 da Lei nº 9.656, de 1998, e no inciso III do art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, que estabelece como competência da ANS *elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998*, que a Agência vem atualizando periodicamente a amplitude das coberturas que os planos privados de assistência à saúde são obrigados a garantir, dentro de cada segmentação.

Assim, entendemos que não há razão para incluir novo dispositivo para regulamentar matéria que já está contemplada na lei. Além de não ser necessária, tal inclusão constituiria falha de técnica legislativa, pois representaria duplicidade de comando: dois dispositivos para disciplinar a mesma matéria. Também, não é adequado que a lei nomeie o instrumento pelo qual deverá ser feita a definição das coberturas mínimas pela ANS – como o *Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde* –, o que atenta contra a boa técnica legislativa.

Quanto à constitucionalidade do projeto, não vislumbramos óbices a sua aprovação.

Para escoimar a proposição dos vícios de técnica legislativa apontados e promover os ajustes necessários em relação aos princípios propostos, conforme já discutido, apresentamos emenda substitutiva ao projeto.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

#### **EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO)**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2011**

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

**“Art. 1º-A** A atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde obedecerá aos seguintes princípios:

I – integralidade das ações, respeitada a segmentação contratada;

II – atenção multiprofissional;

III – incorporação de ações de promoção da saúde e de prevenção de riscos e de doenças;

IV – uso da epidemiologia para o monitoramento da qualidade das ações e para a gestão em saúde;

V – respeito à autonomia e à integridade física e moral das pessoas assistidas;

VI – garantia do direito das pessoas assistidas à informação sobre sua saúde;

VII – adoção de medidas e práticas que evitem a estigmatização das pessoas assistidas;

VIII – estímulo a práticas assistenciais alternativas à institucionalização na atenção aos transtornos mentais;

IX – estímulo ao parto normal.

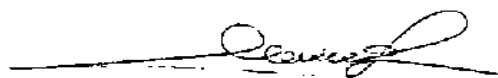
*Parágrafo único.* Os princípios estabelecidos no *caput* deverão ser observados em todos os níveis de complexidade da atenção, respeitando-se as segmentações contratadas, visando à promoção da saúde, à prevenção de riscos e doenças, ao diagnóstico, ao tratamento, à recuperação e à reabilitação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de março de 2012.

Senador JAYME CAMPOS  
Comissão de Assuntos Sociais  
Presidente

, Presidente



, Relatora

**Comissão de Assuntos Sociais - CAS**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2011**

**TERMINATIVO**

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 14/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** Senadora Jayme Campos

**RELATOR:** Senadora Ana Amélia

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyr Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO) AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475 DE 2011

TITULARES					SUPLENTE				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)	X			
ÂNGELA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)			X		3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				7- LÍDICE DA MATA (PSB)	X			
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- VITAL DO RÊGO (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
LAURO ANTONIO (PR)	X				6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
ANA AMÉLIA (PP) <i>Relatora</i>	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	<i>Presidência</i>				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- ARMANDO MONTEIRO				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2- GIM ARGELLO				
PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VICENTINHO ALVES					1- CLÉSIO ANDRADE (S/ PARTIDO)				

TOTAL: 14 SIM: 9 NÃO: 5 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 14/03/2012.

ORS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**TEXTO FINAL**  
**EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO)**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2011**

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:


**“Art. 1º-A** A atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde obedecerá aos seguintes princípios:

- I – integralidade das ações, respeitada a segmentação contratada;
- II – atenção multiprofissional;
- III – incorporação de ações de promoção da saúde e de prevenção de riscos e de doenças;
- IV – uso da epidemiologia para o monitoramento da qualidade das ações e para a gestão em saúde;
- V – respeito à autonomia e à integridade física e moral das pessoas assistidas;
- VI – garantia do direito das pessoas assistidas à informação sobre sua saúde;
- VII – adoção de medidas e práticas que evitem a estigmatização das pessoas assistidas;
- VIII – estímulo a práticas assistenciais alternativas à institucionalização na atenção aos transtornos mentais;
- IX – estímulo ao parto normal.

*Parágrafo único.* Os princípios estabelecidos no *caput* deverão ser observados em todos os níveis de complexidade da atenção, respeitando-se as segmentações contratadas, visando à promoção da saúde, à prevenção de riscos e doenças, ao diagnóstico, ao tratamento, à recuperação e à reabilitação.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de março de 2012.

  
Senador **JAYME CAMPOS**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998.**

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Art. 10. É instituído o plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermagem, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no art. 12 desta Lei, exceto: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I - tratamento clínico ou cirúrgico experimental; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

II - procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;

III - inseminação artificial;

IV - tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

V - fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;

VI - fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar;

VII - fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

VIII - (Revogado pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

IX - tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

X - casos de catadismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente.

§ 1º As exceções constantes dos incisos deste artigo serão objeto de regulamentação pela ANS. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 2º As pessoas jurídicas que comercializam produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei oferecerão, obrigatoriamente, a partir de 3 de dezembro de 1999, o plano-referência de que trata este artigo a todos os seus atuais e futuros consumidores. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 3º Excluem-se da obrigatoriedade a que se refere o § 2º deste artigo as pessoas jurídicas que mantêm sistemas de assistência à saúde pela modalidade de autogestão e as pessoas jurídicas que operem exclusivamente planos odontológicos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 4º A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela ANS. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes exigências mínimas: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I - quando incluir atendimento ambulatorial:

a) cobertura de consultas médicas, em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

b) cobertura de serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

II - quando incluir internação hospitalar:

a) cobertura de internações hospitalares, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, admitindo-se a exclusão dos procedimentos obstétricos; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

b) cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva, ou similar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

c) cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação;

d) cobertura de exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

e) cobertura de toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados, assim como da remoção do paciente, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, em território brasileiro; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos;

III - quando incluir atendimento obstétrico:

a) cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do consumidor, ou de seu dependente, durante os primeiros trinta dias após o parto;

b) inscrição assegurada ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do consumidor, como dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de trinta dias do nascimento ou da adoção; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

IV - quando incluir atendimento odontológico:

a) cobertura de consultas e exames auxiliares ou complementares, solicitados pelo odontólogo assistente;

b) cobertura de procedimentos preventivos, de dentística e endodontia;

c) cobertura de cirurgias oais menores, assim consideradas as realizadas em ambiente ambulatorial e sem anestesia geral;

V - quando fixar períodos de carência:

a) prazo máximo de trezentos dias para partos a termo;

b) prazo máximo de cento e oitenta dias para os demais casos;

c) prazo máximo de vinte e quatro horas para a cobertura dos casos de urgência e emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

VI - reembolso, em todos os tipos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nos limites das obrigações contratuais, das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços próprios, contratados, credenciados ou referenciados pelas operadoras, de acordo com a relação de preços de serviços médicos e hospitalares praticados pelo respectivo produto, pagáveis no prazo máximo de trinta dias após a entrega da documentação adequada; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

VII - inscrição de filho adotivo, menor de doze anos de idade, aproveitando os períodos de carência já cumpridos pelo consumidor adotante.

§ 1º Após cento e vinte dias da vigência desta Lei, fica proibido o oferecimento de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei fora das segmentações de que trata este artigo, observadas suas respectivas condições de abrangência e contratação. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 2º A partir de 3 de dezembro de 1999, da documentação relativa à contratação de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, nas segmentações de que trata este artigo, deverá constar declaração em separado do consumidor, de que tem conhecimento da existência e disponibilidade do plano referência, e de que este lhe foi oferecido. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 3º (Revogado pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

---

#### **LEI Nº 9.961 DE 28 DE JANEIRO DE 2000.**

Regulamento da MP 2.012-2, de 30.12.99

Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.

Conversão da MPv nº 2.012-2, de 2000

---

Art. 4º Compete à ANS:

---

III - elaborar o rol de procedimentos e eventos em saúde, que constituirão referência básica para os fins do disposto na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e suas excepcionalidades;

**SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**OFÍCIO Nº 43/2012-PRESIDÊNCIA/CAS**

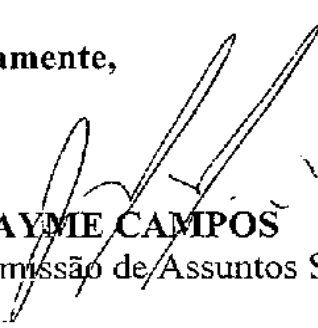
**Brasília, 21 de março de 2012.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente  
Senado Federal

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, *que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos*, de autoria do Senador Humberto Costa.

**Respeitosamente,**

  
Senador **JAYME CAMPOS**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

## **PARECER Nº 213, DE 2012**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.*

**RELATORA: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**

### **I – RELATÓRIO**

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que tem por finalidade atualizar a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que regulamenta o exercício da profissão de técnico em radiologia.

Para tanto, o projeto prevê:

- a) a classificação das áreas afetas à radiologia, em suas diferentes modalidades;
- b) as obrigações do profissional de radiologia;
- c) as condições para o exercício da profissão;



d) as condições para a inscrição do profissional no Conselho Regional;

e) o direito ao exercício das atividades das áreas de radiologia e irradiação industrial e de radioinspeção de segurança aos profissionais que, efetivamente, as exerciam antes da vigência desta lei e que não foram tratados adequadamente pela Lei nº 7.394, de 1985.

f) várias alterações na composição e funcionamento dos Conselhos Nacional e Regionais de Técnicos em Radiologia, bem como mudança de sua denominação para, respectivamente, Conselhos Federal e Regionais de Técnica e Tecnologia Radiológica;

g) a revogação dos artigos 3º, 5º, 6º, 7º, 8º e 17, todos da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, bem como o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, e a Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega a necessidade de regulamentar de forma clara e atualizada o exercício da profissão dos que atuam na área de radiologia e imagenologia.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar, em decisão terminativa, projetos de lei que versem sobre condições para o exercício das profissões.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional nos dispositivos que tratam sobre o exercício da profissão do técnico, tecnólogo e do bacharel em técnicas radiológicas e de imagens.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Já o mesmo não podemos dizer dos artigos 8º ao 13, de parte do artigo 14 e dos artigos 15 ao 23, que dispõem, entre outros aspectos, sobre a composição, eleição, funcionamento e atribuições dos Conselhos Nacional e Regionais de Técnicos em Radiologia.

A despeito do indubitável mérito presente nos dispositivos acima citados, vale lembrar que a matéria diz respeito à organização e ao funcionamento de órgão da administração federal.

Como se sabe, os conselhos profissionais são entidades incumbidas de disciplinar (sob os aspectos normatizador e punitivo) e fiscalizar o exercício das profissões. Exercem, portanto, função pública, uma vez que a fiscalização do exercício profissional está acima dos interesses da corporação e configura interesse da coletividade, constituindo-se, portanto, interesse público. As atividades desenvolvidas pelos conselhos, em consequência, são típicas do Estado, embora este os tenha autarquizado.

Dai que eles são órgãos integrantes da Administração Pública, já que de outra maneira não poderiam realizar serviços públicos típicos, próprios do Estado. Sendo assim, a competência de iniciativa de lei que vise à criação ou alteração das normas que regem esses conselhos é de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme dispõe o art. 61, § 1º, inciso II, alínea e, da Constituição Federal.

No mais, a proposição em discussão é meritória, visto que não só ajusta a legislação referente ao exercício da atividade do técnico em radiologia à evolução tecnológica no segmento radiológico e de imagenologia, bem como insere nessa regulamentação os profissionais portadores de diploma de ensino superior (Bacharel em Ciências Radiológicas e Tecnólogo em Radiologia), que dela não constavam ainda. A propósito, de acordo com o Ministério de Educação, já existem cerca de 87 cursos de tecnologia em radiologia.

Por essas razões, ao final, apresentamos, com alguns aperfeiçoamentos, substitutivo dispondo tão-somente dos aspectos concernentes ao exercício da profissão dos que atuam nas áreas da radiologia e da imagenologia. É de se enfatizar que a redação que se propõe foi amplamente debatida no âmbito dessa categoria profissional e é a que melhor atende ao interesse público.

### **III – VOTO**

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, com a seguinte emenda:

#### **EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2008**

*Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, para dispor sobre o exercício das profissões de Técnico e Tecnólogo em Radiologia e de Bacharel em Ciências Radiológicas, e dá outras providências.*

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** A Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Esta Lei regula o exercício das profissões de Bacharel em Ciências Radiológicas, Tecnólogo em Radiologia e Técnico em Radiologia no emprego das técnicas radiológicas e imagenológicas nos setores da saúde, da indústria e dos serviços nas seguintes áreas:

- I – radiologia convencional;
- II – imagenologia;
- III – radioterapia;
- IV – medicina nuclear;
- V – radiologia e irradiação industrial;
- VI – radioinspeção de segurança.

Parágrafo único. São atividades inerentes às áreas de:

- I – radiologia convencional: obtenção de imagens por equipamentos geradores de radiação ionizante para subsidiar diagnóstico médico, odontológico ou veterinário;

II – imagenologia: obtenção de imagens por ressonância magnética, ultra-sonografia e outros métodos que não utilizam fontes ionizantes;

III – radioterapia: aplicação de fontes radioativas e de radiação ionizante gerada em equipamentos de radioterapia;

IV – medicina nuclear: obtenção de imagens de fontes radioativas captadas pelo organismo e utilização de radiofármacos no organismo;

V – radiologia e irradiação industrial: obtenção de imagens em ensaios não destrutivos com o uso de radiações ionizantes e utilização de radiações ionizantes nas técnicas de conservação e esterilização de produtos;

VI – radioinspeção de segurança: utilização de radiação ionizante em técnicas analíticas e de inspeção na indústria e em atividades de serviços, e de radiação ionizante na segurança e inspeção de cargas, produtos e pessoas.” (NR)

“Art. 2º São condições para o exercício das atividades nos respectivos setores de que trata esta Lei:

I – ser portador de diploma de ensino superior com grau de Bacharel em Ciências Radiológicas;

II – ser portador de diploma de ensino superior com grau de Tecnólogo em Radiologia;

III – ser portador de certificado de conclusão do ensino médio e possuir formação mínima de Técnico em Radiologia com habilitação específica em um dos setores a que se refere o art. 1º;

IV – estar inscrito no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia e encontrar-se no pleno gozo de seus direitos profissionais.” (NR)

“Art. 2º-A. São atribuições do Bacharel em Ciências Radiológicas: a pesquisa, a supervisão da proteção radiológica e da aplicação das técnicas previstas nesta Lei, o ensino e o exercício de atividades nas áreas em que possua formação específica.”

“Art. 2º-B. São atribuições do Tecnólogo em Radiologia: a supervisão da proteção radiológica e da aplicação das técnicas previstas nesta Lei, e o exercício de atividades nas áreas em que possua formação específica.”

**“Art. 2º-C. São atribuições do Técnico em Radiologia: o exercício de atividades profissionais em uma das áreas em que tenha formação específica.”**

**“Art. 2º-D. São deveres do Bacharel em Ciências Radiológicas, do Tecnólogo em Radiologia e do Técnico em Radiologia:**

**I – utilizar todos os dispositivos de proteção radiológica para sua segurança e a dos usuários e terceiros;**

**II – observar, no exercício da sua atividade, os limites da sua habilitação;**

**III – comunicar às autoridades sanitárias e de proteção radiológica qualquer irregularidade ou vazamento radioativo que for detectado nos equipamentos ou nas instalações onde exerce sua atividade.”**

.....  
**“Art. 4º. Os profissionais referidos nesta Lei somente serão registrados nos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia se egressos de cursos legalmente autorizados e reconhecidos nos termos da lei.**

***Parágrafo único.* Em nenhuma hipótese os cursos poderão matricular candidatos que não comprovem a conclusão educacional em nível médio ou equivalente.” (NR)**

**“Art. 5º. Os centros de estágios serão constituídos pelos serviços de saúde, de pesquisas físicas, de ensaios não destrutíveis e outros serviços voltados aos setores especificados nesta lei, desde que autorizados a funcionar pelos órgãos competentes.**

***Parágrafo único.* Todo estágio deve ser supervisionado por profissional inscrito no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, que emitirá atestado de cumprimento e aproveitamento do estágio relacionado com a habilitação.” (NR)**

.....  
**“Art. 10. O trabalho de supervisão da proteção radiológica e das aplicações das técnicas descritas nesta lei é da competência do Bacharel e do Tecnólogo em Radiologia.**



***Parágrafo único.*** Na ausência ou inexistência de qualquer dos profissionais referidos no *caput*, poderá o Técnico em Radiologia supervisionar as aplicações das técnicas radiológicas.” (NR)

“Art. 11. Ficam assegurados todos os direitos aos profissionais que efetivamente exerciam, anteriormente a 17 de junho de 1986, suas atividades nas áreas descritas no art. 1º.” (NR)

“Art. 11-A. Fica assegurado aos Auxiliares de Radiologia e outros profissionais que atuam na radiologia, se expostos à radioatividade no exercício de suas funções, o disposto no *caput* do art. 14.”

***Parágrafo único.*** É obrigatória a inscrição dos profissionais de que trata o *caput* a inscrição nos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia.”

.....  
“Art. 12-A. Constitui infração disciplinar:

I – transgredir o Código de Ética Profissional;

II – exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não registrados.”

“Art. 12-B. As penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais aos profissionais inscritos são:

I – advertência confidencial em aviso reservado;

II – censura confidencial em aviso reservado;

III – censura pública;

IV – multa equivalente a até cinco vezes o valor da anuidade;

V – suspensão do exercício profissional até trinta dias;

VI – suspensão do exercício profissional até noventa dias; e

VII – suspensão do exercício profissional por dez anos, ad referendum, do Conselho Nacional.

§ 1º As penalidades serão progressivas com a reincidência.

§ 2º A readmissão aos quadros do Conselho Regional, após cumprida suspensão de dez anos, está condicionada a exame de proficiência, avaliação psicológica e autorização judicial.

**“Art. 12-C. A multa por contratar, admitir, pactuar, omitir ou permitir o exercício ilegal da profissão nas dependências da instituição ou de instalações privadas é de valor equivalente de cinco a dez anuidades devidas por pessoa física.**

***Parágrafo único.* As multas são progressivas na reincidência.”**

.....

**“Art. 14. ....**

***Parágrafo único.* O disposto no *caput* não se aplica aos profissionais que executam, exclusivamente, as técnicas de imagenologia descritas no inciso II do art. 1º.” (NR)**

.....

**Art. 2º Ficam assegurados todos os direitos aos:**

**I - profissionais que, antes da vigência desta lei, exerciam suas atividades nas áreas a que se referem os incisos V e VI do art. 1º.**

**II - Técnicos e Tecnólogos em Radiologia que, antes da vigência desta lei, estavam inscritos nos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia.**

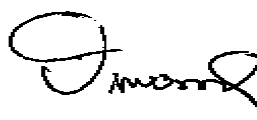
**Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 4º Ficam revogados os artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e a Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002.**

Sala da Comissão, 14 de março de 2012.

Senador JAYME CAMPOS  
Comissão de Assuntos Sociais  
Presidente

**, Presidente**



**, Relatora**

**Comissão de Assuntos Sociais - CAS**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2008**

**TERMINATIVO**

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 14/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Valdir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jay Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Montelero
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO) AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26 DE 2008

TITULARES				SUPLENTE			
	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)							
PAULO PAIM (PT)			X		1- EDUARDO SUPLICY (PT)		
ANGELA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPLICY (PT)		
HUMBERTO COSTA (PT)	X				3- JOSÉ PIMENTEL (PT)		
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)		
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)		
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)		
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Rel. Inst.</i>	X				7- LÍDICE DA MATA (PSB)	X	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	SIM	NÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- VITAL DO RÊGO (PMDB)		
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)		
ROMERO JUCA (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)		
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)		
RICARDO FERRACO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)		
LAURO ANTONIO (PR)	X				6- SÉRGIO PETECÃO (PSD)		
ANA AMÉLIA (PP)	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)		
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)		
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)		
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)		
JAYME CAMPOS (DEM)	<i>Presidente</i>				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)		
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				1- ARMANDO MONTEIRO	X	
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2- GIM ARGELLO		
PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PR	SIM	NÃO
VICENTINHO ALVES					1- CLÉSIO ANDRADE (S/ PARTIDO)		

TOTAL: 42 SIM: 10 NÃO: 32 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 14/03/2012.

5. O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)**

*Altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, para dispor sobre o exercício das profissões de Técnico e Tecnólogo em Radiologia e de Bacharel em Ciências Radiológicas, e dá outras providências.*

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** A Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 1º** Esta Lei regula o exercício das profissões de Bacharel em Ciências Radiológicas, Tecnólogo em Radiologia e Técnico em Radiologia no emprego das técnicas radiológicas e imagenológicas nos setores da saúde, da indústria e dos serviços nas seguintes áreas:

- I – radiologia convencional;**
- II – imagenologia;**
- III – radioterapia;**
- IV – medicina nuclear;**
- V – radiologia e irradiação industrial;**
- VI – radioinspeção de segurança.**

**Parágrafo único.** São atividades inerentes às áreas de:

**I – radiologia convencional:** obtenção de imagens por equipamentos geradores de radiação ionizante para subsidiar diagnóstico médico, odontológico ou veterinário;

**II – imagenologia:** obtenção de imagens por ressonância magnética, ultra-sonografia e outros métodos que não utilizam fontes ionizantes;

**III – radioterapia:** aplicação de fontes radioativas e de radiação ionizante gerada em equipamentos de radioterapia;

**IV – medicina nuclear:** obtenção de imagens de fontes radioativas captadas pelo organismo e utilização de radiofármacos no organismo;

**V – radiologia e irradiação industrial:** obtenção de imagens em ensaios não destrutivos com o uso de radiações ionizantes e utilização de radiações ionizantes nas técnicas de conservação e esterilização de produtos;

**VI – radioinspeção de segurança:** utilização de radiação ionizante em técnicas analíticas e de inspeção na indústria e em atividades de serviços, e de



radiação ionizante na segurança e inspeção de cargas, produtos e pessoas.” (NR)

“Art. 2º São condições para o exercício das atividades nos respectivos setores de que trata esta Lei:

I – ser portador de diploma de ensino superior com grau de Bacharel em Ciências Radiológicas;

II – ser portador de diploma de ensino superior com grau de Tecnólogo em Radiologia;

III – ser portador de certificado de conclusão do ensino médio e possuir formação mínima de Técnico em Radiologia com habilitação específica em um dos setores a que se refere o art. 1º;

IV – estar inscrito no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia e encontrar-se no pleno gozo de seus direitos profissionais.” (NR)

“Art. 2º-A. São atribuições do Bacharel em Ciências Radiológicas: a pesquisa, a supervisão da proteção radiológica e da aplicação das técnicas previstas nesta Lei, o ensino e o exercício de atividades nas áreas em que possua formação específica.”

“Art. 2º-B. São atribuições do Tecnólogo em Radiologia: a supervisão da proteção radiológica e da aplicação das técnicas previstas nesta Lei, e o exercício de atividades nas áreas em que possua formação específica.”

“Art. 2º-C. São atribuições do Técnico em Radiologia: o exercício de atividades profissionais em uma das áreas em que tenha formação específica.”

“Art. 2º-D. São deveres do Bacharel em Ciências Radiológicas, do Tecnólogo em Radiologia e do Técnico em Radiologia:

I – utilizar todos os dispositivos de proteção radiológica para sua segurança e a dos usuários e terceiros;

II – observar, no exercício da sua atividade, os limites da sua habilitação;

III – comunicar às autoridades sanitárias e de proteção radiológica qualquer irregularidade ou vazamento radioativo que for detectado nos equipamentos ou nas instalações onde exerce sua atividade.”

.....

“Art. 4º. Os profissionais referidos nesta Lei somente serão registrados nos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia se egressos de cursos legalmente autorizados e reconhecidos nos termos da lei.

*Parágrafo único.* Em nenhuma hipótese os cursos poderão matricular candidatos que não comprovem a conclusão educacional em nível médio ou equivalente.” (NR)

“Art. 5º. Os centros de estágios serão constituídos pelos serviços de saúde, de pesquisas físicas, de ensaios não destrutíveis e outros serviços voltados aos setores especificados nesta lei, desde que autorizados a funcionar pelos órgãos competentes.

*Parágrafo único.* Todo estágio deve ser supervisionado por profissional inscrito no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, que emitirá atestado de cumprimento e aproveitamento do estágio relacionado com a habilitação.” (NR)

.....

“Art. 10. O trabalho de supervisão da proteção radiológica e das aplicações das técnicas descritas nesta lei é da competência do Bacharel e do Tecnólogo em Radiologia.

*Parágrafo único.* Na ausência ou inexistência de qualquer dos profissionais referidos no *caput*, poderá o Técnico em Radiologia supervisionar as aplicações das técnicas radiológicas.” (NR)

“Art. 11. Ficam assegurados todos os direitos aos profissionais que efetivamente exerciam, anteriormente a 17 de junho de 1986, suas atividades nas áreas descritas no art. 1º.” (NR)

“Art. 11-A. Fica assegurado aos Auxiliares de Radiologia e outros profissionais que atuam na radiologia, se expostos à radioatividade no exercício de suas funções, o disposto no *caput* do art. 14.”

*Parágrafo único.* É obrigatória a inscrição dos profissionais de que trata o *caput* a inscrição nos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia.”

.....

“Art. 12-A. Constitui infração disciplinar:

I – transgredir o Código de Ética Profissional;

II – exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não registrados.”

“Art. 12-B. As penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais aos profissionais inscritos são:

I – advertência confidencial em aviso reservado;

II – censura confidencial em aviso reservado;

III – censura pública;

IV – multa equivalente a até cinco vezes o valor da anuidade;

V – suspensão do exercício profissional até trinta dias;

VI – suspensão do exercício profissional até noventa dias; e

VII – suspensão do exercício profissional por dez anos, *ad referendum*, do Conselho Nacional.

§ 1º As penalidades serão progressivas com a reincidência.

§ 2º A readmissão aos quadros do Conselho Regional, após cumprida suspensão de dez anos, está condicionada a exame de proficiência, avaliação psicológica e autorização judicial.

“Art. 12-C. A multa por contratar, admitir, pactuar, omitir ou permitir o exercício ilegal da profissão nas dependências da instituição ou de instalações privadas é de valor equivalente de cinco a dez anuidades devidas por pessoa física.

*Parágrafo único.* As multas são progressivas na reincidência.”

.....  
“Art. 14. ....

*Parágrafo único.* O disposto no *caput* não se aplica aos profissionais que executam, exclusivamente, as técnicas de imagenologia descritas no inciso II do art. 1º.” (NR)

.....  
**Art. 2º Ficam assegurados todos os direitos aos:**

I - profissionais que, antes da vigência desta lei, exerciam suas atividades nas áreas a que se referem os incisos V e VI do art. 1º.

II - Técnicos e Tecnólogos em Radiologia que, antes da vigência desta lei, estavam inscritos nos Conselhos Regionais de Técnicos em Radiologia.

**Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 4º Ficam revogados os artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e a Lei nº 10.508, de 10 de julho de 2002.**

Sala da Comissão, 21 de março de 2012.



Senador **JAYME CAMPOS**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

**LEI Nº 7.394, DE 29 DE OUTUBRO DE 1985.**

Regula o Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.

Art. 3º - Toda entidade, seja de caráter público ou privado, que se propuser instituir Escola Técnica de Radiologia, deverá solicitar o reconhecimento prévio (vetado).

Art. 5º - Os centros de estágio serão constituídos pelos serviços de saúde e de pesquisa físicas, que ofereçam condições essenciais à prática da profissão na especialidade requerida.

Art. 6º - A admissão à 1ª série da Escola Técnica de Radiologia dependerá:

1 - do cumprimento do disposto no § 2, do Art. 4, desta Lei;

II - de aprovação em exame de saúde, obedecidas as condições estatuídas no parágrafo único, do Art. 46, do Decreto número 29.155, de 17 de janeiro de 1951.

Art. 7º - As Escolas Técnicas de Radiologia existentes, ou a serem criadas, deverão remeter ao órgão competente (vetado), para fins de controle e fiscalização de registros, cópia da ata relativa aos exames finais, na qual constem os nomes dos alunos aprovados e as médias respectivas.

Art. 8º - Os diplomas expedidos por Escolas Técnicas de Radiologia, devidamente reconhecidos, têm âmbito nacional e validade para o registro de que trata o inciso II, do Art. 2, desta Lei.

Parágrafo único. Concedido o diploma, fica o Técnico em Radiologia obrigado a registrá-lo, nos termos desta Lei.

.....

Art. 17 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

.....

**LEI Nº 10.508, DE 10 DE JULHO DE 2002.**

Altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985.

.....

**DECRETO Nº 92.790, DE 17 DE JUNHO DE 1986.**

Regulamenta a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.

.....



**SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**Ofício nº 44/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS**

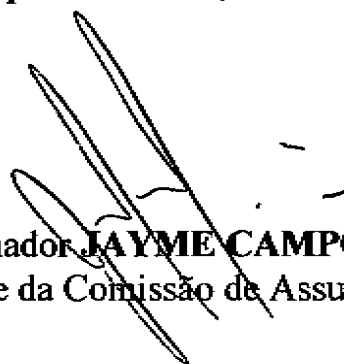
**Brasília, 21 de março de 2012.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente  
Senado Federal

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente a Emenda nº 1- CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.*

**Respeitosamente,**



**Senador JAYME CAMPOS**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

## **PARECER Nº 214, DE 2012**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 – Complementar (nº 277/2005, na origem, do Deputado Leonardo Mattos), que “dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral da Previdência Social”. (Em audiência, nos termos do Requerimento nº 73, de 2011)

**RELATOR: Senador LINDBERGH FARIAS**

### **I - RELATÓRIO**

Foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 40, de 2010 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 277, de 2005, na origem), de autoria do Deputado Leonardo Mattos, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Na Câmara dos Deputados, a matéria tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e na Comissão de Seguridade Social e Família, tendo recebido parecer favorável e aprovação por unanimidade em ambas as comissões. Recebeu apenas cinco emendas na fase de discussão, com rejeição de apenas uma delas e obteve a aprovação quase unânime do Plenário daquela Casa, obtendo 324 votos favoráveis.

Nesta Casa, a matéria tramitou nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Assuntos Sociais, que se manifestaram favoravelmente à sua aprovação. Em virtude da aprovação do Requerimento nº 73, de 2010, do Senador Romero Jucá, a proposição foi

encaminhada para audiência desta CAE, antes de ser finalmente submetida ao Plenário desta Casa.

O projeto em análise pretende disciplinar a aposentadoria especial das pessoas com deficiência, instituída com a Emenda Constitucional (EC) nº 47, de 5 de julho de 2005, mediante modificação do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que permitiu a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial aos segurados com deficiência.

Entre os requisitos estabelecidos no projeto, está a exigência de tempo de contribuição diferenciado, conforme se trate de deficiência leve (trinta anos, se homem; e vinte e cinco, se mulher), deficiência moderada (vinte e sete anos, se homem; e vinte e dois, se mulher) e deficiência grave (vinte e cinco anos, se homem; e vinte, se mulher).

Se a opção for pela aposentadoria por idade, as pessoas com deficiência poderão requerê-la com sessenta (60) anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco (55) anos, se mulher, desde que comprovada a contribuição mínima de quinze (15) anos e igual período de existência de deficiência.

A proposta atribui ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a competência para atestar o grau de deficiência e realizar perícia quinzenal, para reavaliação.

O texto do projeto de lei também foi elaborado de modo a definir o valor dos benefícios, a estabelecer a aplicação do fator previdenciário, a contagem recíproca do tempo de contribuição e a aplicabilidade das normas do Regime Geral da Previdência Social.

Ademais, o PLC nº 40, de 2010, conceitua “pessoa com deficiência” para os fins a que se aplica, remetendo para regulamento a atribuição de especificar o grau de limitação para fins de aplicação da norma.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

As normas que se inserem no campo do Direito Previdenciário, tais como a concessão de aposentadorias pelo Regime Geral da Previdência

Social (RGPS), também estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal.

No caso da utilização de critérios e condições diferenciadas para pessoas com deficiência para o recebimento de aposentadoria especial, há exigência de lei complementar, tal como está definido no do § 1º do art. 201 da Constituição Federal. A proposição atenta para essa necessidade de instrumento normativo específico a veicular tal regulamentação, não havendo, assim, impedimentos no que se refere ao aspecto constitucional.

Há muito anos as pessoas com deficiência de todo o Brasil travam uma luta intensa pelos direitos ligados a Seguridade Social, com o objetivo de garantir uma aposentadoria especial e de acordo com as necessidades desse segmento da sociedade.

Por entender justa essa luta, o Congresso, especialmente esta Casa, de onde partiu a iniciativa de Emenda Constitucional, esforçou-se por aprovar a mudança no referido artigo 201, que permitiu a adoção de critérios específicos para a concessão da aposentadoria especial. Tratou-se de uma novidade em nosso direito previdenciário que, no passado recente, somente permitia a adoção desses requisitos e critérios diferenciados quando vinculados às atividades exercidas e não à condição do beneficiário.

A partir da EC nº 47, de 2005, é que se facultou às pessoas com deficiência a aposentadoria especial, independentemente do tipo de trabalho que possuem. Sem dúvida foi uma conquista que garante o tratamento equânime a esses cidadãos, dentro do princípio da discriminação positiva estabelecido pela Constituição.

No entanto, a falta dessa regulamentação impede a concretização dessas garantias. Atualmente, a Previdência Social não disponibiliza nenhum benefício de aposentadoria diferenciado para pessoas com deficiência, aguardando iniciativa legislativa que defina as novas ações referentes ao assunto. O Congresso Nacional, muito embora tenha tido algumas iniciativas para regular o direito constitucionalmente garantido, até o momento não conseguiu concluir o trâmite para aprovação das propostas apresentadas.

Diante desse cenário, as pessoas com deficiência têm buscado o Judiciário para a satisfação do seu direito. São inúmeros os mandados de

injunção impetrados por várias entidades de classe. O Congresso Nacional não pode mais tolerar essa situação, não apenas por negligenciar a concessão de direitos às pessoas com deficiência, mas por deixar que outro poder da República tenha de fazer o seu papel, pois é isso o que acontece nos mandados de injunção: o Judiciário produz norma de decisão aplicável à omissão.

Desse modo, é mais que oportuna a análise do PLC nº 40, de 2010. Sua redação é cuidadosa, pois foi sensível em relação aos posicionamentos tomados pelos tribunais superiores, no sentido de anuir a favor das pessoas com deficiência a decisão pela concessão de aposentadoria especial.

Em um universo de 44,1 milhões de vínculos ativos em 31 de dezembro de 2010, 306,0 mil foram declarados como pessoas com deficiência, representando 0,7% do total de vínculos (dados RAIS/2010, do Ministério do Trabalho e Emprego). Ainda é um número pequeno se comparado à representatividade da população com deficiência grave (6,7%, segundo o Censo 2010 do IBGE) relativamente à população geral.

Entendo que essa proposição servirá como um forte estímulo à inserção desses trabalhadores no mercado formal de trabalho, melhorando as condições socioeconômicas e físico-psicológicas desse segmento da população.

É notório que as pessoas com alguma deficiência revelam capacidade surpreendente nos empregos obtidos, dada a utilização acentuada dos sentidos não comprometidos e a disposição redobrada com que se dedicam ao trabalho. Inserir-lhes nos processos de produção econômica, concedendo-lhes direitos de acordo com a especificidade de sua condição, é também uma forma de aumentar a produtividade e uma necessidade social.

Nada mais justo que compensar essa dificuldade adicional com uma redução no prazo exigido para aposentadoria. E o tempo de contribuição, disciplinado pelo grau de deficiência, parece-nos bastante justa e compatível com a situação dos possíveis beneficiários.

Portanto, foi com absoluta ciência de que a aposentadoria especial trata-se de uma das principais pautas do movimento em defesa dos direitos da pessoa com deficiência que recebi esta relatoria em março de 2011.



Ocorre que, desde a Câmara, o projeto enfrentava resistências de setores do governo e do parlamento, sob argumento do potencial impacto no orçamento da Previdência. O cenário era certo: o posicionamento contrário a itens específicos do projeto dificultaria a sua aprovação.

Como relator do PLC 40/2010, grande parte do meu trabalho em 2011 foi promover diversas reuniões com esses setores, no intuito de buscar condições técnicas e políticas para sua aprovação e sanção.

Acredito que essas tratativas foram fundamentais para que este projeto passe a ser, efetivamente, uma lei a atender a população com deficiência do Brasil.

Assim, o Substitutivo abaixo proposto resulta desse grande esforço, envolvendo diversos setores do governo federal, Ministério Público, Defensoria Pública, conselhos, associações e da sociedade civil, avalizado pela Casa Civil e pela Secretaria de Relações Institucionais.

Estou confiante de que o diálogo franco e aberto com todos os seguimentos, somada à sensibilidade do governo da Presidenta Dilma, permitiu a elaboração de um texto equilibrado e que atende adequadamente às pessoas com deficiência.

### **III – VOTO**

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 – Complementar, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo) proposta:

**EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº DE**

Regulamenta o § 1º do art. 201 da  
Constituição no tocante à aposentadoria da  
pessoa com deficiência segurada do  
Regime Geral de Previdência Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a concessão de aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social de que trata o § 1º do art. 201 da Constituição.

Art. 2º Para o reconhecimento do direito à aposentadoria de que trata esta Lei Complementar, considera-se pessoa com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Art. 3º Fica assegurada a concessão de aposentadoria, pelo Regime Geral de Previdência Social, ao segurado com deficiência, observadas as seguintes condições:

I – aos vinte e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e vinte anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

II – aos vinte e nove anos de tempo de contribuição, se homem, e vinte e quatro anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III – aos trinta e três anos de tempo de contribuição, se homem, e vinte e oito anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

IV – aos sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de quinze anos, e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

**Parágrafo único.** Regulamento do Poder Executivo definirá as deficiências grave, moderada e leve para os fins desta Lei Complementar.

**Art. 4º** A avaliação da deficiência será médica e social, nos termos do Regulamento.

**Art. 5º** O grau de deficiência será atestado por perícia própria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, por meio de instrumentos desenvolvidos para este fim.

**Art. 6º** A contagem de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência será objeto de comprovação, exclusivamente, na forma desta Lei Complementar.

**§ 1º** A existência de deficiência anterior à data da vigência desta Lei Complementar deverá ser certificada, inclusive quanto ao seu grau, por ocasião da primeira avaliação, sendo obrigatória a fixação da data provável do início da deficiência.

§ 2º A comprovação de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à entrada em vigor desta Lei não será admitida por meio de prova exclusivamente testemunhal.

Art. 7º Se o segurado, após a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, tornar-se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados no art. 3º serão proporcionalmente ajustados, considerando-se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente, nos termos do regulamento a que se refere o parágrafo único do art. 3º desta lei.

Art. 8º A renda mensal da aposentadoria devida ao segurado com deficiência será calculada aplicando-se sobre o salário de benefício, apurado em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, os seguintes percentuais:

I – cem por cento, no caso da aposentadoria de que tratam os incisos I, II e III do art. 3º; ou

II – setenta por cento, mais um por cento do salário-de-benefício por grupo de doze contribuições mensais, até o máximo de trinta por cento, no caso de aposentadoria por idade.

Art. 9º Aplica-se à pessoa com deficiência de que trata esta Lei Complementar:

I – o fator previdenciário nas aposentadorias se resultar em renda mensal de valor mais elevado;

II – a contagem recíproca do tempo de contribuição na

condição de segurado com deficiência relativo à filiação ao Regime Geral de Previdência Social, regime próprio de previdência do servidor público ou a regime de previdência militar, devendo os regimes se compensarem financeiramente;

III – as regras de pagamento e recolhimento das contribuições previdenciárias contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV – as demais normas relativas aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

V – a percepção de qualquer outra espécie de aposentadoria estabelecida na Lei nº 8.213, de 1991, que lhe seja mais vantajosa que as opções apresentadas nesta Lei Complementar.

Art. 10 A redução do tempo de contribuição prevista nesta Lei Complementar não poderá ser acumulada, no tocante ao mesmo período contributivo, com a redução assegurada aos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor seis meses após a publicação.”  
(NR)

Sala da Comissão, 20 de março de 2012.

Senador DELCÍLIO DO AMARAL, Presidente

  
Senador LINDBERGH FARIAS, Relator

**Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, de 2010**

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 20/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** [Assinatura]

**RELATOR:** [Assinatura]

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Marcelo Criviano (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro	2. Alfredo Nascimento
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues



**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO IV  
Da Organização dos Poderes  
CAPÍTULO I  
DO PODER LEGISLATIVO****Seção VIII  
DO PROCESSO LEGISLATIVO****Subseção III  
Das Leis**

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

~~Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias. Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.~~

**TÍTULO VIII  
Da Ordem Social**

**CAPÍTULO II  
DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção III  
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

~~Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

~~§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

**LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.**

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

**LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.**

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

~~Art. 29. O salário-de-benefício consiste: (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)~~

~~I - para os benefícios de que tratam as alíneas b e c do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)~~

~~II - para os benefícios de que tratam as alíneas a, d, e e h do inciso I do art. 18, na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)~~

**§ 1º** No caso de aposentadoria por tempo de serviço, especial ou por idade, contando o segurado com menos de 24 (vinte e quatro) contribuições no período máximo citado, o salário-de-benefício corresponderá a 1/24 (um vinte e quatro avos) da soma dos salários-de-contribuição apurados. (Parágrafo revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.1999)

**§ 2º** O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.

**§ 3º** Serão considerados para o cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuição previdenciária.

**§ 3º** Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário (gratificação natalina). (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 1994)

**§ 4º** Não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-de-contribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.

**§ 5º** Se, no período básico de cálculo, o segurado tiver recebido benefícios por incapacidade, sua duração será contada, considerando-se como salário-de-contribuição, no período, o salário-de-benefício que serviu de base para o cálculo da renda mensal, reajustado nas mesmas épocas e bases dos benefícios em geral, não podendo ser inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo.

**§ 6º** No caso de segurado especial, o salário-de-benefício, que não será inferior ao salário mínimo, consiste: (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

**§ 6º** O salário-de-benefício do segurado especial consiste no valor equivalente ao salário-mínimo, ressalvado o disposto no inciso II do art. 39 e nos §§ 3º e 4º do art. 48 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008)

I - para os benefícios de que tratam as alíneas b e c do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99) (Revogado pela Lei nº 11.718, de 2008)

II - para os benefícios de que tratam as alíneas a, d, e e h do inciso I do art. 18, em um treze avos da média aritmética simples dos maiores valores sobre os quais incidiu a sua contribuição anual, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99) (Revogado pela Lei nº 11.718, de 2008)

**§ 7º** O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula constante do Anexo desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

**§ 8º** Para efeito do disposto no § 7º, a expectativa de sobrevida do segurado na idade da aposentadoria será obtida a partir da tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

**§ 9º** Para efeito da aplicação do fator previdenciário, ao tempo de contribuição do segurado serão adicionados: (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

I - cinco anos, quando se tratar de mulher; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

II - cinco anos, quando se tratar de professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

III - dez anos, quando se tratar de professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os pareceres lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 210, de 2012**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela rejeição do **Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2004 – Complementar**, do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais*.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria continue sua tramitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 42 a 44, de 2012**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 220 e 475, de 2011; e 26, de 2008, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

OFÍCIO Nº 42/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 21 de março de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, que acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho—CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o empregado deixe de comparecer ao trabalho por até oito horas, para submeter-se a exames ou provas em estabelecimentos educacionais e dá outras providências, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**,  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OFÍCIO Nº 43/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 21 de março de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, combinado com o art. 284 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2011, que altera a Lei nº 9.656,

de 3 de junho de 1998, para estabelecer princípios a serem observados na atenção à saúde prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde e explicitar a competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para elaborar Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde como referência para a cobertura assistência mínima no âmbito desses planos, de autoria do Senador Humberto Costa.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**,  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OFÍCIO Nº 44/2012 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 21 de março de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, §§ 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, e o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, que regulam o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências.

Respeitosamente, – Senador **Jayme Campos**,  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com referência aos **Ofícios nºs 42 a 44, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 427, de 2009**, da Senadora Rosalba Ciarlini, que *acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2011**, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991,*



*para dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender às donas de casa sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, previsto nos §§ 12 e 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências;*

- **Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2011**, do Senador Eduardo Amorim, que *acrescenta dispositivos à Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, para incluir atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação;*
- **Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2011**, da Senadora Ana Amélia, que altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que *dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para assegurar o atendimento às mulheres portadoras de deficiência;*
- **Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2011**, do Senador Humberto Costa, que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que *dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos; e*
- **Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2011**, da Senadora Ana Rita, que *altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o seguro-desemprego da trabalhadora desempregada que seja chefe de família.*

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A primeira oradora inscrita é a Senadora Ana Amélia, que permutou com a Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero aproveitar para cumprimentar a Senadora Ana Amélia. Hoje é um dia muito especial, porque é o dia do aniversário de S. Ex<sup>a</sup>.

Quero lhe desejar muita paz, muita saúde, muita felicidade e dizer-lhe que tem sido uma alegria e uma honra muito grande conviver com V. Ex<sup>a</sup> aqui no Senado, Senador Ana Amélia. Muita felicidade para a senhora.

Tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB

– AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg.

Eu também gostaria, antes de iniciar meu breve pronunciamento, de cumprimentar, com muito carinho, a Senadora Ana Amélia pela data.

V. Ex<sup>a</sup> tem ouvido de todos os colegas, e muitos, que V. Ex<sup>a</sup> é a talvez revelação/revelação, porque nunca havia ocupado nenhuma cadeira em nenhum parlamento, municipal, estadual ou federal, e chegou ao Senado, pela primeira vez, com uma bagagem, uma experiência não só de uma pessoa vivida, mas de uma pessoa que estuda muito todos, absolutamente todos os assuntos.

Senadora Ana Amélia, V. Ex<sup>a</sup> consegue ser uma parlamentar atuante, capaz, competente e, ao mesmo tempo, gentil, cordial, com todos os seus colegas, principalmente com nós mulheres. Então, conviver nesse período com V. Ex<sup>a</sup> tem sido muito bom. Tenha certeza de que quando seus colegas, Senadoras e Senadores, dizem isso estão falando com muita sinceridade, porque a senhora, de fato, é muito querida por todos nós.

Que a senhora tenha muitos anos de vida e que a senhora continue com toda essa força!

Sabemos que passou por momentos difíceis assim que chegou a esta Casa, mas superou tudo com altivez – todos nós perdemos entes queridos. São poucos aqueles que sabem passar por isso sem transformar a vida em amargura, mas considerando-a algo que merece ser vivido dia a dia.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade da convivência, desejando-lhe que seja muito feliz. V. Ex<sup>a</sup> tem uma longa estrada pela frente e ainda vai ajudar muito o nosso País e, sobretudo, o seu belíssimo Estado, Rio Grande do Sul.

Parabéns, Senadora!

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, esta semana estive nesta tribuna, aliás, não apenas eu, mas os três Senadores do Amazonas – eu, o Senador Eduardo Braga, Líder da Presidenta Dilma nesta Casa, e o Senador Alfredo Nascimento –, falando do problema de energia elétrica que enfrenta a cidade de Manaus há alguns anos.

V. Ex<sup>a</sup> estava viajando, participando de vários encontros da Globe Internacional no Brasil, entidade que reúne parlamentares do mundo inteiro e que desenvolve o tema do meio ambiente, V. Ex<sup>a</sup> estava cumprindo essa grande tarefa representando o Senado Federal, Senador Rodrigo, mas durante a semana falamos a

respeito das dificuldades de energia que o Estado do Amazonas enfrenta. Dificuldade porque estamos vivendo, além dos cortes diários que acontecem em todas as regiões, em todos os bairros da cidade de Manaus, onde a luz cai e a luz volta, vivemos, no último final de semana, no domingo e na segunda-feira, um apagão em toda a cidade.

Vimos à tribuna, falamos do assunto e, ao mesmo tempo, solicitamos uma atenção maior do Governo Federal para este problema. E por essa grave situação dos apagões, Sr. Presidente, que atingiram a nossa cidade, a querida cidade de Manaus, no último final de semana – nunca é demais lembrar que aqui estou falando de uma cidade de quase dois milhões de habitantes e que abriga mais de seiscentas indústrias – é óbvio, nós temos consequências duríssimas, não só para a população como um todo, mas para o próspero processo produtivo instalado na cidade de Manaus.

Então nós estivemos, nesta semana agora, eu e o Senador Eduardo Braga – repito –, Líder da Presidenta Dilma nesta Casa, numa audiência com o Ministro Edison Lobão. Ele nos recebeu na última quarta-feira e realizamos uma longa, dura, mas muito produtiva reunião, porque, além dos três Ministros, o Senador Eduardo e eu, ele convocou também um técnico que participa do grupo de trabalho que o próprio Ministério de Minas e Energia, que a Eletrobrás criou para tentar resolver o mais rapidamente possível esse problema na cidade de Manaus.

Como nós, o Ministro reconheceu a gravidade da situação e não apenas se deteve em anunciar, o que é muito importante, um investimento da ordem de R\$1,2 bilhão, Sr. Presidente.

Entretanto, aqui quero dizer que os investimentos têm sido crescentes na geração de energia na cidade de Manaus. O problema de geração já está resolvido e agora nós temos um problema gravíssimo de distribuição, que não se resolve de um dia para o outro, que não se resolve instalando usinas geradoras, porque é todo o sistema da cidade de Manaus que tem que ser mudado.

É com tristeza que lemos notícias que ganham o Brasil dando conta de que a cidade de Manaus é a campeã, Senador Rodrigo Rollemberg, no desperdício de energia elétrica, a campeã. É a cidade que mais tem gato e na qual a empresa, que é pública, não conseguiu se preparar ainda para debelar esse problema muito grave.

O ministro nos deixou claro que há uma determinação da própria Presidenta Dilma, com quem o Governador Omar Aziz conversou a respeito desse assunto. Eu conversei com Giles, a pessoa que está todo o tempo ao lado dela, e ele me dizia que o Governador Omar conversou com a Presidenta e que eles já estão repetindo, porque é uma determinação antiga,

para que absolutamente tudo seja feito no sentido de resolver os problemas.

O ministro ainda se comprometeu em mudar o relacionamento entre a empresa Eletrobrás Amazonas Energia e a população da cidade de Manaus, porque, diante deste momento de muita dificuldade, a empresa tem de ser solidária com a população, Senador Rodrigo – V. Ex<sup>a</sup> que também é um grande estudioso do Código do Consumidor – a empresa tem de tratar a população de uma forma diferenciada. Ela não pode, num momento de crise, fechar as portas. Pelo contrário, ela tem de abrir as portas e receber com muita paciência a todos. Tivemos um problema grave com uma vereadora da cidade de Manaus, que fez denúncias. Simplesmente, sem uma palavra da direção da empresa, ela recebeu um envelope com um cheque em sua casa como forma de ressarcimento.

O Ministro Edison Lobão comprometeu-se conosco que, a partir de agora, tudo irá mudar nos procedimentos da empresa, inclusive o contato entre ela e a população da minha querida cidade.

Ele nos disse também que está se empenhando muito para resolver o problema e nos mostrou, de forma aberta, o quanto têm sido crescentes os investimentos na cidade de Manaus. Em 2010, segundo ele, foram em torno de R\$400 milhões; no ano passado, R\$600 milhões. Com o montante anunciado de R\$1,2 bilhão, isso significa que, para este ano, os recursos serão dobrados, Sr. Presidente. Além das sete novas subestações que foram inauguradas no ano passado e de três que foram recuperadas, ele anunciou que pretende construir e inaugurar, neste ano ainda de 2012, mais 12 subestações.

Como percebemos, é todo o sistema de distribuição da cidade de Manaus que está sendo reformulado.

Outra medida anunciada pelo ministro será a substituição dos transformadores de energia da cidade, que já começou. Foram mais de mil transformadores já substituídos na cidade de Manaus.

E nos informou sobre as obras da construção do anel de distribuição, que é apontado por ele – e todos nós temos clareza disso – como um dos principais responsáveis pelo apagão. O novo anel está sendo construído para receber a energia que virá de Tucuruí, porque a perspectiva é que Manaus receba energia de Tucuruí com a inauguração do linhão, que está programada para o ano que vem.

Lembrou-nos ainda da usina termelétrica bicom bustível – *diesel* e gás –, porque 50% da geração de energia em Manaus já é gerada a partir do gás natural, e uma nova usina de 600 *megawatts* será construída. Aí perguntam, Senador Rodrigo: “Espera lá. Para quê? Manaus vai receber energia de Tucuruí, já gera mais de 1.300, 1.400 *megawatts* e contará com mais



uma usina de 600 *megawatts*?" Exatamente, porque nós estaremos fazendo parte, a partir da inauguração do linhão de Tucuruí, do Sistema Interligado Nacional.

Então, é necessário o gás que há no Estado do Amazonas. São necessárias todas essas termelétricas para dar garantia de segurança não somente ao meu Estado do Amazonas, à cidade de Manaus ou ao Norte, mas a todo o Brasil, ao Sistema Interligado Nacional.

Enfim, quero dizer que o Ministro Lobão foi taxativo ao dizer que o problema de geração já foi resolvido e agora todos os esforços estão concentrados na distribuição.

Portanto, nós marcamos para a próxima quarta-feira, na própria sala do Ministro Edison Lobão, uma nova reunião com todo o grupo de trabalho, com o Presidente da Eletrobrás; com o Dr. Madureira, Diretor-Presidente da Eletrobrás Amazonas Energia, para ouvirmos os detalhes de todo o projeto que está sendo desenvolvido pela equipe que dirige a Amazonas Energia.

Quero dizer que saímos de lá com muita expectativa, porque, além dos transtornos causados no momento, nós não podemos esquecer que Manaus, assim como Brasília, São Paulo e tantas outras, é uma das doze cidades que abrigarão a Copa do Mundo.

Portanto, tenho certeza e convicção de que estamos trabalhando e vamos acompanhar de perto todo o trabalho para resolver o mais rápido possível o problema de distribuição da energia elétrica no Estado do Amazonas.

De tudo que eu disse, eu quero destacar o seguinte: a mudança de atitude da empresa. Isso é fundamental. Nós não temos dúvida nenhuma de que isso já começou a existir desde a última crise vivida no último final de semana. Uma empresa mais aberta ao diálogo, a ouvir não só a população, mas também os técnicos que muito podem contribuir para resolver esse problema.

Muito obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Muito obrigada, Senadora Ana Amélia, por V. Ex<sup>a</sup>, que aniversaria hoje, dar-me a possibilidade de falar primeiro nesta sessão.

Obrigada!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelas palavras, pela defesa do seu Estado.

Passo neste momento, a palavra à Senadora Ana Amélia.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Rodrigo Rollemberg, que preside a sessão desta manhã aqui no Senado Federal, uma semana de muito trabalho, ontem V. Ex<sup>a</sup> aqui abordou, juntamente com outros colegas Senadores, a celebração do Dia da Água, prestando um relatório do que foi feito em Marseille, na França.

Apoio a sua indicação de que Brasília seja sede, em 2018, do Encontro Nacional das Águas. No meu Rio Grande do Sul, a Associação Riograndense de Imprensa tem debatido esse tema. Seria muito oportuno que a nossa capital pudesse sediar. Claro que também ficaria contente se fosse em Porto Alegre, Gramado, tantos lugares que temos a oferecer. Mas entendo a posição de V. Ex<sup>a</sup> como representante da nossa Capital Federal, o Distrito Federal.

O tema que eu vou abordar tem relação direta com isso, Senador Rodrigo Rollemberg, porque diz respeito a uma questão crucial. O nosso País tem ainda uma dívida a ser resgatada com a população brasileira, que envolve não só as questões da água, mas especialmente a questão do saneamento, e é esse o tema que trago agora para abordar aqui.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a principal razão do trabalho de um governo, de um parlamento, do próprio Poder Judiciário é atender às demandas da sociedade, enfim, da sua população. Se não existir uma preocupação com o ser humano, com o cidadão, não existe nem razão para o trabalho dos governantes, ou dos seus parlamentares, ou dos seus líderes políticos.

Um País pobre com um índice de corrupção elevado, atrasado, tem por característica uma baixa consideração com o ser humano, com as necessidades básicas e, sobretudo, com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

Quando há investimento na educação e na saúde, nós mostramos à população que estamos trabalhando por um país mais humano, dando chances iguais a todos, inclusive naquela grande máxima que é a inclusão da cidadania. Não se pode pensar em um cidadão incluído se ele não tem acesso à educação e às exigências básicas em matéria de saúde e de atendimento.

Numa semana em que falamos de corruptos que desviam dinheiro da saúde em hospitais através da cobrança de propinas, quero trazer a esta tribuna a discussão de outro tipo de trabalho: a recuperação da cidadania.

Um dos maiores atrasos de um país está na falta de saneamento básico, como me referi há pouco, ou seja, não distribuir água a toda a população, manter cidades com esgoto a céu aberto – e não são as cidades pequenas, são grandes metrópoles, o rio Tietê, em São Paulo, ou o Arroio Dilúvio, em Porto Alegre – e o não tratamento do lixo. Por muitos anos, esse tipo de serviço foi deficiente no Brasil. Durante décadas, nosso País esteve em listas de nações com baixo índice de esgotamento sanitário, ou de esgoto sanitário, atingindo menos da metade das casas brasileiras e engrossando o grupo dos países com baixo nível de desenvolvimento socioeconômico.

Se contabilizarmos os milhões de litros de esgoto que são jogados nos nossos rios, nos nossos lagos, nas nossas nascentes, constataremos a gravidade da situação em que nos encontramos. E, repito, não se trata de imaginar que aqueles rincões mais distantes dos centros urbanos são os mais afetados por esse descaso. Não. O descaso com o saneamento ocorre nas grandes metrópoles, nos bairros da periferia, onde não há nem sequer um ordenamento urbano na fixação das populações, o que às vezes acaba provocando tragédias inacreditáveis, muito tristes, com mortes, desabamentos, desmoronamento de morros, tudo por conta de um descaso em relação a essa ocupação urbana desordenada que agrava os problemas relacionados à questão do abastecimento de água e de saneamento.

Sem acesso à água tratada, sem sistema de esgoto, sem coleta de lixo e depósito correto dos dejetos, aumentam os problemas com a saúde da população e, conseqüentemente, é preciso gastar mais dinheiro no atendimento da saúde, que já sofre com outras mazelas, entre elas a da corrupção, que acabei de citar, aquilo que vimos nas matérias do Fantástico do último domingo.

A má qualidade da água mata um número muito grande de crianças.

Sessenta e cinco por cento dos atendimentos de crianças de até cinco anos, em ambulatórios de todo o Brasil, Presidente Rodrigo Rollemberg, ocorrem por causa da falta de saneamento. São pequenos brasileiros, crianças que sofrem de diarreia, dengue e leptospirose pela ausência desse serviço. Até em nossa capital já houve incidência desses problemas.

Dados da Organização Mundial da Saúde indicam que, com cada real gasto em projetos de saneamento básico, o Estado economiza quatro reais na saúde, ou seja, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, água potável, rede de esgoto instalada, aterro sanitário para o lixo vão salvar vidas e garantir mais recursos para investimentos sociais. Isso tudo se resume, Senador Rodrigo Rollemberg, a uma palavra chave: prevenção, prevenção.

Descuidamos muito da prevenção porque, parece, preferimos remediar, quando acontecem desastres como epidemia de dengue ou de outra doença que se agrave exatamente pela ausência de investimentos em saneamento

Hoje o Brasil caminha para atingir um número maior de residências com serviços de manejo de resíduos sólidos e de água pluvial, seguido do abastecimento de água potável.

Segundo a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, 81,7% das casas de todo o Brasil têm acesso a água tratada, 52% das residências em áreas urbanas têm serviço de esgoto.

O Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC), com ações de saneamento básico, tem melhorado, claro, esses números. Ainda há muito a fazer, mas o nosso País, de proporções continentais, precisa eliminar urgentemente essas desigualdades.

Um levantamento feito pela Fundação de Economia e Estatística do meu Rio Grande do Sul aponta que o serviço de esgoto em meu Estado é insuficiente ou deficitário.

Apesar de o Estado gaúcho ter índices elevados em educação, saúde e renda, é exatamente a falta de saneamento básico ou de investimento nesse setor que puxam para baixo o índice de qualidade de vida dos gaúchos.

Dos 496 Municípios do meu Estado, a maior parte, 387 deles, tem desempenho baixo, abaixo da média quando avaliamos o serviço de saneamento básico. Isso é inaceitável para um Estado politicamente avançado, também socialmente evoluído e com uma renda **per capita** elevada. Não é possível admitir esses índices.

Pensando nesses dados, foi que eu, como Senadora, e o Deputado Federal Ronaldo Zulke, do Partido dos Trabalhadores, realizamos, com a parceria da Assembleia Legislativa do meu Estado, a Câmara Federal, o Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, um seminário sobre a participação dos Municípios nos programas de investimentos do saneamento ambiental.

Muito já se ouviu no passado histórias de prefeitos que se preocupavam apenas com obras visíveis e que garantissem votos, como pontes e monumentos, deixando de lado os investimentos ligados à distribuição de água, por exemplo, como tubulações enterradas e longe dos olhos dos eleitores. Foi uma experiência muito grata testemunhar que essa mentalidade, se é que existiu, já mudou e continua mudando. Mais de cem prefeitos do meu Estado participaram desse seminário sobre saneamento ambiental, em maio do ano passado, em Porto Alegre. Prefeituras e Governo Federal discutíamos, juntamente com representantes do Parlamento, o PAC 2 e como usar de forma eficiente os recursos destinados para ações de saneamento.

Uma força-tarefa foi constituída para ajudar as prefeituras a formular os projetos. Eles também custam caro, Presidente Rodrigo Rollemberg. Simplesmente isto: dar uma orientação técnica, porque, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muitas vezes projetos que não são bem elaborados chegam aos gabinetes em Brasília e não podem ser aprovados ou aproveitados por falta de informações essenciais na qualidade técnica. Em 2007, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o famoso PAC 1, foram atrasadas porque não havia projetos ou eram apresentadas de forma precária, desatualizadas e sem licença ambiental. Para eliminar essa barreira e garantir a execução das obras, um

manual foi elaborado para ajudar as prefeituras nesse cadastramento.

Os recursos existem. Dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, foram reservados, para obras de saneamento básico em todo o Brasil, R\$52 bilhões. Não é pouco recurso, Presidente Rodrigo Rollemberg. Segundo a nota técnica da Secretaria de Nacional de Saneamento Ambiental, o Estado de São Paulo é o Estado com o maior volume de investimentos: serão investidos lá R\$13 bilhões.

Com a correta assessoria, o Rio Grande do Sul conseguiu garantir a quarta posição no *ranking* dos investimentos e irá receber o total de R\$3,8 bilhões para a distribuição de água tratada e sistema de esgoto em mais de seis cidades gaúchas.

Ou seja, um seminário foi suficiente para reduzir a distância entre técnicos do Governo Federal e prefeitos e ainda gerar, só no Rio Grande do Sul, 158 contratos possíveis de serem implantados, porque esses vieram com qualidade técnica, Presidente Acir Gurgacz, de maneira mais adequada e, portanto, a liberação do recurso para o programa de saneamento no Estado foi muito mais agilizado e muito mais rápida. Para o município de Tramandaí, litoral gaúcho, serão destinados R\$70 milhões em obras de esgotamento sanitário, com ampliação de redes coletoras e ligações domiciliares.

Digo isso com muito orgulho porque a prefeitura de Tramandaí é administrada pelo Professor Prefeito Anderson Hoffmeister, do meu partido, que, aliás, já deu uma demonstração de competência técnica, porque, quando houve um vazamento de óleo do terminal da Petrobrás em Tramandaí, a prefeitura fez uma mobilização, e, da noite para o dia literalmente, foi limpa toda a praia em plena estação de verão. Assim, os veranistas que freqüentam a praia de Tramandaí puderam tranquilamente desfrutar daquele litoral graças à eficiência em uma ação considerada pela própria Petrobrás e pela área de defesa e segurança nesse setor como exemplar para todo o País dada a agilidade com que foi feita a limpeza do derramamento de óleo no terminal da Petrobrás em Tramandaí.

Além disso, as obras de despoluição dos Vales dos rios dos Sinos, Guaíba e Gravataí estão garantidas com um total de R\$727 milhões em investimentos.

Mais de 800 mil famílias serão beneficiadas na região dos rios com a melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário.

São recursos do orçamento da União e empréstimos obtidos pela Companhia Riograndense de Saneamento, a Corsan.

E aqui, gostaria de cumprimentar o Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, do meu partido, e o secretário Nacional do Saneamento Ambiental, o catarinense, também do meu partido, Leodegar Tiscoski

pelo trabalho sério e eficiente na gestão de recursos destinados ao saneamento, levar água às populações e fazer tratamento do lixo e também do esgoto. Isso é prevenção, isso é cuidar da saúde pública porque, como lembrei no começo desse pronunciamento, a cada real investido em saneamento são quatro reais economizados em gastos com saúde.

Esse tipo de ação provoca dois resultados imediatos. O dinheiro público vai para o lugar certo; ale disso, funciona como uma medida preventiva. Com a distribuição de água e construção de sistemas de esgoto sanitário, certamente as filas nos postos de saúde e ambulatórios dos hospitais públicos irão diminuir, e o sistema de saúde vai gastar menos recursos com o atendimento de crianças e adultos doentes pela falta de saneamento.

O que poderíamos dizer é que esses recursos irão prevenir as doenças que antes eram contraídas pela falta de cidadania.

O futuro das cidades está intimamente ligado a esse aspecto. Investir em saneamento básico é investir, sem dúvida, em saúde e também em qualidade de vida.

Antes de encerrar este meu pronunciamento, quero também, Presidente Acir Gurgacz, Senador Rodrigo Rollemberg, abordar uma iniciativa que teve ampla repercussão aqui no Senado Federal e, sobretudo, na imprensa brasileira. Foi aprovado, na semana passada, pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto que regulamenta o direito de resposta na imprensa. A iniciativa é do Senador Roberto Requião, e terá agora que ser submetido ao plenário da Casa,

Por iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB, alguns Senadores, entre os quais eu me incluo, até pela necessidade de estar envolvida com a causa, porque durante quarenta anos fui jornalista, comunicadora no Rio Grande do Sul, então, tenho intimidade e convivência com esse tema da área da comunicação....

Não há nenhuma ação e nenhum interesse – tenho convicção disso, não é intenção do Senador Roberto Requião, autor da proposta, e muito menos dos Senadores da CCJ, que aprovaram, por unanimidade, este projeto – em tentar o cerceamento à liberdade de imprensa. Absolutamente. A liberdade rima com responsabilidade, como bem definiu o nosso colega Pedro Taques, também signatário desse recurso para ida ao Plenário desta matéria tão relevante.

A minha intenção fundamental e básica... eu, durante quarenta anos, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Acir Gurgacz, tive apenas um processo pelo exercício da atividade. E, nesse processo, venci, porque, ao final, o autor da denúncia viu que não havia substância na sua reclamação porque eu havia dito uma verdade e, às vezes, a verdade é inconveniente,



mas, quando ela é verdade, não cabe direito de resposta. No final do processo, o denunciante, que queria uma indenização pecuniária de R\$200mil de minha parte e mais R\$200 mil da empresa onde trabalhava à época, depois de todas as etapas percorridas, propôs uma negociação em que eu deveria distribuir cem cestas básicas.

Fazer uma negociação desse tipo é aceitar tacitamente a responsabilidade num processo. Eu disse que pagaria mil cestas básicas, mas não faria acordo porque tinha a convicção de que estava agindo de maneira correta.

A Justiça acolheu a minha posição, fui inocentada, e o denunciante teve que pagar as custas do processo. Isso eu digo como declaração de que tinha ele, o denunciante, o direito de fazer o que fez e não poderia violentar o meu direito e a minha liberdade de fazer uma comunicação que tinha importância e relevância, mas que era uma verdade inconveniente.

É por isso que, tendo vivido uma experiência pessoal, digo que todo cidadão tem o direito, quando se sentir injustiçado, de pedir resposta acerca daquilo que foi caluniado ou injustiçado. Agora, não podemos fazer desse gesto qualquer risco à liberdade de expressão. Isso seria uma violência que estaríamos fazendo não só à liberdade de expressão, mas à democracia em nosso País.

Por isso, entendi por bem que a iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira foi absolutamente oportuna, porque o tema suscita muitas dúvidas em relação a haver ressarcimento ou apenas um direito de resposta. Isso tudo tem que ser esclarecido no plenário, discutindo a matéria com clareza, com equilíbrio e com responsabilidade para que se preserve, de um lado, a liberdade de imprensa e, de outro, para que se dê ao cidadão ou a qualquer pessoa, um político, um governante, o direito de resposta quando houver uma ofensa grave à sua pessoa ou exercício do seu mandato.

Então, é preciso que tenhamos isso em mente, especialmente porque a lei de imprensa foi derrubada, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 2009. Então, não houve nenhuma lei depois disso sobre essa questão, embora muitos considerem que, no art. 5º da Constituição Federal, há, sim, assegurado o direito de resposta ao determinar nesse artigo, que ela deve ser proporcional ao agravo, com indenização por dano material, moral ou à imagem, mas não define regras para sua aplicação.

Talvez agora tenhamos oportunidade de regulamentar esse dispositivo constitucional para evitar, como eu disse, um risco ao equilíbrio dessas demandas.

Então, precisamos preservar a liberdade de imprensa e não causar mais problemas além dos que nós já temos aqui nesse relacionamento. As instituições

precisam agir com muita responsabilidade: nós, como instituição do Parlamento, a imprensa como instituição das liberdades e também o Poder Judiciário nesse aspecto. E nós faremos um trabalho com muito equilíbrio e com muita responsabilidade.

Obrigada, Presidente Acir Gurgacz, obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

*Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.*

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra ao nobre Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Quero, inicialmente, cumprimentar a Senadora Ana Amélia pelo seu pronunciamento, que traz um tema importante para o debate nesta Casa, a necessidade de o Brasil investir em saneamento como uma condição para melhorar a saúde da nossa população, e também um outro tema, que é a regulamentação do direito de resposta.

Mas eu quero aqui, na manhã desta sexta-feira, fazer alguns comentários e algumas reflexões sobre algumas notícias desta semana, especialmente sobre o desempenho da economia brasileira e sobre a reunião, convocada ontem pela Presidenta Dilma, com 27 representantes dos maiores grupos econômicos do Brasil, buscando alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico.

Há alguns dias, prestei muita atenção a um pronunciamento da Senadora Ana Amélia, em que demonstrava preocupação com o processo de desindustrialização do País, com o fato de que a participação da indústria nas exportações brasileiras vinha sendo reduzida percentualmente, o que traz alertas muito graves para a competitividade da economia nacional.

E quero registrar, Senadora Ana Amélia, Senador Aloysio Nunes, que uma das coisas que mais me impressionou nessa viagem ao exterior recente que fiz – tive a oportunidade de ir ao Fórum Mundial da Água e, em seguida, a Bruxelas e a Londres, dentro da articulação para a realização da Cúpula Mundial de Legisladores, sobre o que, especificamente semana que vem, quero-me pronunciar – foi a melhoria da imagem do Brasil e suas conquistas, o reconhecimento do processo que o Brasil vem vivendo, nos últimos anos, de conseguir aliar crescimento econômico à redução da pobreza, à redução das desigualdades sociais, e de forma sustentável. Ou seja, sempre frisei nas minhas

conversas que o Brasil conseguiu aliar desenvolvimento econômico e redução da pobreza à redução do desmatamento, que é um tema extremamente relevante.

Ouç o Senador Aloysio Nunes.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP)

– Senador Rollemberg, como disse V. Ex<sup>a</sup>, tive a oportunidade de fazer parte de uma delegação do Senado que compareceu ao Fórum Mundial da Água, realizado em Marselha, onde, aliás, V. Ex<sup>a</sup> teve um excelente desempenho. V. Ex<sup>a</sup>, nas sessões do fórum relativas à legislação sobre águas, em nome do Brasil, fez uma exposição a respeito da ligação íntima entre o tema da água e o temário da Conferência Rio+20 – aliás, foi agregado o tema da água por iniciativa do Brasil. Eu gostaria apenas de observar aos nossos colegas algo que já comentamos pessoalmente, que é o fato de que, do ponto de vista da legislação sobre a água e do aparato institucional que construímos para garantir fornecimento de água, água limpa, múltiplos usos da água, gestão democrática dos recursos hídricos, a nossa legislação não fica nada a dever a nenhuma legislação do mundo. Estamos realmente no topo em matéria de eficiência, de transparência, de democratização. Apenas lamento que, em alguns itens absolutamente cruciais, a lei ainda esteja longe da realidade ou a realidade longe da lei. Refiro-me basicamente a dois aspectos: o primeiro é o saneamento básico, de cujo serviço o Brasil fica muito a dever em matéria de extensão à sua população – 50% dos domicílios não têm acesso à rede de esgoto – e a outra questão, que me parece também crucial, é o atraso na constituição dos comitês de bacias, que estão muito desigualmente instalados no País do ponto de vista territorial. Há uma concentração muito grande em São Paulo; na Amazônia, que é o maior, digamos assim, reservatório hídrico do Brasil, creio que não há, ou há pouquíssimos comitês de bacias, que são, como V. Ex<sup>a</sup> ressaltou na sua intervenção em Marselha, o parlamento da água, onde, reunidos consumidores individuais, industriais, agrícolas, governo, sociedade civil, decide-se sobre a melhor maneira de utilizar os recursos hídricos de uma determinada bacia. E V. Ex<sup>a</sup>, na Presidência da Comissão de Meio Ambiente, que é também de Fiscalização, já assumiu o compromisso com a delegação da Agência Nacional de Águas (ANA), de estabelecermos uma agenda, de comum acordo com a ANA, de cobrança aos governos e ao setor privado, na linha do cumprimento do que estabelece a nossa legislação. Muito obrigado.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB –

DF) – Muito obrigado, Senador Aloysio. Agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e peço autorização para que possam fazer parte do meu pronunciamento.

Quero registrar o exemplo dado pelo seu Estado, São Paulo, que é a unidade da Federação brasileira que tem os comitês de bacias hidrográficas mais organizados e mais atuantes, em que o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, seja como Vice-Governador do Estado ou político eminente daquele Estado, contribuiu para essa organização.

Chamou-me muito a atenção, quero registrar aqui, o depoimento do Prefeito de Sorocaba, Vitor – com quem tive a oportunidade de fazer parte de uma mesa –, que mostrou que a cidade de Sorocaba, com quase 600 mil habitantes, hoje tem 100% de oferta de água potável, 100% de saneamento, enfim, é uma cidade exemplo, muito em função da organização dos comitês de bacias hidrográficas.

Dizia aqui que me impressionou muito tanto o relato de membros do parlamento europeu, como do parlamento inglês, como de ministros. Tive a oportunidade de me reunir com o Comissário de Meio Ambiente da União Europeia, que esteve recentemente no Brasil com o Ministro do Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, Andrew Mitchell. Todos eles se mostraram realmente muito surpresos e interessados pela forma como o Brasil vem crescendo.

O Brasil tem, efetivamente, transformado-se num país de grande interesse mundial. Isso foi mais uma vez confirmado numa reunião de que tive a oportunidade de participar, com o Embaixador do Brasil no Reino Unido, Dr. Roberto Jaguaribe, e com o Sr. Rubens Barbosa, que, coincidentemente, também estava lá, que foi Embaixador do Brasil em Londres e foi Embaixador do Brasil em Washington.

Nesse sentido, eu quero registrar com alegria os dados apresentados hoje pelos jornais: apesar de o Brasil ter tido um crescimento tímido, bastante tímido no ano passado, de 2,7%, nós tivemos, em fevereiro, um desemprego de 5,7%, que é o menor índice para o mês de fevereiro desde 2003; tivemos um salário médio de R\$1.699, que é um aumento de 4,4% no último ano e também é o maior salário médio desse período, sendo que, na construção civil, o aumento do salário médio foi de 13,4%, muito impactado pelo aumento do salário mínimo.

Outro dado muito interessante e estimulante é que, hoje, 54% da população brasileira já fazem parte da classe C, ou seja, nós somos um país de classe média, sendo que, no último ano, 2,7 milhões de pessoas deixaram a condição de classe D e E para ingressarem na classe C. Esses realmente são dados expressivos e que precisam ser incentivados no sentido de que possamos aprofundá-los e torná-los sustentáveis.

Nesse sentido, eu quero registrar a importância da reunião realizada ontem pela Presidenta da República, Presidenta Dilma Rousseff, de reunir metade do Produto Interno Bruto brasileiro, os representantes dos

maiores grupos econômicos brasileiros para ouvir deles sugestões sobre o que o Brasil deve fazer para retomar o crescimento e para interromper esse processo de desindustrialização do País, esse processo de redução da participação da indústria no Produto Interno Bruto.

Mas quero registrar que a foto daquele encontro demonstra uma característica da economia brasileira de ser uma economia extremamente concentrada, já que ali estavam 27 grupos econômicos que, segundo informa a imprensa hoje, respondem por ativos da ordem de R\$2,3 milhões, quando nós temos o Produto Interno Bruto de R\$4,1 trilhões, o que mostra profunda concentração da economia brasileira.

Mas é claro que são atores que cumprem um papel importante e, portanto, é muito importante ouvi-los sobre ações que podem ser empreendidas no âmbito do Governo Federal para que possamos estimular o desenvolvimento econômico do nosso País.

E aí é claro que algo recorrente é a reivindicação de melhor infraestrutura para o País.

Hoje, quando a gente depara com os nossos aeroportos, com os portos, com as rodovias brasileiras, a gente percebe efetivamente que isso acaba contribuindo muito para agregar custo ao produto brasileiro, em função da precariedade da infraestrutura nacional. Essa é uma questão já identificada há muito tempo. E precisamos ampliar a ação e os investimentos do Governo e do setor privado, para que possamos efetivamente dotar o País de uma infraestrutura necessária para alavancar o desenvolvimento.

Outra questão sempre presente nos debates da necessidade de desenvolvimento da indústria brasileira é a necessidade de ampliarmos os investimentos em inovação tecnológica. E aí o Congresso deu demonstrações recentes de sensibilidade com essa questão. Aprovamos aqui a Lei de Inovação Tecnológica, que amplia os instrumentos de interação entre o Poder Público e a iniciativa privada, entre as universidades e os institutos de pesquisa com o setor produtivo, mas ainda não conseguimos incutir no Brasil a cultura da inovação, o ambiente de inovação tecnológica.

Portanto, entendo que precisamos rever a Lei de Inovação, quais são os gargalos que têm dificultado a produção de inovação no nosso País. E, nesse sentido, não podemos concordar com qualquer tipo de contingenciamento na área de ciência, tecnologia e inovação.

Essa é uma questão fundamental, porque, se não investirmos de forma muito significativa e regular em inovação tecnológica, daqui a alguns anos, estaremos fazendo o mesmo debate de por que, na composição da economia brasileira, o setor primário ainda tem uma participação tão grande e o setor industrial uma participação menor, pois apenas com investimentos significativos e regulares em inovação tecnológica, tanto pelo

setor público quanto pelo setor privado, é que vamos conseguir modificar esse perfil da economia brasileira.

Ouçó, com muita alegria, o Senador Capiberibe.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, meu companheiro de partido e de lutas, é evidente que esta Casa não concorda, acho que à unanimidade, com o contingenciamento dos fundos, principalmente da ciência e tecnologia. Agora me parece fundamental aproveitar esta oportunidade para explicar à sociedade brasileira por que se contingenciam esses fundos, qual a razão dessa economia forçada que o Governo Federal faz todos os anos para gerar o tal superávit primário, e falar da dívida pública. Essa dívida pública é que nos infelicita. Acho que a razão dos limites que nos são impostos está em função de essa dívida astronômica que hoje consome 47% de tudo o que se arrecada no País ir para manutenção, rolagem e serviços da dívida pública. E estamos longe dessa discussão aqui no Parlamento. Acho que temos que trazer de volta para cá para tentar uma alternativa para isso. É verdade que há uma redução da taxa de juros, mas isso não significa um impacto, não vai recuperar o passado. Acho que essa dívida que nos infelicita, que dificulta e entrava o desenvolvimento do País tem que ser debatida por nós. E há outra questão que o senhor coloca com precisão, a admiração que os países europeus têm por nós: o Brasil é uma potência ambiental e podemos diversificar a matriz econômica deste País. Precisamos diversificar a nossa economia, não podemos continuar na dependência das **commodities**. E os investimentos em ciência e tecnologia são o caminho para isso. Obrigado pelo aparte e parabéns, primeiro, pela nossa representação nesse encontro e depois pelo relatório que V. Ex<sup>a</sup> nos apresenta desde ontem da tribuna do Senado.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Capiberibe. Agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Como sempre gosto de lembrar, o Senador Capiberibe é o governador da sustentabilidade. Inovou no seu Estado impondo novos padrões de desenvolvimento e de transparência na gestão dos recursos públicos. Tem toda a nossa admiração, Senador Capiberibe.

O Brasil é um país que tem um potencial diferente em relação aos demais países do mundo. No que se refere à questão energética, por exemplo, o Brasil tem uma matriz energética extremamente diversificada. Temos o pré-sal, temos um pré-sal verde, que é o potencial da agroenergia que o nosso País tem. Temos um grande potencial hidrelétrico, potencial eólico, potencial de energia solar, portanto, o Brasil precisa saber utilizar esses aspectos que se constituem em um diferencial para seu desenvolvimento.



Ainda ontem discutíamos sobre esse segundo acidente da Chevron, as repercussões do primeiro acidente da Chevron, e eu dizia que, para um país que tem uma expectativa de uma riqueza fantástica como essa do pré-sal, deve ser uma condição, para que possamos ampliar os nossos investimentos nessa área, garantir total segurança na exploração dos recursos do pré-sal e, ao mesmo tempo, um gesto de inteligência com o futuro do País de aproveitar que parte significativa dos recursos utilizados com o pré-sal – uma fonte de origem fóssil que tem prazo no tempo, porque o mundo trabalha, pressiona para a substituição por fontes alternativas – que parte substantiva desses recursos seja utilizada exatamente em pesquisa, em desenvolvimento científico e tecnológico para novas fontes de energia alternativa.

Nesse sentido, eu incluiria como importante para o País, nessa agenda do desenvolvimento, a criação de instrumentos econômicos, instrumentos de incentivo, instrumentos de crédito, para alguns setores da economia vinculados ao que estamos chamando, neste momento, de economia verde, especialmente o setor de biomassa, o setor de biocombustíveis, o setor de biotecnologia. Um país com essa biodiversidade fantástica que tem o Brasil não pode deixar de perceber nos investimentos em biotecnologia também uma área estratégica para desenvolvimento de alimentos funcionais, da nutracêutica, de fármacos, de fitoterápicos; enfim, há uma gama enorme de oportunidades que se abrem para o País.

Portanto, eu gostaria de fazer esse registro aqui e de dizer que entendo que esses são temas em que o Senado precisa se debruçar, precisa aprofundar e dar uma contribuição, porque são temas de interesse do País, estão acima de qualquer divergência partidária. Uma união do Senado em torno desses temas pode contribuir para alavancar o desenvolvimento do País.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

*Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Esse tema pontuou o início desta sessão, e é relevante que o Congresso esteja debruçado sobre essas questões que dizem respeito à produção, à sustentabilidade, mas, sobretudo, à preservação desse fantástico meio ambiente e da sua biodiversidade, como diz V. Exª. Precisamos ter responsabilidade, porque são as gerações futuras que aguardam isso de nós.

Como orador inscrito, Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar meu companheiro de lutas pretéritas, Senador Aloysio Nunes. Juntos militamos na ALN (Ação Libertadora Nacional), comandada por Carlos Marighella, um herói do povo brasileiro.

Eu, nesta manhã de sexta-feira, lembro aqui a morte de um sábio, o Professor Aziz Nacib Ab'Saber, uma pessoa a quem dediquei enorme admiração desde que o conheci. O Professor Aziz Ab'Saber era da mesma linha de Augusto Ruschi, Bertha Lutz, José Lutzenberger, outra pessoa admirável, Josué de Castro, Paulo Freire, Milton Santos, Zilda Arns e outros.

Em 1924, ele nasceu no interior de São Paulo, filho de imigrantes oriundos de Damasco. Uma vez, conversando, ele me disse que seu apelido na escola primária era “Turquinho”.

Inicialmente geógrafo, especializou-se em geohidromorfologia, e, para sorte dos brasileiros, sempre rompeu barreiras, a começar pelo departamentalismo de várias de nossas academias.

Bem antes que o conceito de interdisciplinaridade se tornasse tema de polêmica entre professores, o velho Aziz já o exercitava em sua práxis docente e nos inúmeros trabalhos de campo efetuados Brasil afora.

Durante meu segundo mandato no governo do Amapá, tivemos o privilégio de recebê-lo em Macapá, junto com sua esposa, Professora Cléa, historiadora gaúcha e sua fiel escudeira. E, como ele, também crítica, sempre que necessário.

Num dos cursos que realizou conosco, lá no Centro de Formação de Recursos Humanos (CFORH), deixou-nos a todos fascinados com sua descrição, simultaneamente precisa e poética, do Golfão Marajoara. A nós, que moramos ali na margem esquerda do rio, muito próximos do oceano, separados de Belém apenas pelos 350km² da Ilha do Marajó. Encantou-nos com a sua descrição do Golfão do Marajoara.

Dizia ele:

“Não se pode falar só de Ilha de Marajó, sem uma percepção histórica e geográfica desse mosaico magnífico, que compreende a foz do rio-mar”. Raramente, aqueles sinuosos meandros e aqueles recortes de arquipélagos terão sido tão bem apresentados.

O Professor Aziz, entre outras qualidades, dominava muitíssimo bem os recursos da retórica, e sua fala nos chegava sempre permeada por princípios éticos e políticos. Era, propriamente, uma “boa palavra”.

Eis um exemplo recente de sua militância socioambiental: “(...) qualquer tentativa de mudança no Código Florestal tem de ser conduzida por pessoas bioeticamente sensíveis”.

E aproveito para registrar a presença do Secretário do Meio Ambiente do Estado do Amapá, Grayton Toledo, do Secretário de Ciência e Tecnologia, Antônio

Cláudio, e, também, do Conselheiro de Meio Ambiente, Mamede Leal, que estão aqui presentes e que terão uma reunião no Ministério de Meio Ambiente, para discutir exatamente a inclusão de um dispositivo que reduz as áreas de reserva legal, sobre o que o Amapá se posicionou com clareza, não aceitando redução das suas áreas de reserva legal. Os Secretários de Estado estão aqui para debater, no Ministério de Meio Ambiente, essa que é uma possibilidade de suprimir esse dispositivo do Código Florestal que vai a voto na Câmara Federal.

Mas, voltando ao Professor Aziz, lembro que, além de polemista exímio, era um sedutor em todas as acepções do termo.

No ano de 2000, em Lisboa, durante um colóquio promovido pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), também encantou professores e alunos com sua inteligência vivaz, sua erudição polimorfa, sua generosidade e, igualmente, com seu arsenal de finas ironias.

Com vários outros brasileiros, lá nos encontramos buscando visões e práticas alternativas às bombásticas efemérides – quem não lembra? – dos 500 anos da Descoberta, então em curso nas duas margens do Atlântico.

Naquela ocasião, a repercussão da presença e das intervenções do Professor Aziz foram tão fortes que a Direção do ISPA decidiu criar o Centro de Estudos Interculturais Aziz Ab'Saber, que continua funcionando, até hoje, à beira do Tejo.

Concluindo, a palavra de dois de seus pares: “Para a geografia e para o Brasil, ele representou o topo da ciência. Foi e continuará sendo referência nacional e internacional” – Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

“Era um homem elegante, de uma postura extremamente elevada e, ao mesmo tempo, alguém muito acessível e afável” – Aldo Paviani, Professor de Geografia Urbana, UnB.

E, para quem ainda não leu livros e artigos escritos por nosso amigo querido, uma editora de São Paulo está reeditando sua **opera omnia**.

Seus colegas e ex-alunos da Universidade de Sorocaba, da USP, do Instituto de Estudos Avançados, da SBPC e de tantos lugares mais vão sentir sua falta: e nós também!

O Brasil perde, o Amapá perde e eu perdi um grande amigo.

Muito obrigada, Srª Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, caro Senador João Capiberibe.

De fato merece todas as homenagens, o “turco”, como mencionou V. Exª. O Senador Pedro Simon, nesta

semana, também fez uma homenagem muito merecida a esse grande brasileiro.

Para fazer uso da palavra como orador inscrito, convido o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes do registro que eu gostaria de fazer, quero parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo seu aniversário e dizer que é um orgulho muito grande tê-la aqui como Senadora do Rio Grande do Sul e do Brasil. Na verdade, V. Exª representa aqui o glorioso Estado do Rio Grande do Sul, mas é uma Senadora de todo o País, respeitada, admirada.

Portanto, fica aqui o nosso carinho, a nossa admiração e os nossos parabéns. Muita saúde, muita paz e que Deus ilumine o caminho de V. Exª.

Eu pedi a palavra para registrar duas questões importantes que ocorreram no dia de ontem.

A primeira delas, a reunião da Presidenta Dilma com empresários de maior porte no Brasil. Foi uma reunião expressiva, no Palácio do Planalto, em que a Presidenta traçou o quadro da visão da economia e as providências que pretende tomar neste ano, para que possamos atingir um crescimento em torno de 4%, e ouviu dos empresários sugestões, sugestões importantes, de diminuição de carga tributária, de melhoria da logística, enfim, das condições necessárias para que os empresários brasileiros possam continuar investindo no nosso País, gerando empregos e aumentando a renda da população.

Eu quero aqui louvar esse ato da Presidenta, registrar a importância dessa ação da Presidência no sentido de chamar os empresários e ouvir diretamente deles as propostas, as ações. A Presidenta informou a direção que pretende dar no sentido de melhorar os portos brasileiros, inclusive discutindo a sua operacionalização. Registrou, mais uma vez, o apoio ao meu projeto, que pretende discutir e criar novas condições para que não haja o subsídio à importação e que não haja os incentivos fiscais à importação brasileira da forma como está ocorrendo hoje.

Portanto, foi uma reunião bastante proveitosa, bastante promissora, que calhou com o resultado, ontem, do ganho do brasileiro, da renda média do brasileiro em fevereiro, que, com o reajuste do salário mínimo de 14%, ficou em R\$1.699,70. Cresceu a renda média do brasileiro, e a taxa de desemprego ficou em 5,7%, portanto, o patamar mais baixo nos últimos dez anos para o mês de fevereiro.

São dois dados auspiciosos, que mostram a força do nosso mercado interno e que mostram também que o nosso mercado interno deve ser protegido, deve ser direcionado para os produtos brasileiros em, pelo

menos, igualdade de condições. Nós não estamos aqui querendo cessar as importações. A ideia não é fechar o Brasil, mas, sim, dar as mesmas condições tributárias a produtos importados e produtos brasileiros, para que o empresariado brasileiro possa competir. O empresariado brasileiro tem dito que, no chão da fábrica, é competente: ele sabe gerar o produto a custos razoáveis. O que encarece, na verdade, o produto brasileiro é o processo tributário, é o processo logístico. Enfim, são as dificuldades extrafábrica que, na verdade, aumentam o nosso produto.

Então, eu gostaria de fazer esse primeiro registro, de que a renda média, o ganho médio, dos brasileiros cresceu no mês de fevereiro e de que o desemprego ficou no patamar mais baixo para o mês de fevereiro dos últimos dez anos, desde que é medida essa taxa de desemprego.

O segundo ponto que eu queria falar na manhã de hoje é apenas um registro de preocupação. O Ministério do Meio Ambiente publicou ontem um decreto que define estado de emergência em 18 Estados por conta da possibilidade de incêndios da seca, e o meu Estado de Roraima, Sr<sup>a</sup> Presidenta, está entre esses Estados. O Estado de Roraima, há alguns anos, padeceu de grandes incêndios, num processo de estiagem muito sério. Portanto, novamente, nós ficamos preocupados por causa dessa possibilidade. O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama estão acompanhando o andamento da questão, que, sem dúvida alguma, é motivo de preocupação e de atenção.

Então, quero aqui alertar o Governo de Roraima, a Defesa Civil e o próprio Ministério do Meio Ambiente, para que fiquem atentos no sentido de que, se houver alguma necessidade, nós já estamos no fim do período da seca. Portanto, devemos, em um mês, um mês e pouco, ter chuva. Mas, enquanto não chega a chuva, é preciso atenção para evitar incêndios e para evitar dificuldades para nossa população.

Portanto, gostaria de fazer esse registro, de que, no Estado de Roraima, está decretada emergência ambiental, mas nós estaremos acompanhando esse ponto com todo o cuidado, para que o Estado não sofra dificuldade alguma.

Era esse o registro que gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Romero Jucá.

Obrigada, primeiro, pelas felicitações.

Com relação ao seu Projeto de Resolução nº 72, já se iniciou um debate muito produtivo na audiência pública.

É esse exatamente o trabalho que temos aqui no Senado Federal, de ampliar a discussão sobre um tema muito importante que V. Ex<sup>a</sup> trouxe para defen-

der a indústria brasileira, compatibilizando-o também com o interesse dos importadores. É preciso fazer esse equilíbrio. A Casa já está trabalhando com muita competência em relação a essa matéria.

Nessa semana, ontem, abordei a questão da desindustrialização. Saúdo a iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff na reunião com os empresários, porque nada melhor do que falar com quem entende, com quem é o chão de fábrica, porque ali está a realidade. A questão tributária é reclamada de norte a sul, de leste a oeste do País, de pequeno a médio e grande empresário. A questão do câmbio é outra, e há também a logística. Parece que esse triângulo, esse tripé é o grande nó que precisamos desatar de alguma maneira.

Cumprimentos pelo seu pronunciamento, Senador Romero Jucá.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu também, Senadora Ana Amélia quero lhe dar os meus parabéns pelo seu aniversário. V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa muito querida nesta Casa, é uma amiga que tenho de pouco tempo, mas que já considero como alguém muito próxima, pela admiração que tenho, pelas suas qualidades humanas, políticas, pela sua cultura, pela sua aplicação, pela seriedade e por sua capacidade de infundir sentimentos de afeto, de solidariedade, sentimentos positivos em todos aqueles que a cercam.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aproveito, Senador, para agradecer e saudar os visitantes que vão acompanhar o seu pronunciamento agora, jovens que estão visitando o plenário do Senado.

Todos sejam bem-vindos. Vocês estão ouvindo agora na tribuna o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foi eleito com mais de 11 milhões de votos no Estado de São Paulo pelo PSDB.

Obrigada, Senador, pela gentileza, me desculpe a interrupção. Mas valia a pena.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – São muito bem-vindos à nossa sessão.

Agradeço ao Senador Acir Gurgacz a oportunidade de falar antes dele, pela permuta. O tema de que vou tratar hoje, Presidente, não é dos mais agradáveis. Ele é relativo à audiência pública, realizada ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg.

O tema da audiência pública, convocada em boa pelo Senador Rollemberg, foi o vazamento de petróleo no poço explorado pela Chevron, no chamado Campo do Frade.



Ali estavam presentes, dando seus depoimentos, representante da empresa, representante do Ibama, o Procurador de Justiça Federal que está processando a empresa por danos e os seus diretores, no plano criminal, e também o representante da Agência Nacional do Petróleo.

Há controvérsia, Sr<sup>a</sup> Presidente, a respeito da extensão do dano. Há controvérsia a respeito da continuidade do vazamento ocorrido em novembro do ano passado, da série de vazamentos que vêm ocorrendo desde novembro do ano passado. Há controvérsia sobre se haverá ou não um dano permanente à estrutura rochosa de onde se extrai o petróleo naquele campo de exploração. Há controvérsia sobre a responsabilidade efetiva da empresa ou das empresas envolvidas no acidente.

A ANP ainda não entregou o seu relatório, e a empresa Chevron, citada nas ações movidas pelo Ministério público Federal, ainda não exerceu seu direito de defesa.

Uma coisa, para mim, é absolutamente incontestável e que se revelou ontem na audiência pública a que me referi: o mais absoluto despreparo do Brasil para fazer face a acidentes dessa natureza. A indústria do petróleo, todos nós sabemos, é uma indústria potencialmente danosa ao meio ambiente, se não for cercada de inúmeros cuidados. A própria Constituição Federal, ao estabelecer a destinação dos recursos oriundos da exploração do petróleo, já estipulou a necessidade de uma compensação dos Estados produtores, para fazer face aos riscos ambientais e aos danos ambientais. A própria Constituição brasileira já classifica essa atividade como potencialmente perigosa. Daí a necessidade de se ter imensas cautelas, que devem ocorrer antes do acidente, portanto a prevenção, e as que devem ocorrer depois do acidente, logo depois, de modo a remover o óleo ou a mitigar os danos imediatos, e cautelas também no longo prazo, depois do acidente.

Acontece que o Brasil, que se arvora ser uma potência petrolífera mundial, e de fato é, graças ao extraordinário esforço da Petrobras, graças às mudanças legislativas que foram introduzidas já no Governo do Presidente Fernando Henrique, que permitiu que, hoje, mais de setenta empresas estivessem extraíndo óleo no Brasil e processando esse óleo, o Brasil é, de fato, uma potência petrolífera, e mais ainda com as descobertas do petróleo na camada do pré-sal.

Comparado com esse potencial e essa realidade, o aparato institucional do Governo brasileiro é de uma pobreza franciscana. Nós estamos realmente na bacia das almas em matéria de prevenção, em matéria de combate a danos, em matéria de fiscalização. Eu fiquei

realmente chocado com as revelações que foram feitas ontem na audiência pública. Refiro-me a algumas.

Sabem os Srs. Senadores e os nossos visitantes quantos fiscais a Agência Nacional de Petróleo tem para acompanhar a exploração do petróleo, para fiscalizar, para acompanhar inclusive as cautelas que deveriam ser tomadas antes da perfuração, para analisar os projetos técnicos dos poços? Sabem quantos? Senadora Ana Amélia, dez fiscais. Dez fiscais! É uma coisa absurda!

Indagado por mim, o representante da ANP, Agência Nacional do Petróleo, que é encarregada da fiscalização, nos disse que precisariam de pelo menos mais 180 fiscais para dar minimamente conta do recado. E nós temos dez! Dez, no País inteiro, nesse litoral imenso! Só no Campo do Frade já foram feitas sessenta perfurações. E os acidentes se sucedem. De novembro para cá, transcorridos cerca de seis meses, o Governo anunciou um plano de contingência para esses grandes acidentes, e já houve grandes acidentes. Os acidentes se sucedem. Só a Petrobras já anunciou cinco acidentes importantes de novembro para cá em seus poços. Mas até hoje esse plano de contingência não saiu do papel. Já faz seis meses que ocorreu o último grande desastre ecológico.

A Agência Nacional de Petróleo dispõe de recursos para custear suas atividades. No orçamento de 2011, haviam consignados cerca de R\$5 bilhões para a Agência Nacional de Petróleo para, entre outras coisas, fiscalizar corretamente a atividade petrolífera do Brasil – 5 bilhões. Sabe V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Presidente, o quanto foi efetivamente liberado? R\$350 milhões. Foram R\$5 bilhões no orçamento para que a ANP pudesse desempenhar suas funções, mas só liberaram R\$350 milhões.

Mais ainda: o representante do Ibama, na audiência pública, indagado por mim sobre quem é o responsável pelas atividades de mitigação ou de combate imediato, nos casos dos acidentes que ocorrem nas perfurações, me disse que as empresas têm a obrigação de estabelecer os seus próprios planos para acidentes de alcance menor, localizado, que decreto presidencial previu que todas as empresas tivessem seus próprios planos, mas, infelizmente, o decreto ainda não estava sendo plenamente aplicado. Muitas empresas – a maioria delas – não tinham esses planos. Perguntei de quando era o decreto. Pasmem, Srs. Senadores: o decreto é de 2003! Faz 9 anos que esse decreto existe, obrigando as empresas a terem os seus planos de contingência. Nove anos e o decreto não foi cumprido.

É uma situação absolutamente escandalosa e intolerável, porque aquilo que é hoje um passaporte para o futuro, que é o pré-sal, pode se transformar numa grande tragédia ambiental, com enormes con-

sequências sobre a vida das pessoas. Muito se discute sobre a partilha e nada sobre políticas públicas para sua exploração.

A primeira análise da Agência Nacional do Petróleo, do Ministério Público e da Polícia Federal do acidente de novembro chegou à conclusão, ainda provisória, de que, quando ocorreu o vazamento, houve uma pressão, uma injeção de lama no poço para selá-lo e essa pressão, por ser excessiva, causou a ruptura das paredes do poço.

Perguntei ao representante da ANP se a agência auditava, digamos assim, se ela passava em revista os projetos técnicos dos poços. Não, não faz. Por quê? Porque são muitos. É uma quantidade imensa de poços, e nós temos poucos funcionários.

Então, meus caros colegas, nós estamos mal, nós estamos realmente mal. O Brasil é uma potência emergente, somos respeitados no mundo?! Pode ser, embora o PIB brasileiro tenha sido uma decepção. Nós crescemos menos do que todos os países da América Latina, com exceção talvez da Guatemala. A renda dos salários está aumentando – isso é ótimo –, mas a produtividade da economia, não, o que pode levar a pressões inflacionárias, a pouca sustentabilidade do processo. E o Governo não consegue enfrentar essas questões fundamentais. Aliás, não consegue enfrentar questão nenhuma que seja espinhosa.

Os empresários ontem reunidos com a Presidente Dilma desfiaram um rosário de queixas que são arqui-conhecidas de todos há muito tempo. Os problemas já são conhecidos. Ali não se disse nada de novo. O que se quer é solução.

Ora, o Governo não consegue votar uma mísera lei da Copa do Mundo. Nós estamos há um ano e três meses discutindo se os torcedores podem ou não tomar cerveja nos dias de jogos da Copa naqueles estádios. Não sei quantos jogos da Copa serão disputados em Porto Alegre, Senadora Ana Amélia, se quatro, cinco. O que se discute é se, nesses jogos, os torcedores que forem ao estádio poderão ou não tomar cerveja. Nem é uma questão filosófica, transcendental, dessas que comovem a sociedade, que põem em jogo valores importantes, como, por exemplo, a questão do aborto. Não! É preciso saber se pode ou não pode tomar cerveja naqueles jogos. Só isso. Há um ano e três meses não se consegue resolver essa mísera questão. Por quê? Porque o Governo não sabe para onde vai.

Eu espero realmente, voltando ao meu tema inicial, que nós possamos – esta foi a disposição anunciada ontem pelo Senador Rollemberg, que é um dos melhores Senadores desta Casa e Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização – estabelecer uma agenda rígida na para a cobrança de solução desses problemas absolutamente elementares, a fim

de que não sejamos condenados eternamente a chorar não pelo leite derramado, mas pelo óleo derramado.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom trocadilho, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O tema que o seu colega Senador Flexa Ribeiro também abordou ontem com muita propriedade é muito grave. Esses vazamentos gigantescos são os que se noticiam mais. Mas, além desses, existem vazamentos em terminais da Petrobras ou de outras empresas, que também acabam afetando o meio ambiente, como um que aconteceu recentemente em Tramandaí, no litoral norte do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Não é possível que uma agência reguladora não esteja equipada minimamente para atender essa demanda. E como V. Ex<sup>a</sup> disse também, já é muito claro o diagnóstico da desindustrialização brasileira, os problemas da empresa nacional no setor da indústria de transformação. É muito conhecido o diagnóstico. Falta aplicar o remédio adequado para isso, o que está demorando. Tomara o paciente não morra antes de receber o tratamento.

Com muita alegria, concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz como orador inscrito.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, nossos telespectadores que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, antes de entrar no tema que trago para discutir hoje, faço questão de cumprimentá-la pelo aniversário. V. Ex<sup>a</sup> tem feito um excelente trabalho aqui no Congresso Nacional, principalmente lá na nossa Comissão de Agricultura, onde a sua atuação é exemplar, onde tem dado uma colaboração muito grande não somente para o seu Estado, mas para todo o País com relação às ações naquela Comissão. Portanto, nossos parabéns. Os parabéns da família pedetista. Os parabéns da minha família, que lhe quer muito bem. Felicidades e muita saúde para a senhora.

Também faço o registro da visita hoje, aqui no Senado, do Vice-Governador de Rondônia, Airton Pedro Gurgacz, que está aqui conosco. Quero cumprimentá-lo por sua administração junto com o Governador Confúcio Moura, que está lá em Porto Velho e tem aqui como seu representante hoje, tratando dos problemas de Rondônia, seu Vice-Governador, que está à frente do Detran do Estado e faz um excelente trabalho de reorganização desse órgão, Município a Município, tendo muitas barreiras à frente, muitos trabalhos árduos à frente: a fiscalização do trânsito, enfim, ordenar o trânsito das cidades de Rondônia. Meus cumprimentos ao Airton e à sua esposa Solange, que o acompanha.

Sr<sup>a</sup> Presidente, recebi ontem um exemplar do relatório de atividades referente ao ano de 2011, da

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo nosso colega Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, da qual tive a honra de participar como membro titular e como relator de receitas do Orçamento de 2012. Cumprimento, mais uma vez, o Relator Vital do Rêgo pelo excelente trabalho que fez e faz à frente da Comissão Mista de Orçamento.

Foi uma experiência muito importante para a minha trajetória política e também para o meu Estado de Rondônia, pois conseguimos colocar o nosso Estado em evidência, recebendo uma audiência pública da Comissão Mista de Orçamento, quando os rondonienses puderam apresentar suas demandas, bem como conseguimos colocar no Orçamento de 2012 e no PPA de 2012 a 2015 importantes obras para o nosso Estado e para a Amazônia, PPA que teve como Relator o nosso colega Senador Walter Pinheiro, que fez também um excelente trabalho nessa relatoria.

Entretanto, o Orçamento da União é uma peça que tem que contemplar todos os Estados e projetos para o desenvolvimento do País. Dessa forma, na Comissão Mista de Orçamento, pudemos ter a dimensão real do nosso Brasil, da sua grandeza e das suas riquezas, mas também das suas necessidades e carências mais primárias como a dos grandes projetos estruturantes que estão construindo o Brasil do futuro.

Realizamos audiências públicas da Comissão de Orçamento em Porto Velho, na nossa Rondônia; em João Pessoa, na Paraíba; em Salvador, na Bahia; em Vitória, no Espírito Santo; em Curitiba, no Paraná; em Uberlândia, em Minas Gerais; em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; em Goiânia, Goiás; na capital de São Paulo, São Paulo; em Rio Branco, no Acre; e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Ouvimos os setores organizados de nossa sociedade com o objetivo de aproximar, o máximo possível, o orçamento das necessidades do nosso País. Com a participação ativa de Senadores e Deputados Federais e dos consultores e especialistas do Senado e da Câmara, realizamos um trabalho primoroso, tanto é que foi aprovado, por unanimidade, pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidenta Dilma sem nenhum veto.

Isso demonstra que o trabalho do relatório foi construído seguindo critérios técnicos, com base nas perspectivas de mercado, mas também com base no diálogo. Por isso, foi aprovado por unanimidade entre governistas e oposição.

A lei foi publicada no dia 20 de janeiro, no Diário Oficial da União. Na relatoria de receitas, estimamos uma receita extra de R\$26 bilhões, chegando a um total de R\$1,6 trilhão, já descontados os R\$655 bilhões reservados para o refinanciamento da dívida pública.

Para investimentos, estão reservados mais de R\$106 bilhões.

Entretanto, no início deste ano, as contas públicas depararam-se com um contingenciamento de recursos orçamentário da magnitude de R\$55 bilhões, anunciados pela Presidenta Dilma. Esse comportamento já era esperado, pois tem-se tornado praxe, na administração pública, implementar a limitação de empenhos nos dois primeiros meses do ano. Esse represamento, muitas vezes temporário, de recursos não encontra respaldo apenas na menor expectativa de arrecadação de receita. Na maior parte das vezes, o contingenciamento é justificado por aumento na previsão de despesas obrigatórias, como pessoal e benefícios da Previdência, assim com em aumentos da meta do superavit primário, que visam contribuir com a redução da demanda agregada no âmbito da política monetária de metas inflacionárias.

No que tange às previsões de receitas, cumpre observar que, em quase todas as vezes, o contingenciamento é uma medida de precaução, pois dois meses de arrecadação realizada não serão suficientes para fazer uma projeção segura da arrecadação de receitas para todo o exercício.

Como se pode observar ao longo dos anos, apesar dos contingenciamentos, o Congresso vem, repetidas vezes, acertando suas previsões de receita.

Em 2000 e 2006, as estimativas do Congresso praticamente empataram com a receita realizada. Em 2001, foi o único ano da série em que o Parlamento superestimou a receita, muito provavelmente devido à queda abrupta da atividade econômica devido à crise de energia.

Para os demais anos, a receita efetivamente arrecadada sempre ficou acima daquelas estimadas pelo Congresso Nacional. Em 2008, exercício de excepcional desempenho da economia e da arrecadação, a receita realizada foi maior do que a prevista na Lei em R\$28,3 bilhões, sendo que, apenas nas receitas administradas RFB, o excesso foi R\$22,5 bilhões. Em 2009, a concessão de incentivos fiscais estimados em R\$20 bilhões, visando contrabalançar a queda na atividade econômica, e a própria diminuição não prevista do PIB contribuíram para a frustração da receita de R\$64,7 bilhões, na ótica da estimativa do Congresso, e de R\$68,3 bilhões, na visão da proposta. Em 2010, tanto o Poder Executivo como o Congresso Nacional ficaram com suas estimativas de receitas abaixo da efetivamente realizada, embora a discrepância naquele tenha sido bem mais pronunciada.

Em 2011, o “esforço fiscal” caiu de anunciados R\$50,6 bilhões, em início de março de 2011, para R\$20,3 bilhões na quinta avaliação, em outubro, e subiu para R\$39 bilhões, levando-se em conta os valo-



res realizados. Em 2011, as receitas primárias totais realizadas superaram em R\$563 milhões as receitas previstas pelo Congresso.

Parece que, em 2012, a história vai se repetir. O Decreto de Programação, de 2012, prevê uma redução de receitas totais de R\$36,4 bilhões, em termos brutos, e R\$29,5 bilhões, em termos líquidos. As receitas administradas foram cortadas em R\$24,6 bilhões, em relação à lei orçamentária, o que equivale a reduzir R\$7,8 bilhões, em relação ao próprio Projeto enviado pelo Poder Executivo, no ano passado.

O Congresso reestimou as receitas primárias totais em R\$30 bilhões e as administradas em R\$16,8 bilhões. Na nova previsão, o Executivo estimou a diminuição dos valores de praticamente todos os tributos, em relação ao que foi aprovado pelo Congresso.

No caso dos impostos que dependem do câmbio, as novas estimativas trouxeram aumento de R\$4,2 bilhões, em relação à proposta do Executivo, e apenas R\$1,3 bilhão de redução, em relação à previsão do Congresso. Com isso, o Executivo demonstrou que nossas modificações, nas hipóteses de câmbio e importações, estavam corretas. Muitas discussões foram feitas na época, mas hoje a realidade mostra que o que nós estimamos está muito mais próximo da realidade do que a estimativa feita pelo Executivo.

Apesar de ainda permanecer a esperança de crescimento do PIB acima de 3%, a nova projeção de receita do Executivo apresentou queda na arrecadação do imposto de renda de R\$12,1 bilhões em relação ao orçamento, e de R\$7,8 bilhões em relação à proposta. E os tributos sobre o valor agregado que não o IPI (Cofins e PIS/Pasep) caíram R\$6 bilhões, na nova previsão. A menos que se espere uma queda do Produto Interno Bruto, essa previsão parece injustificada.

Esse é o ponto de toda essa discussão, Senadora Ana Amélia. A menos que aconteça uma queda no Produto Interno Bruto – e não é isso que o Governo anuncia –, nós teremos uma arrecadação inferior à que foi projetada, inferior à própria arrecadação que o Governo anunciou.

A exemplo do que aconteceu em janeiro, janeiro nós tivemos um aumento na receita de 11% a mais do que a receita do ano passado. Ou seja, superior à estimada pelo Governo e superior à estimada também pelo Congresso. E, quando nós assistimos e vemos um decreto diminuindo a nossa receita, nós ficamos preocupados, porque o que se fala pelo Ministro da Fazenda, o que se fala pela Ministra do Planejamento é que nós vamos ter um aumento do PIB este ano em torno de 4,5%. Aliás, é a mesma projeção que nós fizemos no nosso relatório de receita, um aumento de 4,5% do PIB. Mas o decreto diz que o aumento do PIB será em torno de 3%. Então, o que se fala é uma coisa, e o que se escreve é outra coisa.

Esses números é importante que sejam colocados, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, para dizer que nós estamos aqui acompanhando e atentos com o que acontece na realidade da receita do Governo e o que acontece com as estimativas, tanto aquelas feitas por nós no Congresso, por nós na Comissão Mista de Orçamento, como aquela também feita pelo Executivo. Esperamos o recorde de arrecadação, acompanhando o aumento que aconteceu em janeiro, que deve ser registrado também em fevereiro, e esse recorde não confere com o que diz o novo decreto, que reduz, que traz uma redução na receita.

Então, é essa colocação que eu queria fazer e dizer que nós estamos atentos. Somos a base, estamos juntos com o Governo, mas estamos atentos com o que está acontecendo com relação à nossa receita e, principalmente, com os investimentos e com as despesas de nosso País.

Eram essas as minhas colocações, Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Acir Gurgacz, com a responsabilidade que tem V. Exª, não só no comando competente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nesta Casa, da qual eu faço parte, com muita honra, mas sobretudo na condição de Líder do PDT, um Partido que tem seis Senadores no Senado Federal, o senhor dá uma contribuição valiosa ao Governo, para refletir sobre este Decreto, na medida em que não podemos criar ficção em matéria orçamentária.

Já temos aqui uma responsabilidade, digamos, diminuída porque o nosso orçamento é apenas autorizativo. Agora temos um relator desta Casa, Senador Romero Jucá, e fiquei muito animada quando ele, apartando, na despedida da Liderança do Governo, disse que há um sentimento de tornar o orçamento impositivo. Quando chegarmos a esse momento, será um momento de engrandecimento desta Casa.

E, portanto, o pronunciamento de V. Exª a respeito deste Decreto é um auxílio ao Governo, e, se o Governo tiver inteligência, vai ler com atenção as suas palavras e delas tirar a lição que deve ser tirada, porque não podemos brincar com isso. Até num Governo, digamos assim, que tem se valido de uma situação confortável – poucos governos no Brasil tiveram a capacidade de ter um aumento de receita de 10%, e isso não é pouca coisa –, é preciso ter qualidade de gestão. Então, tomara que o Palácio do Planalto leia a sua mensagem, que é extremamente colaborativa, não é de contestação, pela responsabilidade que tem.

Cumprimentos a V. Exª, Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Senhora Presidente da República adotou em 20 de março de 2012 e publicou no dia 21 do mesmo mês e ano a **Medida Provisória nº 562, de 2012**, que “dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do Sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino, para atendimento à educação de jovens e adultos e dá outras providências.”

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, bem como estabelecido o calendário de sua tramitação.

### COMPOSIÇÃO

#### SENADORES

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

#### **Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)**

Ivonete Dantas	Lobão Filho
Roberto Requião	Casildo Maldaner
Sérgio Souza	
Waldemir Moka	

#### **Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**

José Pimentel	Aníbal Diniz
Walter Pinheiro	Wellington Dias
Acir Gurgacz	Ana Rita
Lídice da Mata	Inácio Arruda

#### **Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)**

Jayme Campos	Demóstenes Torres
Alvaro Dias	Aloysio Nunes Ferreira

#### **PR**

Blairo Maggi	Alfredo Nascimento
--------------	--------------------

#### **PTB**

Gim Argello	João Vicente Claudino
-------------	-----------------------

#### **\*PSOL**

Randolfe Rodrigues

\* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

#### DEPUTADOS

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

#### **PT**

Miriquinho Batista	Biffi
Padre João	Assis do Couto

#### **PMDB**

Lelo Coimbra	Alexandre Santos
Professor Setimo	Pedro Chaves

#### **PSDB**

Rogério Marinho	Bruno Araújo
-----------------	--------------

#### **PP**

Arthur Lira	Jerônimo Goergen
-------------	------------------

#### **DEM**

Prª Dorinha Seabra Rezende	Antonio C. Magalhães Neto
----------------------------	---------------------------

#### **PR**

Lincoln Portela

#### **PSB**

Sandra Rosado

#### **PDT**

André Figueiredo	Ângelo Agnolin
------------------	----------------

#### **Bloco (PV/PPS)**

Rubens Bueno	Fábio Ramalho
--------------	---------------

#### **PTB**

Jovair Arantes

#### **PSOL\***

Chico Alencar	Ivan Valente
---------------	--------------

\* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A publicação no **Diário Oficial** de 21 de março de 2012.

A Designação Prevista, conforme acabou de ser lida.

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, apenas para lembrar o que todos nós já sabemos: que agora é para valer. Essa é a primeira comissão mista destinada a dar parecer em medida

provisória após a decisão do Supremo Tribunal Federal que mandou cumprir, determinou que o Congresso cumpra, como condição de validade da tramitação, a apreciação dos pressupostos de admissibilidade pela comissão mista.

Essa é uma norma constitucional. Lembrando meu tempo de Deputado Federal, quando fui relator da emenda constitucional que deu essa disciplina atual à tramitação da medida provisória. Ela foi escrita por mim – lembro-me perfeitamente – com o objetivo de constitucionalizar essa etapa necessária de tramitação da medida. Ou seja, o Congresso tem de dizer se a sua opinião sobre a urgência e a relevância coincide com a apreciação do Presidente da República.

Então, agora é para valer: se não tiver reunião, se não tiver parecer dessa comissão mista, não segue a tramitação da medida provisória.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aliás, o que V. Ex<sup>a</sup> menciona é a declaração incidental de inconstitucionalidade do **caput** do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia **ex nunc** da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029, que foi publicada no **Diário Oficial da União** de 16 de março de 2012.

Então, ratificando apenas a declaração de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem também, apenas na mesma direção do Senador Aloysio Nunes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero registrar que precisamos cobrar da Câmara dos Deputados a emenda constitucional de tramitação das medidas provisórias, porque agora, na verdade, o rito vai ser cumprido e é fundamental que o Senado tenha prazo também para apreciar, discutir, emendar, enfim, fazer todo o debate em torno de cada medida provisória.

Então, já que nós estamos ajustando os mecanismos da medida provisória, nada mais do que justo que a Câmara dos Deputados dê prosseguimento. Já há um relator designado, é o Deputado Ricardo Berzoini. Então, é importante que as lideranças do Senado e o Presidente Sarney cobrem do Presidente Marco Maia a tramitação dessa emenda constitucional, para que tenhamos condição de exercer plenamente a nossa atividade no tocante às medidas provisórias.

É esse registro que gostaria de fazer. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito a observação também do Senador Romero Jucá.

Na verdade, o desafio é mútuo das duas Casas, especialmente da Câmara Federal, porque, quando chegam aqui as matérias, já estamos sem tempo sequer, às vezes, de apresentar emendas.

Porém, para facilitar a compreensão e para melhor esclarecimento dos Srs. Parlamentares, farei a leitura do calendário, porque, agora, como disse V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloysio Nunes, é para valer, é uma decisão do Supremo, e não podemos falhar, porque tivemos oportunidade de cumprir o que determina a lei em relação às determinações do Supremo Tribunal Federal.

- A publicação foi feita no dia 21 deste mês de março.
- A designação teria que acontecer hoje – e aconteceu agora, pela minha leitura – aqui no Senado Federal.
- A instalação prevista da comissão é de 24 horas após a designação da composição da comissão.
- As emendas, até 27 de março de 2012 (6º dia após a publicação).
- Prazo da comissão.
- Remessa do processo à Câmara dos Deputados.
- Prazo da Câmara dos Deputados: até 17 de abril de 2012 (o 28º dia).
- Recebimento previsto no Senado Federal: 17 de abril de 2012, mesmo dia que a Câmara tem que entregar. Então tem que chegar aqui no mesmo dia.
- Prazo no Senado Federal: de 18 de abril a 1º de maio de 2012 (42º dia).
- Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados, no dia 1º de maio de 2012.
- Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal pela Câmara dos Deputados: de 2 de maio de 2012 a 4 de maio de 2012 (do 43º ao 45º dias).
- Regime de urgência obstruindo a pauta: a partir do dia 5 de maio de 2012 (46º dia).
- Prazo final do Congresso Nacional para esta medida provisória: dia 19 de maio de 2012.

Então, feita a leitura de todo o calendário, este terá que ser observado pela Câmara e pelo Senado Federal.

Agradeço muito as observações dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Romero Jucá.

A matéria será publicada em avulsos, e será feita a comunicação à Câmara dos Deputados, como já havia mencionado aqui.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 10 horas e 58 minutos.)*

**ATA DA 17ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA,  
EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 16, de 29 de fevereiro de 2012)

**RETIFICAÇÃO**

Às páginas 4229 e 4230, para correção do ano que consta na epígrafe das matérias, republique-se os Requerimentos nºs 77 e 78, de 2012:

**REQUERIMENTO Nº 77, DE 2012**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, aos 30 anos da FUCAPI, comemorado no dia 26 de Fevereiro, bem como seja encaminhado o referido voto a senhora Isa Assef dos Santos, no seguinte endereço: Av. Gov. Danilo de Matos Areosa, 381, Distrito Industrial, Manaus/AM, CEP 69075-351.

**JUSTIFICAÇÃO**

Pioneira na condução de novas formas de pensar o desenvolvimento da Amazônia, a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica foi instituída em 1982, a partir de iniciativa conjunta da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM e Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais – GEICOM, ligado ao Governo Federal.

A busca da inovação em todas as suas áreas de atuação é uma das características mais fortes da FUCAPI. Instituição privada, sem fins lucrativos, está voltada para o desenvolvimento de pesquisa e serviços tecnológicos e incremento à competitividade de empresas e organizações na região amazônica. A FUCAPI é certificada pelas normas da qualidade ISO 9001:2000 em todas as suas áreas de atuação. É certificada, ainda, nas normas 27001 e 14001.

A FUCAPI desenvolve atividades nas dimensões Educacional e Tecnológica, atuando nas áreas de Tecnologias da Informação e Comunicação, Tecnologias Ambientais, Tecnologia Industrial Básica, Tecnologia de Produtos e Tecnologias de Gestão. Dessa forma, a FUCAPI vem se consolidando a cada ano como instituição de apoio à melhoria da competitividade das empresas e ao desenvolvimento sustentável da região.

Ao completar 30 anos de existência, em 26 de fevereiro de 2012, a FUCAPI realiza, de forma sustentável, atividades educacionais, serviços técnicos especializados, pesquisa e inovações tecnológicas voltadas para o desenvolvimento da Amazônia e é uma instituição de excelência na geração e difusão de conhecimento e promoção de inovações tecnológicas.

Parabéns, a Fucapi pelo seu aniversário e seus dirigentes por promover o desenvolvimento da Região Amazônica através de Prestação de Serviços na área de Educação e Tecnologia, com competências e habilidades em: Tecnologia da Informação (informática e telecomunicações), Tecnologias Industriais Básicas, Meio Ambiente e Gestão do Conhecimento.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2012.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**



**REQUERIMENTO Nº 78, DE 2012**

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo e o primeiro-sargento Roberto Lopes dos Santos, em virtude no incêndio que destruiu a Base Brasileira na Antártica, bem como seja encaminhada o referido Voto aos seus familiares e amigos em nome da Srª Nilsa Costa Figueiredo no endereço: Travessa Castro Alves, nº 79 - Bairro Guarany - Vitória da Conquista/BA, CEP: 45.035-080, da Srª Sueli Maria Colares dos Santos, no endereço Rua Caruaru, 131 - Olinda- Nilópolis/RJ, CEP 26.525-022, bem como ao Comandante Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto Comandante da Marinha Esplanada dos Ministérios – Bloco N – 2º andar Brasília – DF, CEP 70.049-900.

**JUSTIFICATIVA**

Uma explosão seguida de incêndio destruiu a base naval brasileira na Antártica, a Estação Comandante Ferraz, foi destruída por um incêndio na madrugada do dia 25 de Fevereiro de 2012. Dois militares morreram. Havia 60 pessoas na estação, metade delas pesquisadores de universidades nacionais, que escaparam ilesos.

As vítimas fatais do incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz são o suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo e o primeiro-sargento Roberto Lopes dos Santos, segundo o ministério.

O primeiro-sargento Luciano Gomes Medeiros, ferido no incidente, está em condição estável e é tratado na base militar chilena Eduardo Frei, sem risco de morte.

O incêndio começou na casa de máquinas da base, uma estação de pesquisa localizada na Baía Admiralty, Ilha Rei Jorge, próxima à Península Antártida.

Segundo pesquisadores que trabalhavam na estação, os militares mortos não conseguiram sair da casa de máquinas quando as chamas se alastraram.

Ao menos 30 pesquisadores, um alpinista e um representante do ministério do Meio Ambiente brasileiro que estavam na estação no momento do acidente foram levados à base chilena Eduardo Frei. A Força Aérea do Chile informou que 42 brasileiros e dois chilenos foram evacuados para a cidade chilena de Punta Arenas.

A base Comandante Ferraz realizava pesquisas científicas biológicas, especialmente de ecossistemas marinhos costeiros e de recifes. O incêndio destruiu tudo na Comandante Ferraz. A base abrigava laboratórios científicos, dormitórios, cozinha industrial, biblioteca, oficinas e instalações técnicas para embarcações.

A Estação Antártica Comandante Ferraz foi instalada em 1984 e era ocupada pelo Brasil durante todo o ano, de acordo com os tratados assinados entre as nações que compartilham o território antártico.

Neste momento de perda e dor, é com enorme consternação que recebemos a notícia do falecimento do suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo e o primeiro-sargento Roberto Lopes dos Santos, lamentamos essa fatalidade e sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que nos assolam nesse momento tão difícil transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2012.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**

## **ATA DA 18ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 17, de 1º de março de 2012)

### **RETIFICAÇÃO**

À página 4278, para correção do ano que consta na epígrafe da matéria, republique-se o Requerimento nº 80, de 2012:

#### **REQUERIMENTO Nº 80, DE 2012**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, aos 45 anos da SUFRAMA, comemorado no dia 28 de Fevereiro, bem como seja encaminhado o referido voto ao Superintendente da SUFRAMA senhor Thomaz Nogueira, no seguinte endereço: Av. General Rodrigo Otávio, 555 – Distrito Industrial 2: CEP 69075-830.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é uma Autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus - ZFM, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Com quatro décadas de existência, a Suframa viabilizou a implantação dos três pólos que compõem a ZFM - comercial, industrial e agropecuário - e promove a interiorização do desenvolvimento por todos os estados da área de abrangência do modelo, identificando oportunidades de negócios e atrai investimentos para a região tanto para o Pólo Industrial de Manaus quanto para os demais setores econômicos da sua área de atuação.

Ao completar 45 anos de existência, em 28 de fevereiro de 2012, a Suframa tem o desafio de confirmar a eficiência na administração dos incentivos fiscais e a eficácia na elevação do nível de emprego e geração de renda local e regional. A clareza, no entanto, do funcionamento da atual política econômica mundial e nacional criou uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento socioeconômico da Região Amazônica.

O papel da Suframa diante dessa oportunidade está fundamentado na sua história política e estratégica. A crise econômica atual em parte da Europa, o crescente desemprego nos Estados Unidos e a luta do mundo asiático pela manutenção do desempenho das suas economias produzem um cenário a ser analisado pelo Governo Brasileiro, com o objetivo de fortalecer a economia nacional, via revisão dos planos de desenvolvimento regionais. Essa é a grande oportunidade da Suframa.

Em 2012, ao completar 45 anos de enfrentamento de desafios e conquistas de sucessos, a Superintendência da Zona Franca de Manaus tem evoluído no cenário amazônico, onde ela mesma nasceu. A Amazônia atual não possui economia baseada no extrativismo como acontecia até o início do século XX. Os resultados dos faturamentos dos diferentes polos industriais da Zona Franca de Manaus revelam sistemas produtivos tecnologicamente integrados às demandas do mundo capitalista.

Parabéns, a Suframa pelo seu aniversário e seus dirigentes pelas seguidas vitórias a frente do órgão. Meus parabéns à Suframa, meus parabéns ao Superintendente Dr. Thomaz Nogueira.

**Sala das Sessões, 28 de Fevereiro de 2012.**

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN**



# SENADO FEDERAL

## ATA DA 24ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE MARÇO DE 2012

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 22, de 8 de março de 2012)

### RETIFICAÇÃO

Às páginas 5216 a 5227, para correção do ano que consta na epígrafe da matéria, republique-se o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2012:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2012

Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e o Código de Trânsito Brasileiro, para aumentar o rigor na repressão aos crimes de homicídio, em suas variadas formas, bem como estabelecer critério uniforme na decretação da prisão preventiva em relação à referida infração penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com as seguintes modificações e acréscimos:

**"Art. 44. ....**

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos;

IV – em caso de crime doloso, não tenha sido cometida a infração com violência ou grave ameaça à pessoa.

..... (NR)"

**"Art. 83. ....**

V – cumprido mais de 4/5 (quatro quintos) da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. (NR)"

**"Art. 121. ....**

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 24 (vinte e quatro) anos.

**§ 3º ....**

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

**..... (NR)"**

**"Art. 129. ....**

**§ 3º ....**

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos.

**..... (NR)"**

**Art. 2º** O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com as seguintes modificações e acréscimos:

**"Art. 282. ....**

§ 1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observado o disposto nos arts. 310, § 2º, e 312, § 2º, deste Código.

§ 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319), observado o disposto nos arts. 310, § 2º, e 312, § 2º, deste Código. (NR)"

**"Art. 283.** Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva, sem prejuízo do disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º No caso de condenação recorrível por crime de lesão corporal seguida de morte, homicídio ou latrocínio (arts. 129, § 3º, 121, *caput* e § 2º, I, II, III, IV e V, e 157, § 3º, *in fine*, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal), tentado ou consumado, o juiz renovará o decreto de prisão preventiva, atendendo ao disposto no § 2º do art. 312 deste Código." (NR)

**"Art. 310. ....**

II – converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão, observado o disposto no § 2º deste artigo; ou

III – conceder liberdade provisória, com ou sem fiança, nos casos admitidos em lei.

§ 1º Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato nas condições constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação.

§ 2º No caso de prisão em flagrante por crime de lesão corporal seguida de morte, homicídio ou latrocínio (arts. 129, § 3º, 121, *caput* e § 2º, I, II, III, IV e V, e 157, § 3º, *in fine*, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal), tentado ou consumado, o juiz deverá necessariamente convertê-la em prisão preventiva, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 312 deste Código.” (NR)

“Art. 312. ....

§ 1º A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º).

§ 2º Sem prejuízo de outras hipóteses, a prática do crime de lesão corporal seguida de morte, homicídio ou latrocínio (arts. 129, § 3º, 121, *caput* e § 2º, I, II, III, IV e V, e 157, § 3º, *in fine*, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal), tentado ou consumado, é considerada ofensa à ordem pública para fins do disposto no *caput* deste artigo, devendo o juiz necessariamente decretar a prisão preventiva de ofício ou por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.” (NR)

“Art. 413. ....

§ 2º O juiz, por ocasião da pronúncia, renovará o decreto de prisão preventiva, em conformidade com o disposto nos arts. 310, § 2º, e 312, § 2º, deste Código. (NR)”

**Art. 3º** A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 202-A:

**Art. 202-A.** Para efeito da concessão dos benefícios da progressão, da saída temporária e do livramento condicional, a fração referente ao requisito do cumprimento da pena terá como base de cálculo a soma de todas as penas aplicadas na sentença condenatória, desconsiderando-se a unificação a que alude o art. 75, § 1º, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

**Art. 4º** A Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, passa a vigorar com as seguintes modificações e acréscimos:

“**Art. 1º** .....

I – homicídio (art. 121, *caput* e § 2º, I, II, III, IV e V);

..... (NR)”

“**Art. 2º** .....

.....  
III – liberdade provisória;

IV – aplicação de medida cautelar não restritiva da liberdade, salvo se cumulada com a prisão preventiva ou temporária.

.....  
§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 3/4 (três quartos) da pena, se o apenado for primário, e de 4/5 (quatro quintos), se reincidente em crime da mesma natureza.

..... (NR)”

**Art. 5º** O art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o seu atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 302.** .....

Penas – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º .....

§ 2º Em complemento ao disposto no art. 18, I, *in fine*, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, age com dolo eventual o condutor que, embriagado ou transitando com o veículo sabidamente em péssimas condições de segurança ou em velocidade superior à máxima permitida para o local, venha a causar a morte de outra pessoa, excetuadas as hipóteses de:

I – dolo direto;

II – culpa concorrente da vítima;

III – força maior ou estado de necessidade. (NR)”

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 7º** Fica revogado o § 3º do art. 413 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil vive verdadeira epidemia de homicídios. De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, 48.977 brasileiros foram assassinados em 2009. Esse número estarrecedor foi de 47.489 em 2010, e de 38.650 em 2011. No ano passado, portanto, tivemos mais de 105 homicídios a cada dia.

Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) demonstram que o Brasil detém a terceira pior taxa de homicídios por cem mil habitantes na América Latina, ficando atrás apenas da Venezuela e da Colômbia, considerando-se a taxa brasileira em 22,7. Em termos globais, o Brasil ocupa a desonrosa 24ª posição do *ranking* mundial, que é encabeçado por Honduras, seguido de El Salvador e Costa do Marfim.

Contudo, em números absolutos, se levarmos em consideração o ano de 2009, o País ocupa o lastimável primeiro lugar mundial. Na segunda posição da lista de países com mais homicídios em 2009 aparece a Índia, com 40.752 mortes. Todavia, é preciso recordar que a população indiana é cinco vezes maior do que a população brasileira.

A violência é comprovada por todas as pesquisas feitas no Brasil. O Mapa da Violência, publicado pelo Instituto Sangari, sob coordenação do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, tendo por base dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, oferece um quadro profundamente desolador. De acordo com o citado estudo, entre 1980 e 2010, **1.091.125 brasileiros** foram vítimas de homicídio. Vale dizer que, em três décadas, perto de um milhão e cem mil brasileiros foram mortos intencionalmente. Trata-se de número muito superior ao número de mortos em diversas guerras civis, como a de independência do Timor Leste, com cerca de cem mil mortos ou a guerra civil em Angola, cujo número de mortos é estimado em 550 mil. Pelo impacto que causa, merece transcrição o seguinte trecho do Mapa da Violência:

Recentemente, foi publicado o Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada. Tomando como base fontes consideradas altamente confiáveis, o Relatório constrói o quadro de mortes diretas em um total de 62 conflitos armados no mundo, registrados entre 2004 e 2007(...). Nos 12 maiores conflitos, que representam 81,4% do total de mortes diretas, nos 4 anos foram vitimadas 169.574 pessoas. Nesses mesmos 4 anos, no total dos 62 conflitos, morrem 208.349 pessoas. No Brasil, país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, morreram mais

peças (192.804) vítimas de homicídio, que nos 12 maiores conflitos armados no mundo. Mais ainda, esse número de homicídios se encontra bem perto das mortes no total dos 62 conflitos armados registrados nesse relatório. E esses números não podem ser atribuídos às dimensões continentais do Brasil. Países com número de habitantes semelhante ao do Brasil, como Paquistão, com 185 milhões de habitantes, têm números e taxas bem menores que os nossos. E nem falar da Índia, também elencada, com 1.214 milhão de habitantes.

Em números relativos, a taxa de homicídios por cem mil habitantes saltou de 11,7 em 1980 para 26,2 em 2010, de acordo com os dados utilizados pelo Instituto Sangari. É um aumento real de 124% no período, ou de 2,7% ao ano. Ainda que em alguns dos anos anteriores tenham sido registradas taxas maiores, é evidente que vivemos uma situação de calamidade, especialmente quando percebemos que os dados divulgados pela ONU apontam para situações bastante diferentes em outros países, inclusive vizinhos, como a Argentina e o Uruguai, que têm taxas de 5,5 e 6,1, respectivamente.

É preciso atentar, ainda, para o fato de que a violência já não é mais uma característica das grandes cidades. Assim como acontece com o terrível problema das drogas, muitas cidades do interior do Brasil têm experimentado significativo aumento do número de mortes violentas. Essas cidades, conquanto experimentem os efeitos das recentes mudanças socioeconômicas observadas no Brasil, também se mostram extremamente vulneráveis à violência.

Não por acaso, no primeiro lugar do *ranking* das cidades com mais homicídios por cem mil habitantes encontra-se a cidade baiana de Simões Filho, com pouco mais de 116 mil habitantes, seguida de Campina Grande do Sul, no Paraná, com cerca de 37 mil habitantes, e Marabá, no Pará, com aproximadamente 216 mil habitantes.

Como se vê, a violência não encontra limites geográficos, espalhando-se por todo o território nacional. Ainda que haja variações na situação dos Estados e dos Municípios, não se pode negar a gravidade do problema e a necessidade de buscarmos mecanismos para frear a escalada do número de mortes.

É igualmente preocupante o número de mulheres assassinadas no Brasil. Segundo o Mapa da Violência, já citado, mais de 4.200 mulheres foram vítimas de homicídio em 2010, em uma proporção de 4,4 homicídios para cada cem mil brasileiras.

É ainda mais devastadora a situação dos jovens brasileiros do sexo masculino. O número de mortes de jovens na faixa de 15 a 29 anos é absurdamente alto, demonstrando a insuficiência das políticas de enfrentamento da violência que se abate sobre esse grupo específico da população. Mais precisamente, os dados do Mapa da Violência apontam para uma taxa de 43,7 homicídios para cada grupo de cem mil



brasileiros entre 15 e 19 anos de idade. Esse índice sobe para 60,9, considerada a faixa etária entre 20 e 24 anos, e para 51,6 entre jovens de 25 a 29 anos.

Há, como facilmente se constata, uma tragédia em curso no Brasil, que vê o grande potencial de sua juventude perdido para a violência.

As informações dos Relatórios do Ministério da Saúde, da UNODC e do Mapa da Violência são corroboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Relatório de Indicadores Demográficos e de Saúde no Brasil, de 2009, essa dramática realidade fica bem evidente em todos os dados apresentados, atentando especialmente para a gravidade do problema entre os jovens brasileiros. Por se tratar de problema que tem reflexos consideráveis sobre o desenvolvimento do País, essas informações também foram incluídas no Relatório de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável de 2010, que registra o incremento do número de homicídios, com um grave alerta:

Os especialistas apontam a mortalidade por causas violentas como as que mais vêm tomando vulto no conjunto da mortalidade no Brasil, principalmente entre os jovens e os homens. A criminalidade ocasiona grandes custos sociais e econômicos. Além das vidas perdidas, muitas vezes prematuras, gera sequelas emocionais nas famílias das vítimas, elevados custos hospitalares e para o controle da violência, e insegurança na população, interferindo negativamente na sua qualidade de vida.

Estudos mostram que a prevenção é menos onerosa. Estratégias de combate à exclusão social e à pobreza, tais como geração de emprego e renda e inserção no sistema educacional, entre outras iniciativas, poderão contribuir para a redução das taxas de homicídios. O planejamento e a implementação de uma política nacional de segurança pública, com medidas de curto, médio e longo prazo precisa integrar diferentes setores governamentais e da sociedade.

De fato, as perdas causadas pelos homicídios são incalculáveis. As consequências para o País são as mais gravosas e não podem ser ignoradas pelas autoridades públicas, na medida em que a impunidade está na raiz desse cenário desolador. Por outras palavras, o sistema de justiça criminal no Brasil não tem funcionado a contento para prevenir e reprimir crimes de gravidade tão elevada, seja por carência de recursos logísticos, seja por conta de uma legislação leniente.

Diante da situação, a população brasileira vive hoje com medo. É o que demonstra pesquisa do Sistema de Indicadores de Percepção Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizada em todo o Brasil, em 2010, quando os entrevistados foram questionados sobre o grau de medo de serem vítimas de homicídios. O estudo revelou que 78,6% da população têm muito medo de ser assassinada, enquanto

11,8% dos entrevistados disse ter pouco medo. Apenas 9,6% das pessoas ouvidas manifestaram ter nenhum medo de ser vítima de homicídio. Isso significa que apenas um em cada dez brasileiros não tem medo de ser assassinado, enquanto 9 brasileiros permanecem com medo em relação a esse tipo de crime.

Vale ressaltar que, com os esforços empreendidos a partir da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), a cargo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Ministério da Justiça, foram estabelecidas algumas diretrizes para enfrentar o tormentoso problema da impunidade, como, por exemplo, a meta de superação, até julho de 2011, da fase de pronúncia em todas as ações penais por crime de homicídio ajuizadas até 2008, bem como o julgamento das ações penais relativas a homicídios dolosos distribuídas até 2007. Também foi fixada a meta de conclusão, até dezembro de 2011, de inquéritos por crimes de homicídio e de tentativa de homicídio instaurados até 2007.

Porém, dados reunidos pelo CNMP mostram que ainda existem no Brasil aproximadamente 115.376 inquéritos policiais não concluídos sobre crimes de homicídio, o que é a demonstração mais cabal da impunidade a que assistimos.

A presente proposição legislativa pretende ser uma reação firme do Parlamento brasileiro. Somos forçados a reconhecer que matar, no Brasil, tornou-se comportamento banal, tantas são as dificuldades legais para prender o homicida.

A proposta, que altera diversos diplomas legais, foi estruturada de modo a contemplar objetivamente os seguintes pontos:

I) A pena do crime de homicídio simples, hoje de 6 a 20 anos, conforme dispõe o art. 121, *caput*, do Código Penal (CP), foi elevada nos seus limites mínimo e máximo. Doravante, caso a proposta seja aprovada, mencionado crime será punido com a pena de reclusão, de 8 a 24 anos.

Do mesmo modo, propusemos a elevação da pena do crime de homicídio culposo, previsto no art. 121, § 3º, do CP. Hoje, mencionado crime é punido com a pena de detenção, de 1 a 3 anos. A proposta comina, de forma mais ajustada à gravidade do crime, a pena de reclusão, de 2 a 5 anos.

Tatamos, ainda, com o mesmo rigor, o crime de homicídio na condução de veículo automotor (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB), hoje punido com a pena de detenção, de 2 a 4 anos. Daqui em diante, se a proposta for aprovada, a pena será de reclusão, de 3 a 6 anos.

Como desdobramento lógico, promovemos ajustes no crime de lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP), que passará a ser punido com a pena de reclusão, de 6 a 15 anos, e não 4 a 12 anos, como atualmente prevista.

II) O homicídio simples – e não apenas o homicídio qualificado ou quando praticado por grupo de extermínio – passará a ser tratado como crime hediondo, elevando-se, por conseguinte, a quantidade mínima de cumprimento da pena no regime fechado necessária à progressão e ao cálculo de outros benefícios previstos na Lei de Execução Penal (LEP).

III) Do ponto de vista processual, em caso de flagrante por crime de lesão corporal seguida de morte, homicídio ou latrocínio (arts. 129, § 3º, 121, *caput* e § 2º, I, II, III, IV e V, e 157, § 3º, *in fine*, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal), na forma tentada ou consumada, a prisão deverá ser necessariamente convertida em preventiva, impedindo-se a aplicação isolada de medidas cautelares não restritivas da liberdade.

IV) Em relação às referidas infrações penais, caso não haja flagrante, o juiz deverá decretar a prisão preventiva com base na ofensa à ordem pública, tendo sido criada expressa fórmula de presunção legal. Ora, nenhum crime produz sobre o tecido social efeito mais perturbador do que o assassinato de alguém. Quando a vida de uma pessoa é ceifada violentamente, aí testemunhamos evidente quebra do contrato social, hipótese a merecer o afastamento cautelar do criminoso do convívio em sociedade.

V) Na fase de pronúncia e no momento da sentença condenatória, o juiz deverá necessariamente renovar o decreto de prisão preventiva com fundamento na ofensa à ordem pública.

VI) Com relação ao crime de homicídio culposo, por mais reprovável que seja o comportamento negligente do autor e mais elevado o grau da culpa, a lei penal brasileira em vigor convida o juiz a aplicar uma simples pena alternativa. A proposta corrige tal distorção. Assim, o critério de 4 anos para substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, fixado na parte inicial do inciso I do art. 44 do CP, passará a valer tanto para crimes dolosos quanto culposos.

VII) Em relação aos crimes hediondos, proíbe-se a concessão de liberdade provisória ou de outra medida cautelar que não a prisão preventiva ou temporária, salvo se cumulada com uma dessas modalidades de prisão. De se observar que essa vedação encontra pleno amparo no art. 5º, XLIII e LXVI, da Constituição Federal. Além do mais, elevamos significativamente os parâmetros para a concessão de progressão de regime e livramento condicional em relação a tais figuras delituosas, conforme nova redação oferecida ao art. 83, V, do CP e ao art. 2º, § 2º, da Lei dos Crimes Hediondos.

VIII) O teor da Súmula nº 715 do Supremo Tribunal Federal receberá abrigo no texto da Lei de Execução Penal, de modo que o benefícios ali previstos sejam calculados com base na soma de todas as penas impostas na condenação, e não na pena unificada para efeito do limite imposto no art. 75 do Código Penal.

IX) Finalmente, apresentamos nova e mais segura referência normativa para a caracterização do dolo eventual nos casos de homicídio praticado na direção de veículo automotor, conforme § 2º incluído no art. 302 do CTB. Com efeito, pretendemos superar a velha polêmica em torno da correta tipificação do crime de homicídio nas vias de trânsito, oferecendo aos juízes a possibilidade de enquadramento da conduta como dolo eventual na situação em que o motorista se encontra embriagado ou em que dirige veículo em péssimas condições de segurança ou, ainda, imprimindo velocidade superior à máxima permitida no local.

Apresentadas a justificação da presente proposta legislativa, é preciso fazer uma última ressalva. É que jamais ignoramos a circunstância de que o enfrentamento à violência requer medidas de assistência social, de saúde pública e de apoio familiar. Estamos persuadidos, porém, ao mesmo tempo, de que a legislação brasileira não pode banalizar, como vem ocorrendo, o crime que é considerado o mais grave em todas as legislações do mundo civilizado.

Acreditamos, pois, que as alterações legislativas propostas oferecem respostas proporcionais à extrema gravidade do crime de homicídio, afinando-se com aquele princípio constitucional que deve informar todos os demais, que é a dignidade da pessoa humana.

Senador **JOSÉ SARNEY**

**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....

**TÍTULO II****Dos Direitos e Garantias Fundamentais****CAPÍTULO I****DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

.....

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

.....

.....



**DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.****Código Penal.****PARTE GERAL****TÍTULO II  
DO CRIME**

Art. 18 - Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**Crime doloso** (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**Crime culposo** (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**Exclusão de ilicitude** (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - em estado de necessidade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - em legítima defesa; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

**Excesso punível** (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

.....

**TÍTULO V**  
**DAS PENAS**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS ESPÉCIES DE PENA**

.....

**SEÇÃO II**  
**DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS**

.....

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

II – o réu não for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 1º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 2º Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 4º A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 5º Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

.....

### **CAPÍTULO III DA APLICAÇÃO DA PENA**

.....

#### **Limite das penas**

Art. 75 - O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 30 (trinta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, desprezando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

.....

### **CAPÍTULO V DO LIVRAMENTO CONDICIONAL**

#### ***Requisitos do livramento condicional***

Art. 83 - O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I - cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

IV - tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Incluído pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

Parágrafo único - Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

.....

## **PARTE ESPECIAL**

### **TÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A PESSOA**

#### **CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A VIDA**

##### **Homicídio simples**

Art 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

##### **Caso de diminuição de pena**

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, ou juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

**Homicídio qualificado**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

**Homicídio culposo**

§ 3º Se o homicídio é culposo: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de um a três anos.

**Aumento de pena**

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977)

.....



## **CAPÍTULO II DAS LESÕES CORPORAIS**

### **Lesão corporal**

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

### **Lesão corporal de natureza grave**

§ 1º Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º Se resulta:

I - Incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

III perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

IV - deformidade permanente;

V - aborto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

### **Lesão corporal seguida de morte**

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

### **Diminuição de pena**

§ 4º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

### **Substituição da pena**

§ 5º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II - se as lesões são recíprocas.

### **Lesão corporal culposa**

§ 6º Se a lesão é culposa: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

### **Aumento de pena**

§ 7º - Aumenta-se a pena de um terço, se ocorrer qualquer das hipóteses do art. 121, § 4º. (Redação dada pela Lei nº 8.069, de 1990)

§ 8º - Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121. (Redação dada pela Lei nº 8.069, de 1990)

Violência Doméstica (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência. (Incluído pela Lei nº 11.340, de 2006)

.....

**TÍTULO II**  
**DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**  
**CAPÍTULO I**  
**DO FURTO**

.....

**CAPÍTULO II**  
**DO ROUBO E DA EXTORSÃO**

**Roubo**

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90

.....

---

**DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.****Código de Processo Penal.**

.....

**LIVRO I**  
**DO PROCESSO EM GERAL**

.....

**TÍTULO IX****DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA**  
**(Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).**

Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 2º As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 3º Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva (art. 312, parágrafo único). (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 5º O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319). (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 1º As medidas cautelares previstas neste Título não se aplicam à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 2º A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

.....

## CAPÍTULO II

### DA PRISÃO EM FLAGRANTE

.....

Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - relaxar a prisão ilegal; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Parágrafo único. Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato nas condições constantes dos incisos I a III do caput do art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).



### CAPÍTULO III

#### DA PRISÃO PREVENTIVA

(Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3.11.1967)

.....

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º). (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

.....

### CAPÍTULO V

#### DAS OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES

(Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

IX - monitoração eletrônica. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 1º (Revogado pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 2º (Revogado pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 3º (Revogado pela Lei nº 12.403, de 2011).

§ 4º A fiança será aplicada de acordo com as disposições do Capítulo VI deste Título, podendo ser cumulada com outras medidas cautelares. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

.....  
LIVRO II  
DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE  
.....

Seção II  
Da Pronúncia, da Impronúncia e da Absolução Sumária  
(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

§ 1º A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

§ 2º Se o crime for afiançável, o juiz arbitrará o valor da fiança para a concessão ou manutenção da liberdade provisória. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

§ 3º O juiz decidirá, motivadamente, no caso de manutenção, revogação ou substituição da prisão ou medida restritiva de liberdade anteriormente decretada e, tratando-se de acusado solto, sobre a necessidade da decretação da prisão ou imposição de quaisquer das medidas previstas no Título IX do Livro I deste Código. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

.....

**LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.**  
**Institui a Lei de Execução Penal.**

.....

**TÍTULO IX**  
**Das Disposições Finais e Transitórias**

.....

Art. 202. Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

.....

.....

**LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.**

**Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994)

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

II - latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

IV - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

V - estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

VII-A – (VETADO) (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

I - anistia, graça e indulto;

II - fiança. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 3º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade. (Redação dada pela Lei nº 11.464, de 2007)

§ 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. (Incluído pela Lei nº 11.464, de 2007)

.....

**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.**

**Institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

.....

**CAPÍTULO XIX**  
**DOS CRIMES DE TRÂNSITO**

.....

**Seção II**

**Dos Crimes em Espécie**

**Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:**

Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

- I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;
  - II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;
  - III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;
  - IV - no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.
  - V - (Revogado pela Lei nº 11.705, de 2008)
- .....
- .....

## **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

### **Súmula 715**

A PENA UNIFICADA PARA ATENDER AO LIMITE DE TRINTA ANOS DE CUMPRIMENTO, DETERMINADO PELO ART. 75 DO CÓDIGO PENAL, NÃO É CONSIDERADA PARA A CONCESSÃO DE OUTROS BENEFÍCIOS, COMO O LIVRAMENTO CONDICIONAL OU REGIME MAIS FAVORÁVEL DE EXECUÇÃO.

#### **Data de Aprovação**

Sessão Plenária de 24/09/2003

#### **Fonte de Publicação**

DJ de 9/10/2003, p. 6; DJ de 10/10/2003, p. 6; DJ de 13/10/2003, p. 6.

#### **Referência Legislativa**

Código Penal de 1940, art. 75, § 1º.

.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*



## **ATA DA 30ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE MARÇO DE 2012**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 29, de 17 de março de 2012)

### **RETIFICAÇÃO**

Após a página 7037, por omissão, publique-se a lista dos requerimentos de licença:

## **REQUERIMENTOS DE LICENÇA**

**Artigos 13 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)**

<b>RQS</b>	<b>SENADOR (A)</b>	<b>ART. RISF</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>FINALIDADE</b>
56/2012-M	Aécio Neves	40 (sem ônus)	09.03 a 15.03	Atividade Parlamentar
57/2012-M	Ciro Nogueira	13	19.03 a 21.03	Atividade Parlamentar
58/2012-M	Benedito de Lira	13	15.03	Atividade Parlamentar
59/2012-M	Pedro Simon	13	14 e 15.03	Atividade Parlamentar
60/2012-M	Magno Malta	13	15.03	Atividade Parlamentar
61/2012-M	Wellington Dias	13	13.03	Atividade Parlamentar
62/2012-M	Ricardo Ferraço	13	15.03	Atividade Parlamentar
63/2012-M	Sérgio Petecão	13	15.03	Atividade Parlamentar
64/2012-M	Ana Amélia	13	20.03	Atividade Parlamentar
65/2012-M	Armando Monteiro	13	15.03	Atividade Parlamentar
66/2012-M	Humberto Costa	13	15.03	Atividade Parlamentar
67/2012-M	Vital do Rêgo	13	15.03	Atividade Parlamentar
68/2012-M	Valdir Raupp	13	15.03	Atividade Parlamentar
69/2012-M	Renan Calheiros	13	15.03	Atividade Parlamentar
70/2012-M	Cristovam Buarque	13	20.03 a 27.03	Atividade Parlamentar

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*

### Maranhão

**PTB** - Eptácio Cafeteira\*  
**Bloco-DEM** - Clovis Fecury\*\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PT** - Marta Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PMDB** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-DEM** - Demóstenes Torres\*\*  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Ivonete Dantas\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**PR** - Lauro Antonio\*\* (S)

### Amazonas

**PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*  
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza\*\* (S)

### Acre

**Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**PR** - Antonio Russo\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**PTB** - Gim Argello\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**PSD** - Kátia Abreu\*  
**PR** - João Ribeiro\*\*  
**PR** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*\*  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(5,12)</sup>

**RELATORA:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(14,16)</sup>

**Leitura:** 16/03/2011

**Instalação:** 27/04/2011

**Prazo final:** 06/09/2011

**Prazo prorrogado:** 15/04/2012

**Prazo prorrogado:** 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(10)</sup></b>	
Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2,4,6)</sup>	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(2,7,9)</sup>
Angela Portela (PT-RR) <sup>(2)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,14)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(3,11)</sup>	

**Notas:**

\*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

\*\*. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 061 33033514

**Fax:** 061 33031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## 2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

**Número de membros:** 11 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 17/05/2011

**Instalação:** 28/06/2011

**Prazo final:** 22/12/2011

**Prazo prorrogado:** 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(11)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6)</sup>	1. Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(6,13)</sup>	2. Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(14)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(6)</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(3)</sup>	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(3,15)</sup>
Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(3,17)</sup>
Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3,16)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO) <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(7,8)</sup>
VAGO <sup>(10,12)</sup>	
<b>PTB</b>	
João Vicente Claudino (PI) <sup>(4)</sup>	1. Gim Argello (DF) <sup>(4)</sup>

### Notas:

\*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 6133033514

**Fax:** 6133031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br



## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

#### MEMBROS

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup>**

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

##### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )**

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

##### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

##### **Membro da Comissão Diretora**

#### **Notas:**

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE  
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado  
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

**Número de membros: 17**

**PRESIDENTE:** Gilson Dipp <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Luiz Carlos Gonçalves

**Aprovação do Requerimento:** 10/08/2011

**Designação:** 21/09/2011

**Instalação:** 18/10/2011

**Prazo final:** 25/05/2012

**MEMBROS**

Gilson Dipp

VAGO <sup>(2)</sup>

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

**Notas:**

\*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

\*\*. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

\*\*\*. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

\*\*\*\*. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

\*\*\*\*\*. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

**Secretário(a):** Reinilson Prado  
**Telefone(s):** 061 33033501  
**E-mail:** ref.codigopenal@senado.gov.br

### **3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI**

**Finalidade:** Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**Número de membros: 5**

**Aprovação do Requerimento: 14/02/2012**

#### **MEMBROS**

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>

Senador Paulo Paim (PT) <sup>(3)</sup>

##### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )**

Senador Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(4)</sup>

##### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(1)</sup>

#### **Notas:**

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

**4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR  
O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20**

**Finalidade:** Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/02/2012

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(1)</sup>
Senador Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3)</sup>	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor <sup>(2)</sup>	1. Senador Gim Argello <sup>(2)</sup>
<b>PR</b>	
Senador Blairo Maggi <sup>(4)</sup>	1. Senador Vicentinho Alves <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

\*\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## **5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

---

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(14)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) <sup>(11,15)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) <sup>(10,11)</sup>	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(18,23)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(4,8,17,27,28)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) <sup>(12,13,19,21)</sup>	9. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) <sup>(3)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) <sup>(5,16)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello



<b>PR (20)</b>	
Antonio Russo (27,28,29)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
<b>PSD PSOL (25)</b>	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

- \* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- \*\* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE)

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

\*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

**Instalação:** 18/05/2011

**Prazo prorrogado:** 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT) <sup>(4,7)</sup>	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(8)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(2,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
  2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
  3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
  4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
  7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
  8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- \*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) <sup>(19)</sup>
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(7,18)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(2)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,5)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) <sup>(15,16,17)</sup>	6. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(11)</sup>
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(10,12,14)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(8,10)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino <sup>(1,6)</sup>	2. Gim Argello
<b>PR <sup>(13)</sup></b>	
Vicentinho Alves	1. Antonio Russo <sup>(20,21)</sup>

### Notas:

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

**Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo**

**Reuniões:** quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,3)</sup>

**Instalação:** 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(2)</sup>

### Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
  2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
  3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
  4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(2,5,6)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) <sup>(1)</sup>	2. Wellington Dias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
VAGO <sup>(5,6)</sup>	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

### Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
  2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
  3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
  4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

### Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 23.03.2011, foi lido o Of. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATORA:** Senadora Marta Suplicy (PT-SP) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

### Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

\*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(24)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(9)</sup>
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) <sup>(9)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) <sup>(9,12)</sup>
Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(25,26)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) <sup>(10)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(35,36)</sup>	7. Humberto Costa (PT) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) <sup>(3,4,17,21,27)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(2,16)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(5,17)</sup>
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(14,17)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(15,17)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(21)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(28)</sup>	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(29)</sup>	8. Lauro Antonio (PR) <sup>(31,32,33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(23)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(11)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(19)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(18)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) <sup>(6)</sup>
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(7)</sup>
<b>PR <sup>(30)</sup></b>	
Magno Malta	1. João Ribeiro <sup>(20,22,37,38)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO <sup>(34)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.  
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).  
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).  
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).  
28. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).  
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.  
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.  
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.  
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).  
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)  
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.  
35. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).  
36. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).  
37. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).  
38. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira  
**Reuniões:** quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa  
**Telefone(s):** 3303-3972  
**Fax:** 3303-4315  
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira  
**Telefone(s):** 3303-3972  
**Fax:** 3303-4315  
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**RELATOR:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3,15,17)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(18)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(14,27)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(10)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) <sup>(19)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) <sup>(33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(2,22)</sup>
Lauro Antonio (PR) <sup>(29,30,31)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO <sup>(7,13,28)</sup>	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(32,34)</sup>	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(20)</sup>	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(23)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) <sup>(11)</sup>
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(6)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(36)</sup>
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(16,25)</sup>	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(5)</sup>
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(4)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) <sup>(21)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(8)</sup>	5. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(9)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. <sup>(1)</sup>
<b>PR <sup>(24)</sup></b>	
Magno Malta <sup>(12,26)</sup>	1. Antonio Russo <sup>(39,40)</sup>
João Ribeiro <sup>(26)</sup>	2. Vicentinho Alves

## PSD PSOL (38)

Kátia Abreu (PSD) (35,37)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

### Notas:

- \*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*.. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
  2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
  3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
  5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
  6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
  7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
  8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
  9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
  10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
  11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
  12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
  13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
  14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
  16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
  18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
  20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
  21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
  22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3,19)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(15)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(12,16)</sup>	2. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(4)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(17)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(21,22)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) <sup>(22,23)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	4. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(18)</sup>
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(32,34)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(13,14,24,25)</sup>	6. Lauro Antonio (PR) <sup>(9,30,31,33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(8,11)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) <sup>(20,28,29)</sup>	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(28)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(1,27)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(2)</sup>
<b>PR <sup>(26)</sup></b>	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
<b>PSD PSOL <sup>(35)</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(5)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD) <sup>(5,6,10,36)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. nº 6/2012 - GLPSD).

## 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) <sup>(1,3,6,9,14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(1,6)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) <sup>(4,12)</sup>	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
VAGO <sup>(11)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(10)</sup>	2. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(7,11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2,13)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD)
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(8)</sup>	1. João Vicente Claudino

### Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
  2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
  4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
  7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  8. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  10. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
  11. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(1,5)</sup>
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. João Vicente Claudino

### Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
  2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
  3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(1,2,3)</sup>

**RELATOR:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2,3,5,6,9)</sup>	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. João Vicente Claudino

#### Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
  2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
  3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
  4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
  6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
  7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.



#### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(1,4,9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,12)</sup>

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT) <sup>(3,8)</sup>	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(5,7,10,13)</sup>	2. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2,14)</sup>
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(11)</sup>	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
  2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
  6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
  8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
  9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
  10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
  11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- \*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(14,24)</sup>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) <sup>(15,25,27)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(11,38,40)</sup>	6. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) <sup>(8,10,26,33)</sup>
Lauro Antonio (PR) <sup>(2,13,28,29,30)</sup>	2. VAGO <sup>(39)</sup>
Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(31,34)</sup>	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(18,32)</sup>	4. VAGO <sup>(21)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(20)</sup>	5. VAGO <sup>(13)</sup>
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(7,9,17,36)</sup>	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(6,23)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(19,37)</sup>	3. José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(1)</sup>	1.
Gim Argello <sup>(12)</sup>	2.
<b>PR <sup>(22)</sup></b>	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
<b>PSOL</b>	
VAGO <sup>(35)</sup>	1. Randolfe Rodrigues <sup>(4)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(1)</sup>	1.

### Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o Of. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(9)</sup>	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Garibaldi Alves (PMDB) <sup>(6)</sup>
Paulo Davim (PV)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Cyro Miranda (PSDB)

### Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
  2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
  4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
  7. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
  8. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
  9. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

### 6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

**Notas:**

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

\*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



#### **6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 02/06/2011

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(5,7)</sup>	3. Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(6,9,10)</sup>	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(18,19)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) <sup>(17)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) <sup>(16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) <sup>(13,14,15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(11)</sup>
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
<b>PR <sup>(12)</sup></b>	
Blairo Maggi	1. João Ribeiro <sup>(20,21)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(6,7)</sup>
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(1)</sup>

### Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(4,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

\*\*\*. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(7)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(12,13)</sup>
Jorge Viana (PT)	2. VAGO <sup>(11)</sup>
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(5,9)</sup>	4. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,6,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(1,8)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

##### Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
  2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
  3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
  4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
  5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
  9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
  10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
  11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
  12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
  13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(21,22)</sup>
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) <sup>(19)</sup>	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,4,11)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(10)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(12,23,24)</sup>
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) <sup>(16,17,18)</sup>
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) <sup>(6,7,13,15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2,5)</sup>	3. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(5,8)</sup>
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
<b>PR <sup>(14)</sup></b>	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
<b>PSOL</b>	
<sup>(20)</sup>	1. <sup>(20)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cyro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) <sup>(1)</sup>	2. Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

\*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

#### **8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Notas:**

\*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lauro Antonio (PR-SE) <sup>(1,22,23,28)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(11)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(3)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) <sup>(8,12)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(2)</sup>
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(14)</sup>
Lauro Antonio (PR) <sup>(22,23,24,25)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(17)</sup>	4. VAGO <sup>(30)</sup>
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) <sup>(9,10,18,19)</sup>
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(26,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(6,13,21)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) <sup>(5)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
<b>PR <sup>(20)</sup></b>	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
<b>PSD PSOL <sup>(29)</sup></b>	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(16)</sup>

### Notas:

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** terças-feiras, às 14h -

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br



### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lauro Antonio (PR-SE) <sup>(6,7)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Lauro Antonio (PR) <sup>(4,5)</sup>	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) <sup>(4,6,7,8)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

#### 9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(1,5,6)</sup>

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Zeze Perrella (PDT) <sup>(2,7)</sup>	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(4,11)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

\*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) <sup>(8,11,23,24)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(12,17)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(29,30)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) <sup>(26,27,28)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) <sup>(13,14,20,22)</sup>	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(4)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3,10,15)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(7,19)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(1,9)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(6)</sup>
<b>PR <sup>(21)</sup></b>	
Alfredo Nascimento <sup>(25,34,35)</sup>	1. Blairo Maggi <sup>(25)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(31)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(33)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD) <sup>(32)</sup>

### Notas:

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

## **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## **10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(12,14)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(10,11,19)</sup>	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(1,23,24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,5,13)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) <sup>(7,8,15,16)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Fernando Collor
<b>PR <sup>(17)</sup></b>	
Alfredo Nascimento <sup>(4,18)</sup>	1. João Ribeiro <sup>(18)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(22)</sup></b>	
<sup>(6)</sup>	1. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(20,21)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 09:00hs -

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### **COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS**

#### **1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/04/2011

**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(4)</sup>
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
<b>PT</b>	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Vicentinho Alves (TO)	1.
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>PSB</b>	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**Notas:**

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago( PMDB-PB) ter deixado o mandato.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

**Atualização:** 26/04/2011

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

#### **4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

**OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**1ª Designação:** 26/04/2011

---

**Atualização:** 26/04/2011

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Ivonete Dantas (RN) <sup>(9)</sup>
<b>PT</b>
Ana Rita (ES) <sup>(10)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PTB</b>
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(2)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(5)</sup>
<b>PR</b>
Lauro Antonio (SE) <sup>(8,14)</sup>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>
Zeze Perrella (MG) <sup>(13)</sup>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA)
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>
<b>PSOL</b>
VAGO <sup>(4,11)</sup>
<b>PRB</b>
Eduardo Lopes (RJ) <sup>(12)</sup>
<b>PSC</b>

Eduardo Amorim (SE) <sup>(7)</sup>
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (PSD-AC)
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)

**Atualização:** 21/03/2012

**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258  
**E-mail:**scop@senado.gov.br



## 6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(13)</sup>

**1ª Designação:** 23/03/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Waldemir Moka (MS) <sup>(6)</sup>
<b>PT</b>
Jorge Viana (AC) <sup>(7)</sup>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(10)</sup>
<b>PTB</b>
Armando Monteiro (PE) <sup>(9)</sup>
<b>DEM</b>
José Agripino (RN) <sup>(8)</sup>
<b>PR</b>
Lauro Antonio (SE) <sup>(11,20)</sup>
<b>PP</b>
Ivo Cassol (RO) <sup>(16)</sup>
<b>PDT</b>
Acir Gurgacz (RO) <sup>(18)</sup>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(12)</sup>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PSOL</b>
VAGO <sup>(14,15)</sup>
<b>PRB</b>
Eduardo Lopes (RJ) <sup>(1,19,21)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(3,17)</sup>
<b>PPS</b>

<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(5)</sup>

**Atualização:** 21/03/2012

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 14 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
Humberto Costa (PE) <sup>(8)</sup>
<b>PSDB</b>
Cícero Lucena (PB) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>
Gim Argello (DF) <sup>(6)</sup>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
Vicentinho Alves (TO) <sup>(5)</sup>
<b>PP</b>
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF) <sup>(4)</sup>
<b>PSB</b>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>
<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(9)</sup>
<b>PRB</b>
Eduardo Lopes (RJ) <sup>(10)</sup>
<b>PSD</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(2)</sup>
<b>PV</b>

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 14 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(4)</sup>
<b>PTB</b>
João Vicente Claudino (PI) <sup>(8)</sup>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
Vicentinho Alves (TO) <sup>(1)</sup>
<b>PP</b>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(5)</sup>
<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(6)</sup>
<b>PRB</b>
Eduardo Lopes (RJ) <sup>(7)</sup>
<b>PSD</b>
Kátia Abreu (TO) <sup>(2)</sup>
<b>PV</b>

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Marco Maia (PT/RS)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> José Sarney (PMDB/AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Marta Suplicy (PT/SP)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Waldemir Moka (PMDB/MS) <sup>1</sup>
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> João Ribeiro (PR/TO)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Júlio Delgado (PSB/MG)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP/PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>2</sup>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>3</sup>	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>4</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Ricardo Berzoini (PT/SP) <sup>5</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>5</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)



## **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

### **COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

## **REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

### **COMPOSIÇÃO**<sup>1</sup>

**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

**Presidente:** Senador Roberto Requião<sup>6</sup>

**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame<sup>6</sup>

**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia<sup>6</sup>

Instalação: 31.08.2011

#### **Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago <sup>10</sup>	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
<b>PMDB</b>	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
vago <sup>9</sup>	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira <sup>3</sup>
Antonio Carlos Mendes Thame <sup>2</sup>	Luiz Nishimori <sup>3</sup>
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja <sup>3</sup>
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	Marcos Montes <sup>4</sup>
Mandetta	Augusto Coutinho <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
<b>PTB</b>	
Sérgio Moraes	Paes Landim
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
Manuela D'ávila	Assis Melo
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PMN</b>	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
<b>PTdoB</b>	

Luis Tibé <sup>8</sup>	
------------------------	--

### Senadores

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)</b>	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
vago <sup>7</sup>	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
<b>PMDB</b>	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>1</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
<b>PP</b>	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
<b>DEM</b>	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) <sup>2 e 4</sup>
<b>PSB</b>	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1. Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>6</sup>
<b>PTB</b>	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

**Notas:**

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Secretário:** Antônio Ferreira Costa Filho

**Telefones:** (61) 3216-6871 / 3216-6878

**Fax:** (61) 3216-6880

**E-mail:** cpmc@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms)

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>1</sup>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>2</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>3</sup>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>4</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>5</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

#### Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)

## COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

**Presidente:** Deputada Jô Moraes  
**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota  
**Relatora:** Senadora Ana Rita

### Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. <sup>6</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) <sup>2</sup>	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>3 e 4</sup>	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) <sup>7</sup>
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
<sup>5</sup>	1.

#### Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.



**PODER LEGISLATIVO**  
**SENADO FEDERAL**  
**SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL**  
**PREÇO DAS ASSINATURAS**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>
--------------------	-----------------------

**EMISSION DE GRU PELO SIAFI**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>	<b>COD. - 70815-1</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**  
**CNPJ: 00.530.279/0005-49**



Edição de hoje: 214 páginas  
(OS: 10923/2012)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

